CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA- UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio

A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA INSPEÇÃO ESCOLAR NOS PROCESSOS DE MUDANÇA

Rio de Janeiro
2021

Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio

A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA INSPEÇÃO ESCOLAR NOS PROCESSOS DE MUDANÇA

Dissertação apresentada como parte do requisito à obtenção do Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca. Orientadores: Prof. Dr. Leonardo Monteiro Trotta e Profª. Dr.ª Luciane Medeiros de Souza Conrado.

Rio de Janeiro

2021

I98e Isidorio, Sheila Cristhiane de Almeida
A educação no século XXI : uma análise do papel da inspeção escolar nos processos de mudança / Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio. – Rio de Janeiro, 2021.
143 f.

Orientadores: Leonardo Monteiro Trotta e Luciane Medeiros de Souza Conrado
Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2021.

1. Inspeção escolar. 2. Formação.3. Atuação profissional. I. Trotta, Leonardo Monteiro, prof. orient. II. Conrado, Luciane Medeiros de Souza, prof. orient. III. Título.

CDD 371.2011

Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio

A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA INSPEÇÃO ESCOLARNOS PROCESSOS DE MUDANÇA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre e m Novas Tecnologias Digitais na Educação.

O Presidente da Banca abaixo assinado atesta que os membros da banca participaram de formaremota desta defesa de dissertação.

Examinado por:

Prof. D. Sc. – Leonardo Monteiro Trotta (UniCarioca),
Presidente da Comissão Examinadora

Prof. M. Sc. - Marcos Antônio Silva (UniCarioca)

Prof. D. Sc. Carlos Fernando Gomes Galvão de Queirós (SEEDUC/RJ)

Profa. B. Sc. – Paula Beatriz de Souza Cruz (SEEDUC/SP)

Rio de Janeiro
2021

Para Dona Madalena e “Zelito”. Não há como agradecer tudo o que vocês sempre fizeram e ainda fazem por mim.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar os agradecimentos, não posso deixar de mencionar a relevância das narrativas que permitem transformar estórias em histórias de vida. As narrativas associadas à sincronicidade de Jung revelam a minha conexão com cada pessoa, a quem sou grata durante esse percurso. Agradeço imensamente:

Aos meus pais, José “Zelito” (*in memorian*) e D. Madalena por todos os ensinamentos e incentivos que serviram de alicerce para as minhas realizações.

Aos meus irmãos, por todas nossas estórias que formam a nossa história, afinal, é muito amor envolvido.

À minha filha, razão do meu viver, por compreender as várias horas em que estive ausente por causa do desenvolvimento deste trabalho. Espero que eu consiga lhe ensinar que, sem esforço, dedicação, perseverança e foco, os objetivos não são atingidos.

Ao meu companheiro, Ivanildo Porciuncula, por toda paciência com meu jeito “complicado e perfeitinho”. Sua habilidade velejadora quando se depara com meu “vento forte” permite que possamos içar as velas e velejar enfrentando diferentes mares.

Ao meu orientador, professor Dr. Leonardo Monteiro Trotta, pela “energia boa” que se materializou em inúmeras conversas e conhecimentos partilhados durante esses dois anos, período em que sentimentos como medo, alegria, ansiedade e curiosidade estiveram presentes, mas que sempre foram amenizados com a célebre frase “calma, vamos conversar”.

À minha orientadora, professora Dra. Luciane Medeiros de Souza Conrado, com quem pude aprender e vivenciar na prática o conceito de motivação. Com sua intensidade conseguiu demonstrar assertivamente toda sua doçura e sensibilidade, ao mesmo tempo em que parecia tão dura e brava.

Ao grande amigo, Diego Mello, “O Cérebro”, que conquistei durante essa jornada. Foram momentos incríveis que mais pareciam um filme de animação, em que em alguns momentos, durante as aulas, costumávamos brincar “vamos dominar o mundo”. Já em outros de pânico, como na fatídica prova em folha de almaço, (risos) dizíamos: “a gente vai viver! a gente vai morrer!”. No final, deu tudo certo, e, “Pink e Cérebro” conseguiram superar todos os desafios.

Ao meu amigo José Diogo, pelas inúmeras conversas, desabafos e “causos”, durante os mais de 15.000 km de estradas, sei o quanto renderam boas risadas.

Ao Antônio Cezar Azadinho, produtor de jogos da *Goldelivery*, que conseguiu pacientemente compreender o objetivo da proposta. Os desafios foram imensos.

À minha companheira de trabalho Juliana Godoy, por toda sua Inteligência, perspicácia e incentivo. Suas contribuições foram preciosas.

A todos os professores do mestrado que me proporcionaram momentos de muita aprendizagem e a Raquel que sempre nos recebeu carinhosamente na biblioteca da instituição.

Aos demais familiares e amigos, tenho plena convicção de que se não fosse por todo incentivo e apoio recebido, esse trabalho não teria se concretizado.

Por fim, agradeço a todos os inspetores escolares, em especial às inspetoras Márcia, Joana, Lidiane, Fatima que por diversas vezes compartilhávamos inúmeras angústias, reivindicações e lutas.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

(Albert Einstein)

RESUMO

Diversas pesquisas discorrem sobre a atuação da inspeção escolar no decorrer da história da educação nacional, centrada na ação fiscalizadora e de controle estatal, visando a que o país ocupe um lugar de destaque junto aos países desenvolvidos. Entretanto, atualmente, com as crescentes mudanças sociais, novamente o país destoa do cenário mundial, agora, no que diz respeito à qualidade da educação. Neste sentido, o objetivo deste estudo é fomentar o processo de formação continuada do inspetor escolar em direção a uma atuação participativa e democrática nas instituições de ensino, por meio de uma metodologia que utilize como recurso as tecnologias digitais. O estudo tomou como *lócus* investigativo os inspetores escolares que atuam na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), localizada no município de São Pedro da Aldeia – Região dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro. Para composição deste trabalho foi realizada uma pesquisa de campo exploratória e preliminar, bem como a utilização de questionário e realização de entrevista. Após a coleta e análise de dados, buscou-se elaborar uma proposta de formação continuada, valendo-se das tecnologias digitais e analógicas. Para tanto, foi desenvolvido um jogo digital, *Serious Game,* utilizando-se gênero *Visual Novel* e proposto um curso em formato e-book. Quanto à produção do jogo, verificou-se ser uma ferramenta de grande importância, uma vez que permite de maneira lúdica e imersiva, a reflexão sobre o cotidiano escolar e as possibilidades de integração efetiva do Inspetor Escolar a este universo. Espera-se que a proposta de formação continuada possa ser utilizada enquanto referência, para que outras propostas de formação continuada sejam destinadas a este profissional.

Palavras-chave: Inspeção Escolar. Formação Continuada. Atuação Profissional. Tecnologias.

ABSTRACT

Several researches discuss the role of school inspection throughout the history of national education, centered on inspection and state control, aiming that the country occupies a prominent place with developed countries. However, nowadays, with the increasing social changes, the country is again out of step with the world scenario, now, with regard to the quality of education. In this sense, the objective of this study is to foster the process of continuing education of the school inspector towards a participatory and democratic performance in educational institutions, through a methodology that uses digital technologies as a resource. The study took as its investigative locus school inspectors who work at the Municipal Education Secretariat (SEMED), located in the municipality of São Pedro da Aldeia - Region of the Lakes, in the state of Rio de Janeiro. To compose this work, exploratory and preliminary field research was carried out, as well as the use of a questionnaire and an interview. After collecting and analyzing data, we sought to develop a proposal for continuing education, using digital and analog technologies. To this end, a digital game, Serious Game, was developed using the Visual Novel genre and a course in e-book format was proposed. As for the production of the game, it was found to be a tool of great importance, since it allows for a playful and immersive way, the reflection on the school routine and the possibilities of effective integration of the School Inspector into this universe. It is expected that the proposal for continuing education can be used as a reference, so that other proposals for continuing education are aimed at this professional.

Keywords: School Inspection. Training Continued. Professional performance. Technologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 – RESULTADO DO IEGM (2017) DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA.....62
FIGURA 2 – QUESTÃO SOBRE LOCAL DE ATUAÇÃO. 68
FIGURA 3 – FAIXA ETÁRIA DOS PARTICIPANTES. 69
FIGURA 4 – TEMPO GASTO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS. 71
FIGURA 5 – TEMPO GASTO EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS. 72
FIGURA 6 – TEMPO GASTO COM ORIENTAÇÃO/FISCALIZAÇÃO DOS ASPECTOS FINANCEIROS. 73
FIGURA 7 – GRAU DE IMPORTÂNCIA DAS DIMENSÕES DA GESTÃO ESCOLAR.....74
FIGURA 8 – ASPECTOS IMPORTANTES PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL. 75
FIGURA 9 – ASPECTOS IMPORTANTES PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL. 75
FIGURA 10 – TÉTRADE ELEMENTAR DOS JOGOS.....79
FIGURA 11 – EXEMPLO DE *VISUAL NOVEL*. 80
FIGURA 12 – PORCENTAGEM PER CAPITA (POR HABITANTES) DISPOSITIVOS DISPONÍVEIS.....81
FIGURA 13 – TÉTRADE ELEMENTAR DO JOGO *INSPEAÇÃO*.....82
FIGURA 14 – TÉTRADE ELEMENTAR DO JOGO *INSPEAÇÃO*.....83
FIGURA 15 – PRODUÇÃO DO INSPEAÇÃO NO TWINE. 84
FIGURA 16 – FIGURA 16 - ELEMENTOS 3D JÁ IMPORTADOS PARA O UNREAL ENGINE 4. 86
FIGURA 17 – CENÁRIO CORREDOR 01. 86
FIGURA 18 – CENÁRIO CORREDOR 02. 87
FIGURA 19 – SALA DE REUNIÕES. 87
FIGURA 20 – SECRETARIA. 88
FIGURA 21 – ENTRADA DA SECRETARIA. 88
FIGURA 22 – ENTRADA DA SECRETARIA. 89
FIGURA 23 – MODELO BASE MASCULINO. 89
FIGURA 24 – VISÃO LATERAL E FRONTAL DO MODELO BÁSICO MASCULINO. 90
FIGURA 25 – COMPARAÇÃO DO MODELO BASE MASCULINO E FEMININO. 90
FIGURA 26 – IDENTIDADE VISUAL DO JOGO APLICADA. 91
FIGURA 27 – EXEMPLOS DE HUD PARA *VISUAL NOVEL*. 92
FIGURA 28 – HUD DO JOGO INSPEAÇÃO. 92
FIGURA 29 – HUD DE PERGUNTAS DO JOGO *INSPEAÇÃO*. 93
FIGURA 30 – TELA DO MENU INICIAL. 93
FIGURA 31 – TELA DO OBJETIVO DO JOGO. 94
FIGURA 32 – FIGURA 32 - REFINAMENTO DA MODELAGEM. 96
FIGURA 33 – FIGURA 33 - TEXTURIZAÇÃO. 96

FIGURA 34 – CORREÇÃO DE BUGS. 97
FIGURA 35 – DISTRIBUIÇÃO DO JOGO. 97

TABELAS

TABELA 1 – CURSOS E OFICINAS SOBRE GESTÃO ESCOLAR. 69
TABELA 2 – CURSOS E OFICINAS SOBRE GESTÃO DO CURRÍCULO. 70
TABELA 3 – CURSOS E OFICINAS SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE DESEMPENHO. 70
TABELA 4 – AVALIAÇÃO DO JOGO 99

QUADROS

QUADRO 1 – PERFIL PROFISSIONAL OBSERVADO DO INSPETOR ESCOLAR. 76
QUADRO 2 – PERFIL PROFISSIONAL DESEJADO DO INSPETOR ESCOLAR. 77

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃODA PESQUISA - COMITÊ DE ÉTICA.....113
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA NA ESCOLA.....114

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO(TCLE).....115
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS INSPETORES ESCOLARES.....117
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DIREÇÃO 119
APÊNDICE D – ROTEIRO DO JOGO.....120
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO JOGO 128
APÊNDICE F – PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA 130

LISTA DE SIGLAS

2D	2 Dimensões
3D	3 Dimensões
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CETIC	Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CNE	Conselho Nacional de Educação
GDD	*Game Design Document*
HUD	Heads -Up Display
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEGM	Índice de Efetividade Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MVP	Minimum Viable Product
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCR	Plano de Carreiras e Cargos
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNE	Plano Nacional da Educação
SPA	São Pedro da Aldeia
STF	Supremo Tribunal Federal
SWOT	Weaknesses, Opportunities e Theat
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17
Motivação 17
Justificativa 21
1 PESQUISA EXPLORATÓRIA PRELIMINAR - GRUPO DE ESTUDOS DA INSPEÇÃO ESCOLAR 25
1.1 Matrículas de aluno com idade inferior a seis anos no ensino fundamental 26
1.2 Educação Especial e Regimento Disciplinar 27
1.3 Nomenclatura do cargo e atribuições da Inspeção Escolar 29
2 OBJETIVOS 30
2.1 Objetivo geral 30
2.2 Objetivos específicos 30
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 31
3.1 Breve histórico da Inspeção Escolar na Educação Nacional 31
3.2 Inspetor Escolar: Prática pedagógica ou administrativa? 37
3.3 A formação continuada do formador: o dilema vivenciado pelo inspetor escolar 47
3.4 Revolução tecnológica: da Informação ao conhecimento 50
3.5 O jogo elemento inerente a condição humana 52
4 METODOLOGIA 56
4.1 Delimitação do estudo 56
4.2 Quanto à Natureza 56
4.3 Quanto aos objetivos 57
4.4 Quanto à abordagem 58
4.5 Quanto aos procedimentos 58
4.6 População e amostra 59
4.6.1 Critérios de Inclusão e Exclusão 60
4.7 Local de pesquisa 62
4.8 Instrumentos 63
4.9 Coleta de dados 63
4.10 Análise crítica dos riscos e benefícios 65
4.11 Critérios éticos 66
4.12 Processo para obtenção do termo de consentimento livre e esclarecido 66
4.13 Análise de dados 67

5 QUESTIONÁRIO DE PESQUISA 67
5.1 Entrevista semiestruturada com a direção da unidade escolar 76
6 DESENVOLVIMENTO DO JOGO 78
6.1 Conceito 78
6.2 Pré-produção ou planejamento 82
6.2.1 Motores 83
6.2.2 Produção da Arte 84
6.2.3 Narrativa e Mecânica 84
6.2.4 Mecânica 85
6.3 Protótipo 85
6.4 Produção 85
6.4.1 Produção do Cenário 85
6.4.2 Personagens 89
6.4.3 Identidade visual 91
6.4.4 HUD e Menus 91
6.4.5 Programação 94
6.5 Alfa 95
6.6 Beta 95
6.7 Ouro 97
6.8 Pós-produção 98
7 PESQUISA PARA AVALIAÇÃO DO JOGO 99
7.1 Validação do jogo - análise *SWOT* 100
7.1.1 Forças 101
7.1.2 Fraquezas 101
7.1.3 Oportunidades 101
7.1.4 Ameaças 101
8 MATERIAL DIDÁTICO – PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA 102
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 103
REFERÊNCIAS 106
ANEXOS 113
APÊNDICES 115

INTRODUÇÃO

Motivação

O interesse pelo tema, o papel da Inspeção Escolar no Século XXI, guarda relação com diferentes momentos que compõem a minha trajetória. De modo a possibilitar ao leitor a compreensão desses momentos e a relação com o tema desta pesquisa, permito-me dividi-la em três momentos: as lembranças da inspeção escolar durante a infância, a relação profissional com a inspeção escolar enquanto professora e minha atuação como inspetora escolar. Tais momentos, além de despertarem em mim o interesse pelo tema, levaram-me a procurar respostas de como contribuir para atuação desse profissional.

Fui criada no extremo sul da cidade de São Paulo, local que já foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos lugares mais violentos do mundo, onde passei minha infância e frequentei as escolas públicas da região. Meus pais, motorista de ônibus e merendeira, apesar de pouca instrução, faziam questão de que eu frequentasse a escola por acreditarem que só assim eu poderia modificar minha realidade.

O sociólogo Pierre Bourdieu (2015) expõe que as camadas proletárias depositavam em seus filhos a esperança de que por meio dos estudos pudessem ascender às camadas sociais mais elevadas. E, desse modo, as ações dos meus pais guardavam alguma relação com as pesquisas apresentadas pelo autor.

Dentre as principais recordações, lembro-me de ter estudado na escola em que minha mãe trabalhava, e o quanto era divertido, após o horário de aula, brincar de ser professora com os filhos de outros funcionários, de ter contato com o giz, varrer as salas de aula e participar dos momentos festivos da escola. Algumas dessas lembranças trazem à tona os momentos de alegria interrompidos pela visita da Supervisão de Ensino (Inspeção Escolar). Nessas ocasiões tínhamos que nos esconder, pois não era permitido permanecer na escola após nosso turno de estudo. Entretanto, pelo fato de as mães não terem com quem deixar os filhos, o ambiente escolar era nossa diversão. Ainda hoje guardo a lembrança da tensão da minha e das outras mães quando, ao ser anunciada a chegada da inspeção, criavam artifícios para nos avisar que deveríamos desaparecer.

Nesse contexto, o período vivenciado por esta autora no início da década de 1990, ainda que durante a infância, marcaram os primeiros contatos e impressões sobre a atuação da inspeção escolar permitindo-lhe inferir uma atuação pautada na fiscalização e vigilância de forma hierarquizada.

A esse respeito, é importante salientar que deve haver uma hierarquia na vigilância, pois é preciso definir quem vigia e quem é vigiado, podendo consequentemente também definir como, quando e de que forma um pequeno grupo pode vigiar um grande número de pessoas (BARRICHELLO; MOREIRA, 2015).

De modo geral, a infância foi muito tranquila: meu pai sonhava que eu me tornasse professora e eu afirmava que seria advogada. Cursando o ensino médio, e sem saber ao certo que caminhos percorrer, meu pai dizia que eu deveria fazer um cursinho pré-vestibular, pois culturalmente havia a ideia de que só assim eu teria chances de frequentar uma universidade pública. Hoje ao me recordar dessa época, tenho plena convicção de que foi um momento de descoberta. Percebi que muito embora tivesse obtido boas notas durante o período em que cursei a educação básica, não conseguiria concorrer ao tão sonhado curso de Direito.

O ambiente influencia a forma como compreendemos o mundo e tomamos decisões, nos baseando nessa compreensão.

A esse respeito, Goodson e Petrucci-Rosa (2020) argumentam que se a escola passasse a tratar a aprendizagem narrativa no âmbito da cultura e da política, não haveria espaço para um currículo definido e estruturado sem diálogo com as histórias de vida. Em outras palavras, passei durante muito tempo me questionando se teria sido uma “excluída no interior da escola”, conforme preconizado por Bordieu (2015). Diante desses questionamentos, permito-me seguir construindo minha narrativa com cautela para não deixar o leitor enfadado e não correr o risco de colocar-me numa posição de vítima da escola pública.

Iniciei a graduação no curso de Licenciatura em Educação Física na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), localizada cerca de 600 km da residência dos meus pais. Esse período foi extremamente importante, tanto para meu amadurecimento pessoal, quanto para a minha formação profissional. Participei de grupos de pesquisa, monitoria, congressos e eventos relacionados à avaliação e prescrição de atividades motoras.

Após concluir a graduação, retornei à capital, tendo sido aprovada no concurso da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, onde ingressei como professora de Educação Física, atuando por três anos nessa função.

Durante o período de 2009 a 2014, fui designada como professora orientadora dos anos finais e ensino médio na rede estadual e ingressei como professora de Educação Física na rede municipal de São Paulo. Na função de professora orientadora, minhas principais atribuições consistiam em articular o desenvolvimento de projetos da área educacional, coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica e orientar as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional dos docentes. Nesse período, minhas atribuições me colocavam em contato com a supervisão de ensino durante a realização dos cursos de capacitação que eram por eles ministrados nas diretorias de ensino. Já durante a visita nas escolas, o foco da supervisão era voltado para questões administrativas, como controle de livro ponto, conferência de merenda e documentos, sem nenhuma intervenção específica na área pedagógica. Na função de professora de Educação Física, tive pouco contato com a Supervisão de Ensino, e diferentemente dos principais problemas constatados na rede estadual, no município a infraestrutura era satisfatória, não havia tanta burocracia e o plano de carreira da rede incentivava a capacitação profissional. Entretanto, ainda assim, observava inúmeras dificuldades no contexto da aprendizagem.

Em 2015, após ter sido aprovada no concurso da Prefeitura Municipal de Carapebus, atuei acumulando os cargos de professora e pedagoga. No cargo de pedagoga exercia a função de supervisora de ensino, cujas atribuições eram, na verdade, as mesmas da inspeção escolar; porém, devido à função extremamente burocrática do cargo, baseada única e exclusivamente na conferência de documentos, fiquei por um período curto de 3 meses, quando decidi exonerar e atuar somente como professora de anos iniciais, contratada na Prefeitura Municipal de Rio das Ostras.

Em 2019, assumi o cargo de inspetora escolar na Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia. Nesse período, participei do IV Encontro de Inspetores Escolares, no qual foram debatidos os temas: “História, memória e relevância do papel do professor Inspetor Escolar” e “Professor Inspetor Escolar: quem é esse profissional na atualidade?”. No decorrer dos debates sobre a função do Inspetor Escolar, uma palestrante, inspetora escolar, afirmou que, diante dos avanços tecnológicos, o cargo de Inspetor Escolar encontrava-se ameaçado de extinção. Segundo sua visão, a

tecnologia poderia substituir os inspetores, servindo de ferramenta de fiscalização mais eficiente. Diante de tal afirmação, comecei a me indagar sobre quais seriam, na verdade, as atribuições da inspeção escolar nos dias atuais. Embora não tivesse externando minhas inquietações, questionei-me se a tecnologia se constitui ameaça ou aliada na atuação da inspeção escolar. Estariam os profissionais que atuam como Inspetores Escolares ameaçados pela transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle preconizada por Deleuze?

Ainda em 2019, o Conselho Municipal de Educação (CME), propôs o Revisão do Regimento Educacional, por meio de estudos que inicialmente foram realizados com toda comunidade escolar e, posteriormente, estruturados de acordo com o cargo. Esse período foi fundamental para que fosse realizada uma pesquisa exploratória preliminar contribuindo, assim, para a formulação do problema de pesquisa. Convém ressaltar que a etapa para formulação do problema de pesquisa foi um dos momentos cruciais para o desenvolvimento deste estudo, como demonstra um excerto retirado do diário de pesquisa:

> *Certamente essa não deve ser a forma mais adequada de tratar assuntos referentes à orientação. Entretanto, gostaria de compartilhar o turbilhão de inquietações que me cercam. Confesso que sabia dos desafios, tanto pelo perfil do orientador, quanto pela temática escolhida. Tenho realizado diversas leituras com intuito de mergulhar cada vez mais na temática estudada e tentado conversar com alguns colegas de profissão, e esse tem sido o maior desafio. Durante três semanas acompanhando o grupo de estudos, tenho me sentido extremamente aflita com os debates e apontamentos realizados por meus próprios colegas. Não se trata de divergências relacionadas à concepção de ensino, mas sobre o desconhecimento de assuntos dos quais entendo que se deva ter uma compreensão mínima para o desempenho de nossas* funções. [...] *Como a cada encontro existe polêmica durante os debates, esta situação me aflige mais do que deveria. Fico me perguntando como lidar com o meu lado sensível e ao mesmo tempo desenvolver o meu perfil pesquisadora. Talvez você possa me ensinar. Enfim, certamente amanhã lhe procurarei, mas é pouco provável que consiga externar, de forma clara, minhas inquietações. Mas gostaria que soubesse que pela primeira vez irei lhe procurar sem o medo que sempre me consumiu. Pode ser uma bronca daquelas que me faça chorar, um conselho, um choque de realidade, alguma coisa, pois se tem alguém que conheci que pode me acalmar será o senhor (Registro, realizado em 13/09/2019, e extraído do diário de bordo).*

Assim, é importante salientar que as observações acima apresentadas deram origem, posteriormente, à idealização do cordel que compõe a formação continuada proposta em um e-*book*.

Em 2020, após uma nova Coordenação, assumi a chefia do grupo de Inspetores Escolares de São Pedro da Aldeia (SPA), e, em decorrência da pandemia, vivenciamos um novo período em que a tecnologia começou a ser implementada na nossa rotina. A partir da criação de um site, os inspetores analisavam documentos

disponibilizados pela Coordenação de Inspeção Escolar que fomentavam o debate a partir de suas respectivas análises. Confesso que, embora a maioria das atividades estivessem relacionadas à análise de documentos e formulários, a forma como ocorriam as discussões era envolvente e, muitas vezes, juntamente com outros inspetores, pelas redes sociais, iniciávamos debates que rendiam horas de discussões. Naquele momento pude perceber que, embora estivéssemos vivenciando o distanciamento social em decorrência da pandemia, a tecnologia, a partir de sua característica ubíqua, aproximava-nos sem, contudo, suplantar a nossa importância enquanto profissionais. Muito ao revés, dava-nos subsídios para discussão e aprofundamento naquilo que entendo ser a verdadeira função do inspetor escolar. Entretanto, com a saída da idealizadora do site, o espaço para as discussões foi consideravelmente reduzido.

A partir das próximas seções que tratam da justificativa, objetivo do estudo e suas delimitações, deixo a narrativa pessoal e adoto uma linguagem impessoal, quesito imprescindível para este tipo de estudo, mas com o desejo de ter possibilitado ao leitor compreender os anseios e inquietações que motivaram esta pesquisa.

Justificativa

Este estudo mostra-se relevante à medida que demonstra a importância do profissional que atua como inspetor escolar no acompanhamento e assessoramento de políticas públicas em diferentes momentos na história da educação brasileira. Nesse sentido, a investigação sobre a atuação profissional do inspetor escolar oferecerá subsídios para a formação continuada desse profissional, vislumbrando novos caminhos para a sua atuação.

Diversas pesquisas discorrem sobre a atuação da inspeção escolar no decorrer da história da educação nacional, centrada na ação fiscalizadora e de controle estatal, que teve dentre as principais finalidades a democratização do ensino, visando que o país ocupasse um lugar de destaque junto aos países desenvolvidos. Entretanto, atualmente com as crescentes mudanças sociais, novamente o país destoa do cenário mundial agora no que diz respeito à qualidade da educação.

Silva (2017) destaca que embora o papel da inspeção escolar tenha apresentado mudanças, ainda mantém suas características primárias. Segundo a autora, as ações da inspeção escolar, legitimadas por meio da legislação, objetivam

o controle escolar e pouco contribuem para a melhoria dos resultados e da qualidade da educação ofertada.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 para o decênio de 2014 a 2024, estabelece, dentre outras, as seguintes diretrizes: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade do ensino; valorização dos profissionais da educação e difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. A partir dessas diretrizes, algumas metas foram adotadas para esse período dentre as quais: atingir as médias nacionais para o IDEB e garantir a todos os profissionais da educação formação continuada em sua área de atuação.

Dentre as estratégias adotadas para o alcance das metas, é importante salientar as que versam sobre os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), pois, de acordo com o PNE, os resultados do IDEB devem ser confrontados com os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).

Conforme resultados do ano de 2018 divulgados pelo Ministério da Educação, no que diz respeito ao desempenho dos estudantes e de acordo com os resultados do PISA, o Brasil ocupa a 57º posição, dentre um total de 79 países avaliados, apresentando-se em estado de estagnação, se comparado a dados estatísticos obtidos no ano de 2009 (INEP, 2018). Neste sentido, os resultados podem ser reflexos dos inúmeros desafios que a educação nacional precisa superar e que, por conseguinte, resultarão na melhoria de sua qualidade.

É importante salientar que, no decorrer da elaboração desta pesquisa, a pandemia do Covid-19 se alastrou por todo o mundo. Em decorrência das medidas de isolamento social impostas do dia para a noite, as atividades educativas presenciais, em diversos sistemas de ensino, foram substituídas abruptamente por atividades remotas, exigindo dessa forma um olhar pedagógico singularizado por parte de diferentes profissionais que atuam na área educacional. Nessa perspectiva, os reflexos da atual pandemia evidenciam um novo cenário educacional, com a necessidade da adoção de ações coletivas que promovam um ensino de qualidade a todos os alunos.

Diante do atual cenário global e da realidade educacional brasileira, a educação digital impõe novos desafios, os quais demandam atenção, tanto no que diz respeito

às garantias de acesso, quanto aos cuidados relacionados à mera transposição das atividades presenciais para forma remota, sem considerar suas peculiaridades.

A adoção de medidas como a redução dos dias letivos previstos na LDB, a possibilidade do desenvolvimento de atividades educacionais de forma remota, evidencia a relevância do tema de pesquisa e a necessidade de atualização do profissional que atua como inspetor escolar, com vistas à garantia dos princípios que norteiam a educação nacional. Nesse contexto, algumas políticas adotadas e a inércia de diferentes sistemas de ensino, durante o período atual, aumentaram substancialmente a relevância sobre qual o papel da inspeção escolar e sua atuação no século XXI.

Silva (2017) destaca que é possível identificar uma escassez de referências sobre o histórico de formação e a atuação do inspetor escolar no país.

> A Inspeção escolar é uma função que merece atenção no cenário da educação brasileira, pois o trabalho deste profissional vem sendo construído com base em dispositivos legais que evidenciam a produção de uma função fiscalizadora e de controle sobre as escolas (SILVA, 2017, p. 22).

Esta pesquisa é voltada para a atuação da inspeção escolar enquanto agente público, articulador na consolidação de políticas e programas fundamentados na concepção de gestão democrática e participativa, bem como a promoção de um ensino de qualidade a todos os estudantes.

Dessa forma, o que proponho neste estudo, além de compreender a atuação profissional do inspetor escolar, é o desenvolvimento de uma proposta de formação continuada que possa contribuir com o processo de desenvolvimento profissional do inspetor escolar.

Para realização deste trabalho, foi utilizada como metodologia a triangulação sequenciada, método que se apoia nas abordagens qualitativa e quantitativa e utiliza a combinação de diferentes fontes de coleta e métodos de análise de dados. A abordagem qualitativa foi extremamente importante e deu suporte à formulação do problema deste estudo, a partir da pesquisa exploratória preliminar. Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre as principais atribuições do Inspetor Escolar no contexto da gestão democrática e participativa. A segunda etapa foi a aplicação de questionário focado em coletar dados sobre a formação continuada do Inspetor Escolar e sua atuação, delineando assim o perfil profissional dos Inspetores Escolares que atuam no município de São Pedro da Aldeia, além de entrevista com o diretor de uma unidade escolar.

No primeiro capítulo será apresentada uma Pesquisa Exploratória Preliminar – Grupo de estudos da Inspeção Escolar – realizada por meio da observação participante num grupo de estudos de inspetores escolares do município de São Pedro da Aldeia.

No segundo capítulo será apresentada a fundamentação teórica, ou seja, o Estado da Arte que possibilitou o maior entendimento da questão através da revisão bibliográfica e análise documental, permitindo, dessa forma, maior aproximação entre os discursos levantados junto aos participantes, embasando a metodologia deste estudo. A fundamentação teórica foi organizada da seguinte forma: Breve histórico da inspeção escolar na educação nacional; Inspetor Escolar: prática pedagógica ou administrativa; A formação continuada do formador: o dilema vivenciado pelo inspetor escolar; Revolução tecnológica: da informação ao conhecimento e o Jogo: elemento inerente à condição humana.

O terceiro capítulo relata o percurso metodológico utilizado no presente estudo, bem como os critérios éticos adotados para resguardar os participantes dos eventuais riscos ocasionados pela exposição à pesquisa.

O quarto capítulo discorre sobre a proposta de formação continuada que vai desde a concepção e criação do *Serious Game* à produção do e-book.

No quinto capítulo, apresenta-se a análise e discussão dos resultados a partir da categorização dos dados pelo programa estatístico *MAXQDA* e pela análise de *SWOT*.

Por fim, retomam-se alguns aspectos discutidos ao longo da pesquisa à luz do referencial teórico com algumas considerações acerca da importância da tecnologia no processo de capacitação e atuação do inspetor escolar. As considerações finais não esgotam a discussão sobre o tema, que tem por finalidade o avanço da ciência e a produção acadêmica.

1 PESQUISA EXPLORATÓRIA PRELIMINAR - GRUPO DE ESTUDOS DA INSPEÇÃO ESCOLAR

Neste capítulo, serão apresentados os registros e análises realizadas na etapa exploratória da pesquisa.

Prodanov e Freitas (2013) entendem a pesquisa exploratória como a fase inicial da investigação na qual a busca de subsídios facilitem a definição e o delineamento do tema, isto é, “orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52)

Assim, no desempenho de minhas funções e a fim de buscar indícios quanto à percepção de outros inspetores escolares, foi realizada uma pesquisa exploratória preliminar por meio de observação participante, acompanhando parte do processo de reformulação do regimento do município em que atuo, organizado pelo Conselho Municipal de Educação.

O início das observações realizadas em campo se deu com as reuniões para estudo do regimento, realizadas em meados de 2019, as quais ocorreram durante 8 (oito) encontros com duração de 4 horas por encontro. Em geral, as observações foram baseadas nos debates que surgiram durante os encontros.

As discussões foram mediadas por duas moderadoras eleitas por meio de votação entre os inspetores escolares, para representar a categoria perante o Conselho Municipal de Educação. A estratégia adotada para apreciação do regimento vigente foi a projeção em sistema de multimídia, seguido da leitura de cada artigo, sendo logo após aberto espaço para debate. Não havia uma organização com indicação e ordem nominal para quem estaria habilitado a debater, o que pode ter prejudicado algumas observações, tendo em vista que as discussões eram intensas e todos expunham seus entendimentos ao mesmo tempo.

Os dados obtidos pela observação participante foram interpretados mediante “Análise de Conteúdo Temática” (MINAYO, 2004). As observações, consideradas mais importantes para formulação do problema no presente estudo, foram registradas em diário de campo imediatamente após o momento da interação no intuito de preservar o real teor dos debates.

De acordo com Batista (2019), o diário de bordo tem papel fundamental no processo da investigação, consubstanciando-se em importante ferramenta de

reflexão, o que permite construção de conhecimentos considerando o que foi vivenciado durante a pesquisa.

Com o encerramento da observação participante, as informações foram impressas, sendo feita a leitura flutuante de todos os dados transcritos. A partir da referida leitura, elementos temáticos foram se destacando, assim como foram estabelecidos os recortes desse material. A leitura de tais recortes prosseguiu e, por fim, configuraram as categorias que serão apresentadas a seguir.

Para facilitar a compreensão das observações, as temáticas extraídas da análise dos dados foram organizadas em três categorias principais, denominadas: “Matrícula de aluno com idade inferior a 6 (seis) anos no Ensino Fundamental”; “Educação Especial e Regimento Disciplinar” e; “Nomenclatura do Cargo e Atribuições da Inspeção Escolar”.

1.1 Matrículas de aluno com idade inferior a seis anos no ensino fundamental

Nesta seção serão apresentadas duas ocasiões de interação entre a pesquisadora, outros inspetores escolares e as mediadoras do grupo de estudo. Inicialmente, a interação ocorreu durante a leitura do capítulo que trata da organização da vida escolar do aluno no que concerne à matrícula feita de acordo com a faixa etária do estudante. Esta leitura foi alvo de discussões em decorrência do parágrafo 2º do artigo 94, conforme transcrito:

> Art. 94. A matrícula na Educação Infantil é feita de acordo com as seguintes faixas etárias: [...] de 06 (seis) [...] meses a [...] a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses. § 2º Excepcionalmente, o aluno com idade inferior ao mínimo considerado no caput deste artigo pode ser matriculado na etapa subsequente, caso a equipe Técnico-Pedagógica reconheça, após o período de observação no ambiente escolar e avaliação descritiva dos aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social do aluno para cursar aquela classe. (Regimento da Rede Municipal de Ensino de São Pedro da Aldeia, p.53).

Os debates iniciaram-se pela compreensão de que o referido parágrafo deveria ser remanejado para o capítulo destinado à avaliação. Entretanto, as discussões acentuaram-se quando foi sugerida a supressão do referido parágrafo apresentando como justificativa a Portaria do Ministério da Educação, as Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que tratam sobre a matrícula de alunos com idade inferior a 6 anos no ensino fundamental.

Tal sugestão não foi bem aceita por alguns integrantes havendo posicionamentos como: *“não permitir o avanço da criança que já sabe ler, deixa ela desmotivada, fazendo coisas que já sabe. E o professor como vai dar conta disso? A gente não pode limitar essa criança. Ela não tem culpa”* (informação verbal).

Outros integrantes afirmaram já terem realizado o procedimento:

> *Realizei o avanço desse aluno a partir do processo de reclassificação. O pai faz uma solicitação, justifica que a criança está desmotivada porque está numa turma com outro nível de desenvolvimento, precisamos atender a demanda. Já protocolamos esse processo aqui, nesse ano.* (informação verbal).

Por não haver consenso entre os presentes, e aflorados os ânimos, as mediadoras deliberaram que o tópico fosse retomado em outro encontro.

Após a situação inicial, no encontro que se sucedeu, as mediadoras informaram aos participantes que a Coordenação da Inspeção Escolar e sua equipe optaram pela supressão do referido parágrafo. Entretanto, sem explicitar aos presentes as razões.

1.2 Educação Especial e Regimento Disciplinar

O encontro para o estudo do regimento iniciou-se a partir da leitura do capítulo que trata sobre a matrícula dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos. Na ocasião, uma das inspetoras destacou – segundo sua percepção – a necessidade de o Regimento Escolar normatizar punições para os alunos, público-alvo da educação especial. Segundo a participante *"É preciso restringir esse aluno para que ele não prejudique os demais"* (informação verbal).

Em seguida, a participante enfatizou:

> *A gente tem que priorizar as outras crianças também. Eu dei aula numa escola em que um aluno especial quase furou o olho do colega com um lápis. Deu polícia, deu conselho tutelar, deu tudo, sabe o que aconteceu? O garoto agredido teve que sair da escola. O conselho tutelar mandou ele sair da escola. Ele teve que ser retirado, então, eu não acho isso correto.* (informação verbal).

Após as primeiras afirmações, iniciou-se um debate acirrado entre os presentes, momento em que determinado participante, externando perplexidade diante das alegações, teceu as seguintes considerações:

> *No âmbito da educação municipal, o município não dispõe da estrutura necessária para a modalidade da educação especial, não temos salas de recursos multifuncionais. O atendimento Educacional especializado (AEE) se dá apenas na escola de Educação Especial. Na escola, os professores carecem de orientações e suporte para garantir a inclusão desse aluno. E*

> *durante uma reunião em que deveríamos refletir sobre ações que possam contribuir para superação dessas dificuldades estamos pensando em punição? Quais avaliações estamos fazendo sobre esse aluno?* (Informação verbal).

Com um clima de tensão estabelecido, outra participante mostrou-se incomodada e em réplica, enfatizou que pensamentos como os descritos fazem o aluno pensar: "*Eu posso beliscar, morder, arranhar, cortar, furar, pular muro, socar diretor, bater em professor e nada acontece, então eu vou continuar fazendo".*

Em resposta, a autora afirmou: *"Nós somos especialistas em educação, é inadmissível que enquanto profissionais, possamos ser condizentes com esse posicionamento, devemos contribuir para diminuir as dificuldades encontradas ao invés de optar pela exclusão do aluno"* (Informação verbal).

Por conseguinte, as mediadoras fizeram o uso da palavra, uma discorreu sobre as limitações do sistema de ensino, que segundo sua percepção, por vezes, ultrapassa a competência da inspeção escolar. Já a outra enfatizou que: *"Não só o aluno PNE como qualquer outro, quando é retirado da escola por dois ou três dias está entrando no âmbito da exclusão, sendo exposto a uma situação de vulnerabilidade muito maior do que estar dentro da escola"* (Informação verbal).

Após as colocações das mediadoras, optou-se por retomar as discussões sobre o assunto em outro encontro. Sendo possível afirmar que o objeto inicial da análise, a redução na quantidade de alunos por turma, dois de alunos por classe, a cada matricula de aluno da modalidade de Educação Especial, não foi contemplado. Os dias que sucederam os primeiros encontros resultaram na orientação da Coordenação da Equipe de Inspeção Escolar, por meio do *whatsapp,* informando aos inspetores que a dinâmica dos encontros seria alterada. Sendo adotada a partir daquele momento, a estratégia de divulgar previamente os assuntos a serem analisados conforme transcrevo: "*O estudo do Regimento será sobre Classificação e Reclassificação, devendo os inspetores se inteirar do assunto para melhor discussão".*

Insta salientar que os assuntos cujos entendimentos eram divergentes não foram retomados nos encontros seguintes. Entretanto, os desdobramentos após a reunião forneceram detalhes que permitiram pensar sobre a necessidade de atualização desse profissional.

1.3 Nomenclatura do cargo e atribuições da Inspeção Escolar

Neste tópico, a interação entre a pesquisadora e os demais participantes originou-se a partir da discussão dos documentos que discorrem sobre as atribuições da Inspeção Escolar descritas no Plano de Carreiras e Cargos (PCCR) e no Regimento Escolar.

Os encontros ocorridos para discussão da temática foram interrompidos, diversas vezes, sob a alegação dos participantes que não houve ampla divulgação do assunto. Sendo o assunto objeto de interesse de todos os participantes, constituía-se em equívoco o prosseguimento das discussões sem a ciência e convocação de toda a classe. Entretanto, embora as reuniões não tenham resultado na alteração do documento, a maioria dos participantes presentes convergiam para a adoção da nomenclatura “Professor Inspetor “Escolar”, o que segundo os defensores dessa corrente resultaria em benefícios para categoria relacionados à: redução da carga horária, acúmulo de cargos e, tratamento especial com relação a aposentadoria por tempo de serviço.

No que concerne às atribuições do cargo descritas no regimento escolar, os debates centraram-se na necessidade de a inspeção escolar assinar o histórico juntamente com o diretor sendo observadas algumas divergências, conforme transcrevo: “*Se retirarmos essa obrigatoriedade retroagiremos e novamente teremos elevada quantidade de históricos elaborados com erros”.*

Quanto à síntese das atribuições do cargo descritas no PCCR, merecem destaques os registros que demonstram preocupação da Inspeção Escolar não interferir nas atribuições da Supervisão Pedagógica, pois segundo os registros, os referidos profissionais são os responsáveis pelo aspecto pedagógico: *“Devemos sim, atuar no campo administrativo, pedagógico e financeiro, mas sem ultrapassar determinados limites*”.

A partir da pesquisa de campo realizada, surgiram os seguintes questionamentos: como a atuação da inspeção escolar nos dias atuais tem colaborado para o trabalho desenvolvido nas unidades escolares, considerando os princípios e fins da educação nacional? Como tem ocorrido a formação continuada desse profissional? Parte-se da hipótese de pesquisa: a atuação da inspeção escolar não cumpre integralmente o seu papel articulador, orientador e de acompanhamento dos aspectos pedagógicos, administrativos e legais.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Fomentar o processo de formação continuada do inspetor escolar em direção a uma atuação participativa e democrática nas instituições de ensino por meio de uma metodologia que utilize como recurso as tecnologias digitais.

2.2 Objetivos específicos

a) Investigar as principais atividades realizadas pelo inspetor escolar em sua prática cotidiana;
b) investigar o processo de formação continuada do inspetor escolar;
c) produzir um *Serious Game* que auxilie na formação continuada do Inspetor Escolar
d) avaliar por meio da análise *SWOT* o jogo *Serious Game* e
e) produzir um material didático (e-book) que auxilie na capacitação do Inspetor Escolar.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Breve histórico da Inspeção Escolar na Educação Nacional

De acordo com Saviani (2019), não é possível compreender o presente se não compreender as suas raízes, o que implica no estudo de suas origens. “O presente se enraíza no passado e se projeta no futuro” (SAVIANI, 2019, p. 4).

Desse modo, colocando-se em análise esta questão, torna-se necessário regressar de forma breve, mas indispensável à construção deste cargo na história da educação no Brasil.

Passado mais de um século do início da implantação do sistema público de ensino, e diante das mudanças no cenário educacional, faz-se necessário considerar a importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), marco histórico para a área educacional. Promulgada no ano de 1996, após a Constituição Federal de 1988, estabelece dentre outras premissas, a universalização do ensino, a gestão democrática, a autonomia escolar, a garantia de padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação e a vinculação entre a educação escolar, trabalho e as práticas sociais.

Conforme disposto no inciso II do art.61 da LDB, entende-se por inspeção escolar, a função exercida por profissionais da educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação na área.

Dentre as principais atribuições desse profissional, estão a de assessorar, subsidiar, supervisionar e avaliar o trabalho desenvolvido nas unidades escolares. Trabalhar com o pedagógico, o administrativo e financeiro, além de prezar pelo cumprimento de leis e normas, ou seja, organização e funcionamento da escola, do ensino, da regularidade funcional dos corpos docentes e discentes e da existência de satisfatórios registros e documentação escolar.

Compreender a atuação da inspeção escolar no decorrer da história da educação brasileira, remonta ao surgimento das primeiras escolas públicas do país no período do Império, período este cuja atuação da inspeção escolar teve como foco principal aumentar os níveis de escolaridade das camadas populares oriundas da escravidão.

A atuação da inspeção escolar no século XIX teve um sentido muito preciso, caracterizado pelo conceito de nação cujos princípios perpassavam pelo respeito à

instituição estatal. Sua atuação pressupunha a garantia do acesso das camadas populares à educação, bem como um instrumento de controle do Estado.

A esse respeito, o historiador Vinicius Santos afirma que a atuação da inspeção escolar (inspetor da instrução) se caracterizava através de ações com caráter higienizador, disciplinar e moralizador conforme proposto pela elite vigente no século XIX. Santos (2017) evidencia em seus estudos a partir da análise dos termos de visitas feitos pela Inspeção Escolar na Província do Rio de Janeiro, que a atuação da inspeção escolar, nos estabelecimentos de ensino, possuía características controladoras consideradas fundamentais para que o Brasil alcançasse o progresso dos demais países. Segundo o autor, a escola representava uma tentativa de controle pelo Estado das classes perigosas, evitando assim, movimentos de revoltas e sublevações.

O perfil profissional da inspeção escolar exercido tanto durante o período do Império quanto republicano, foi marcado por um caráter extremamente fiscalizador, com objetivo de garantir o cumprimento de leis e normas relacionadas ao funcionamento e organização das unidades de ensino.

Para Silva (2017), a atuação da inspeção escolar evidencia a formação de um profissional centrado no controle da escola. Entretanto, enquanto mediador entre o legislativo e o executivo, também é responsável pelo desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, e deveria atuar por meio de ações voltadas para orientação pedagógica e administrativa das instituições.

Nesse sentido, muito embora tenha havido mudanças no cenário educacional, a atuação da inspeção escolar ao longo dos anos continua perpetuando a prática profissional pautada em funções burocráticas e fiscalizadoras, negligenciando, por vezes, a atuação no âmbito do campo pedagógico que também constitui escopo de suas atribuições.

Santos (2017) ainda destaca que a LDB não alterou substancialmente a realidade dos sistemas educacionais, pois poucos cursos enfatizam esse campo de atuação, além da dificuldade no entendimento da atividade do Inspetor Escolar no exercício de suas competências.

Pesquisadores como Valdeniza Barra (2017), Alberto Damasceno e Suellem Pantoja (2020), Lilian Dias (2017), Érica Biase e Ivana Santos (2017) e Héctor Monarca e Noelia Fernández-González (2016) se interessam pelo tema.

Barra (2017), no artigo “O serviço de inspeção escolar e a funcionarização pública da profissão docente no século XIX”, ao realizar um estudo comparativo sobre os regulamentos que norteavam a atuação da inspeção escolar nas províncias de Goiás e de São Paulo, apresenta como resultados da pesquisa, singularidades locais. Mas, também aponta, como denominado pela autora, um “*modus operandi”* comum às duas províncias, na qual o serviço da inspeção escolar serviu como instância de mediação entre o Estado e as práticas docentes, de modo regulador e disciplinar.

Os pesquisadores Alberto Damasceno e Suellen Pantoja (2020) no artigo “Controle e Fiscalização do Ensino no Pará: a Inspeção Escolar no início do século XX”, mediante análise documental de diferentes fontes, destacam a relevância do papel da inspeção escolar na consolidação do novo sistema de instrução, dada a importância e o poder designados a esses agentes, cuja atuação era capaz de contribuir na formação do cidadão republicano.

Lilian Dias (2017), no estudo sobre “O papel do Inspetor Escolar na Gestão Democrática”, reconhece a figura do Inspetor Escolar enquanto agente executor das políticas públicas, bem como sua relevância na consolidação das estruturas democráticas de gestão. A autora destaca as mudanças em decorrência das grandes reformas educacionais e, consequentemente, a necessidade de ultrapassar algumas práticas profissionais consideradas por ela ultrapassadas, propondo uma nova atuação desse profissional a fim de promover uma articulação entre sociedade e os órgãos públicos.

Érica Biase e Ivana Santos (2017), no artigo “Inspeção Escolar: atuação no processo democrático das instituições de ensino”, discorrem sobre o papel do inspetor escolar enquanto gestor que atua tanto no âmbito da escola quanto do sistema educativo e sua vinculação a uma relação política, administrativa e pedagógica.

De acordo com as autoras, no que se refere aos aspectos relacionados à formação acadêmica do Inspetor Escolar, as instituições de ensino, muitas vezes, negligenciam reflexões filosóficas, sociológicas e culturais que propiciam um conhecimento mais amplo, e focam em questões burocráticas e administrativas que não apresentam avanços no processo de construção do conhecimento. Nessa acepção, as autoras entendem que os profissionais inseridos na dinâmica escolar devem buscar novas perspectivas num processo formativo permanente, que objetivem uma visão integradora na construção de uma educação democrática e dialógica.

Monarca e Fernández-González (2016) realizaram estudo que analisou o papel da Inspeção Escolar na implementação de inovações educacionais na Espanha. Os autores verificaram que a participação da Inspeção Escolar se baseou na atuação de forma reguladora, ou por meio de controle institucional. Os resultados demonstram que a atuação da inspeção escolar, centrada na reprodução de documentos oficiais, constitui-se obstáculo e pouco corrobora para a transformação da prática educacional. Os autores evidenciam a necessidade de se repensar o papel da inspeção escolar que é percebido como totalmente remota ou distante das práticas docentes.

Embora não seja objeto deste estudo aprofundar sobre o contexto histórico da inspeção escolar, é importante considerar que a figura do inspetor escolar acompanha a história da educação brasileira desde os seus primórdios e apresenta grande importância para o contexto educacional, tendo em vista que seu trabalho garante a regularidade dos estudos nos estabelecimentos de ensino e proporciona informações de interesse coletivo (SILVA, 2017).

A partir da chegada dos jesuítas, no século XVI, tem início a educação formal no Brasil e os primeiros indícios da ideia de inspeção escolar, representada pela figura do prefeito dos estudos, que surge a partir de um plano geral de estudos, elaborado por Manuel da Nóbrega, denominado *Ratio Storium*, organizado pela Companhia de Jesus. O plano, com caráter universalista, instituía as regras relacionadas ao ensino, e, ao prefeito dos estudos competia acompanhar os estudos, dirigir as aulas, lembrar os professores de explicarem todas as matérias, além da função de ouvi-los e observá-los (SAVIANI, 2019 p. 55).

Boldarine (2014) destaca que no século XVIII, a partir das reformas pombalinas, a ideia de inspeção passa a abarcar aspectos político–administrativos centrados na figura do Diretor-Geral, a quem cabia nomear e fiscalizar os professores, além de indicar o material a ser utilizado.

Já no contexto histórico do Brasil imperial, o historiador Vinicius Santos (2017) em sua tese de doutoramento intitulada: “O olho e a mão da autoridade: a inspeção da instrução na Província do Rio de Janeiro (1850 -1889)”, destaca que na província do Rio de Janeiro, capital do império, a função de inspeção era exercida por homens das classes mais abastadas e com diplomas de ensino superior, os quais pertenciam à elite vigente. “Os sujeitos que exerceram cargos da inspeção eram médicos, eclesiásticos, militares, bacharéis e professores, representantes de instituições que exerceram ações educativas na sociedade” (BORGES, 2008, p. 7).

As principais atribuições do inspetor escolar consistiam em:

> [...] fiscalizar as atividades do professor, o comportamento dos alunos, a moralidade de ambos, os métodos, as condições físicas e de salubridade para o exercício das atividades pedagógicas, a aprendizagem dos alunos, além de verificar as necessidades de mobílias e livros, fiscalizar o aluguel de casas para a instalação das escolas, fazer mapas estatísticos, nomear professores, etc (SANTOS, 2017, p. 31).

Durante este período da história, marcado pelas influências luso-brasileiras, evidencia-se que, embora o inspetor escolar exercesse funções de caráter moralizador, ele também acompanhava as práticas pedagógicas durante suas visitas às instituições de ensino, ainda que fosse com viés fiscalizador.

O período iluminista, século das Luzes, que na Europa corresponde ao século XVIII e no Brasil ganha espaço no século XIX, foi a época em que os conceitos de nação e civilização eram considerados conceitos chaves e indissociáveis, à educação era dado um caráter redentor, como caminho à civilização, conduzindo a sociedade à libertação de hábitos considerados ultrapassados, rumo ao progresso (GONÇALVES, 2004).

Nessa perspectiva, a educação nacional deveria estar relacionada ao cultivo de virtudes, evitando conflitos e dando importância à universalização da instrução como característica dos países civilizados. “A inspeção escolar foi, muitas vezes, mencionada pelo poder executivo provincial como um instrumento necessário e importante para a solução dos problemas presentes na instrução” (GONÇALVES, 2004, p. 9). A moralidade e higienismo ocuparam um lugar no ideário pedagógico brasileiro no Segundo Império e ao longo da Primeira República, confirmando um discurso pedagógico de teor médico - higienista (SAVIANI, 2019).

No período republicano, com a Reforma “João Luis Alves”, criou-se o Departamento Nacional de Ensino e o Conselho Nacional de Ensino, separando a parte administrativa da parte técnica, antes unidas num único órgão: o Conselho de Ensino. Naquele momento, o “Inspetor”, responsável pela parte técnica, passou a se distinguir do “Diretor”, responsável pela parte administrativa.

A partir da década de 1930, o Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931, dispunha sobre a organização do ensino secundário, descritas nos arts. 56 e 57, em que as principais incumbências do inspetor escolar eram:

> art. 56 Incumbe ao inspector, **inteirar-se, por meio de visitas frequente**s, da marcha dos trabalhos de sua secção devendo para isso, por serie e disciplina: a**) assistir a lições de exposições e demonstração** pelo menos uma vez por mez; b)**assistir** igualmente, pelo menos uma vez por mez, **a aulas de exercicios escolares ou de trabalhos** praticos dos alumnos,

> cabendo-lhe designar quaes destes devam ser arguidos e apreciar o criterio de attribuição das notas; c) **acompanhar a realização das provas parciaes**, que só poderão ser effectuadas sob sua **immediara fiscalização**, cabendo-lhe ainda approvar ou modificar as questões a serem propostas; d)assistir ás provas finaes, sendo-lhe facultado arguir e attribuir nota ao examinado. (grifo nosso) Art. 57. Aos inspectores da secção C compete ainda fiscalizar os exercícios de educação physica e as aulas de musica, bem **como verificar as condições das installações materiais e didácticas do estabelecimento**. (grifo nosso).

Em 1931, com a Reforma “Francisco Campos”, o Decreto-Lei nº 19.890/1931 fundamentou o cargo de Inspetor, ainda voltado, como o nome diz, para “inspeção” e “fiscalização”, consolidando o caráter burocrático vinculado aos processos administrativos e cumprimento das regras.

Com a criação do curso de pedagogia, em 1939, a nomenclatura Inspetor passa a Supervisor Escolar e, desde 1942, o Decreto-Lei nº 4.244, em seu artigo 75, § 10, passa a definir que: “A inspeção far-se-á não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica” sendo o período de 1930 a 1945 marcado pela centralização na organização da educação pelo Estado.

A esse respeito, Silva (2017) postula sobre quais inspirações e interesses estão implícitos na legislação que rege a inspeção escolar desde o início do processo educacional em nosso país, considerando que tais interesses consubstanciam o pensar educacional e suas práticas.

O filósofo Michel Foucault, na década de 1970, inspirado nas ideias de Jeremy Bentham cunhou o conceito do panóptico. O conceito filosófico está associado às técnicas de vigilância desenvolvidas para a sociedade contemporânea. Configura-se como uma tecnologia de vigilância e controle que permite uma visão privilegiada dos que estão sendo monitorados (OLIVEIRA e CARNEIRO, 2018, p.104). Contrastar o conceito do Panóptico de Foucault à atuação da Inspeção no contexto escolar retrata a figura do profissional que atua no controle e na vigilância permanente.

Nessa perspectiva, deflagra-se a legislação enquanto formadora de uma identidade profissional demarcadora de funções e poderes que determinam as relações entre inspetores e escola, a máxima focaultiana de que o sujeito é um efeito das relações de poder e das relações de saber (SILVA, 2017).

Com o desenvolvimento econômico, o aumento do número de alunos e a inexistência de métodos que permitissem regulamentar simultaneamente todo o processo, tornava-se necessária a organização dos controles, decorrendo, então, o poder na vigilância hierarquizada (FOUCAULT, 2014, p. 172) Assim, o conceito do

Panóptico se aplica às instituições que necessitem manter as pessoas sob inspeção; “em particular às [...] prisões, [...] às casas de trabalho, [...] às escolas”. (OLIVEIRA e CARNEIRO, 2018, p.104)

A Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, promulgada durante a ditadura militar, repassou aos governos municipais a gestão do ensino fundamental e, quanto ao Inspetor Escolar (supervisor de ensino), a norma, no capítulo V, artigo 33, reforçava a responsabilidade do Supervisor em relação à prática pedagógica exercida na escola.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), com a promulgação da Constituição Federal em 1988, houve a legitimação do município enquanto instância administrativa, sendo-lhe repassado, prioritariamente, o ensino fundamental, o que, contudo, não garantiu a descentralização do ensino e o fortalecimento dos municípios. “Essa é tarefa política de longo prazo, associada às formas de fazer política e às questões de concepção do poder” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI ,2012, p. 162).

Destarte, com a modernização dos processos e sistemas pedagógicos no Brasil e no mundo, novas adequações tornaram-se necessárias fazendo com que a relação entre os profissionais que atuam no contexto escolar e os inspetores escolares decorressem do poder de vigilância hierarquizada, por vezes consubstanciada pela política vigente.

Martins (2018) destaca que a ação pública, ou seja, a ação do Estado, materializa-se a partir da existência de agentes públicos que as tornam exequíveis e, portanto, são os “[...] intermediários que atuam nos procedimentos da implementação dessas ações que foram originadas das políticas pensadas a partir de um problema social que exige uma preocupação pública” (MARTINS, 2018, p.37).

3.2 Inspetor Escolar: Prática pedagógica ou administrativa?

O Inspetor Escolar no âmbito educacional representa o agente público que assessora, subsidia, supervisiona e avalia o trabalho desenvolvido nas unidades escolares e responde no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, ou melhor, representa o “olhar” da Secretaria de Educação na escola. Sua atuação consiste em visitar periodicamente as unidades escolares visando o cumprimento da legislação educacional, por meio do controle e do funcionamento legal das escolas,

desempenhando as atribuições previstas no Regimento Escolar e tarefas correlatas à Supervisão de Ensino.[1]

Embora o Inspetor não esteja presente nas unidades escolares todos os dias, visitas constantes às escolas obrigam ao enquadramento de acordo com as prerrogativas, ou seja, as escolas estão sujeitas a essa visão que as controla. Esta submissão produz a desconfiança ou a mudança de rotina durante a presença do referido profissional. Já que a presença do Inspetor na escola representa o olhar da Secretaria de Educação; assim, toda a unidade escolar fica, por vezes, apreensiva com a presença desse profissional. Foulquié (apud MENESES, 1977), já apontou esse problema em relação ao fato do cargo de Inspetor Escolar ser exercido de forma a causar medo nos inspecionados (MENESES, 1977, p. 24).

Assim, durante as visitas de rotina, o Inspetor observa diferentes elementos dentre os quais: a estrutura física da escola, a alimentação escolar, o transporte ofertado aos alunos e o preenchimento de relatórios de acordo com as demandas da Secretaria. Ademais, as principais atividades deste profissional estão relacionadas à conferência de histórico escolar, diários de classe, dentre outros documentos de caráter burocrático.

Quanto ao modelo burocrático, Cardoso (2011) postula que, embora alguns autores procurem eliminar as disfunções desse modelo, é praticamente impossível a total eliminação da burocracia como forma de organização.

A práxis do Inspetor Escolar demonstra-se mais vinculada à equipe administrativa, composta pelos secretários escolares e demais escriturários, pois cabe a ele “revisar a documentação e verificar se através dos registros escolares, as normas legais são obedecidas” (MENESES,1977, p. 91). Para o autor, essa forma de atuação é relevante, pois permitir ao Inspetor Escolar atuar, não só na orientação, mas também no treinamento e aperfeiçoamento do Secretário Escolar e dos auxiliares de secretaria.

Entretanto, Martins (2018) enfatiza os conflitos entre o discurso e a prática do supervisor de ensino e aponta que quando a verificação documental assume apenas

[1] Principais atribuições para o desempenho do cargo definidas de acordo com a Lei Complementar nº121 de 22 de fevereiro de 2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de São Pedro da Aldeia.

um papel de controle e *checklist*. Assim, o perfil do Supervisor de Ensino (Inspetor Escolar) aproxima-se de uma concepção mais fiscalizadora e controladora.

Martins (2020), em pesquisa realizada no Estado de Minas Gerais, aponta um distanciamento entre a ação do inspetor escolar e as questões pedagógicas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem

> O Inspetor Escolar possui formação necessária e atribuições que realizam a retroalimentação entre o sistema de ensino e as escolas e suas atividades deveriam estar também relacionadas às questões pedagógicas, não no sentido de monitoramento apenas, mas de apoio técnico com o objetivo de melhoria do processo de ensino e aprendizagem (MARTINS, 2020, p.17).

A esse respeito, no tocante ao administrativo, o papel dos Inspetores que atuam na Secretaria de Educação do Município de São Pedro da Aldeia (SPA) consiste em averiguar o andamento da rotina escolar, da escrituração fiscal, do cumprimento do planejamento anual, de determinações da Secretaria de Educação e da garantia dos prazos e procedimentos legais dentro da instituição. A cada visita, o Inspetor registra informações pertinentes à unidade escolar através do “Termo de Visita”, com o horário de atendimento dispensado pelo Inspetor à unidade e as atividades desempenhadas durante a inspeção, estabelecendo prazos para o cumprimento das solicitações realizadas. Este documento tem por finalidade a comprovação do labor do Inspetor e o registro das constatações realizadas por este agente.

Nesse sentido, o cerne da discussão deve girar em torno de qual perfil de atuação deste profissional atenderia às principais demandas impostas pela sociedade e o quanto a atuação da Inspeção Escolar se aproxima ou se distancia desses ideais.

Gomes (2005) cita cinco figuras de supervisão já vivenciadas ou idealizadas: o *Supervisor Inspetor, o Supervisor Orientador, o Supervisor Esclarecido, o Supervisor Dialógico e o Supervisor Reflexivo.*

A figura do *Supervisor Inspetor*, apresentada por Gomes, avigora a imanência entre educação e autoridade, de tal forma que presume ser impensável a possibilidade de ensinar sem controlar, não havendo diferença entre supervisionar e inspecionar.

Como nas atribuições do Inspetor Escolar, durante muitos anos, estiveram incluídas as incumbências de “fiscalizar” e “padronizar” as rotinas escolares, foi construído um imaginário de *“personae non gratae*”, afastando o Inspetor Escolar do seu fazer pedagógico. Essa condição vem colocando os Inspetores como personagens que estão na escola para “julgar”, “buscar desvios”, não sendo vistos

como parte integrante do processo educativo. Ou seja, uma prática enxergada sob o aspecto funcionalista, voltado para concepções e atividades burocráticas.

A esse respeito, Alves (2011) destaca ser necessário repensar a formação deste educador no âmbito da escola e do sistema de ensino, para que seja possível romper com o ciclo vicioso que faz dos especialistas simples cumpridores de ordem.

Nessa linha de pensamento, Paro (2014) destaca um sistema hierárquico que coloca o poder na mão do diretor que embora considerado uma autoridade máxima na escola, o que lhe daria grande poder e autonomia, em razão da sua condição de responsável pelo cumprimento da Lei, acaba se tornando um mero preposto do Estado.

Cotejando a figura do diretor mencionada por Paro, a do profissional da Inspeção Escolar, é possível considerá-lo também apenas um preposto do Estado que examina com grande atenção o cumprimento da lei? Tal consideração dependerá da atuação desse profissional que, sob a perspectiva do agente público poderá ser capaz – ou não – de analisar e aplicar a letra fria da lei, ou interpretá-la visando o seu fim social.

Para Alves (2011), falta embasamento teórico a estes profissionais, que por vezes estudam a legislação de forma mecânica sem perceber que, por trás de cada lei, existe um caminho a ser percorrido, o que necessariamente só ocorre quando se reflete sobre a prática, possibilitando o diálogo.

Quanto ao Supervisor Orientador*,* as ações desse profissional, em seu cotidiano, tinham como foco orientar, avaliar e controlar a equipe docente com vistas a alcançar os objetivos educacionais.

De acordo com Meneses, “a prática do Inspetor Escolar, com foco nos objetivos educacionais, é consubstanciada em um plano de atividades exercidas durante a execução do processo administrativo” (MENESES, 1977, p. 85). Ainda para o autor, a atuação desse profissional é realizada em duas vertentes: uma é avaliar o cumprimento dos objetivos educacionais; e outra para medir a implementação do plano de educação.

Já a figura do Supervisor Esclarecido*,* vivenciada na época da ditadura, tinha como principal atribuição o aperfeiçoamento e desenvolvimento técnico, primado pela motivação, liderança e comunicação oriundas do estudo teórico sobre o comportamento humano nas empresas e aperfeiçoamento na docência e na administração.

Ao revés, a figura do Supervisor Dialógico, na mesma época, tinha como base o ideário de Paulo Freire (2017) o qual propunha a busca da conscientização que propiciaria a educação libertadora.

[...] o supervisor com esse perfil auxiliaria na crítica social da escola, como subsistema que reproduz a sociedade de classes e, por isso mesmo, poderia ajudar a superá-la.

Quanto à figura do Supervisor Reflexivo, Gomes (2005) baseia-se na epistemologia da Prática de Donald Schon (2000) que depreende sobre "reflexão na ação, a reflexão sobre a ação e a reflexão sobre a reflexão-na-ação", ou seja, a principal atribuição do supervisor é intervir na formação continuada dos professores a partir da própria ação educativa que constitui fonte para formação e desenvolvimento de um profissional reflexivo.

A inspeção escolar, hoje, deve ser entendida com um sentido muito mais amplo e está voltada para o planejamento, avaliação e reformulação das diversas etapas do processo de ensino e aprendizagem.

Na LDB (Lei nº 9.394/1996), tem-se a definição de "Profissionais da Educação", "Especialistas em Educação" e "Assessoramento Pedagógico", na qual estão incluídos os Supervisores/Inspetores, sendo essa função vinculada ao fazer "pedagógico".

> TÍTULO VI – Dos Profissionais da Educação
>
> Art. 61. Consideram-se **profissionais da educação** escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, **supervisão, inspeção e orientação educacional,** bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; Art. 64. A formação de **profissionais de educação** para administração, planejamento, **inspeção, supervisão** e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. Art. 67. § 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da **Constituição Federal**, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e **especialistas em educação** no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e **assessoramento pedagógic**o. (Grifos Nosso)

Percebe-se, portanto, que os profissionais que atuam nas mais variadas áreas da educação, dentre as quais se inclui a Inspeção Escolar, são, em sua essência, profissionais da educação.

As atribuições do cargo de Inspetor Escolar previstas no PCCR de São Pedro da Aldeia indicam que esse profissional possui funções correlatas a de Supervisor de Ensino, e quando especificadas no Regimento Escolar são definidas como atribuições da Equipe Técnica de Assessoramento Pedagógico.

A vinculação do Inspetor Escolar à educação por si só, já desvincula o caráter técnico ligado a este, haja vista que o pré-requisito para função é a licenciatura em pedagogia ou em outra área de conhecimento com especialização que o habilite para o desempenho da função, e não um título em nível “técnico” ou “tecnológico”.

Corroborando com a afirmativa por ora apresentada, tem-se o parágrafo segundo do artigo 67 da Lei nº 9.394/1996 que apresenta o seguinte texto:

> § 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8o do art. 201 da Constituição Federal, **são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas,** quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e **assessoramento pedagógico**. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)” (grifos nossos).

Ademais, a LDB, ainda no artigo 67, em seu parágrafo primeiro, determina que “a experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino”.

Do ponto de vista legal, embasa-se a fundamentação por ora defendida, tendo em vista que o fazer pedagógico do Inspetor Escolar é sua essência, sendo, inclusive, sua formação base e alvo de sua experiência profissional exigida para desempenho da função e ingresso por concursos públicos.

Para Junior (2011), a escola necessita de um Supervisor (inspetor) que “seja capaz de estabelecer a relação entre a filosofia superior e o senso comum, entre o pensamento do especialista e o de todos os homens” (JUNIOR, 2011, p. 132). A figura do supervisor que possa ser vista pelos docentes como referência para a concretização do projeto educacional.

No que tange ao aspecto laboral, uma das principais atribuições do cargo de Inspetor Escolar, diferentemente do que o controle político e administrativo exercido sobre os professores e professores especialistas induz, é, sem dúvida, a preocupação com as dimensões relacionadas ao êxito pedagógico (NÓVOA, 1993). O escritor e Inspetor Joaquim Tomás, apresenta, em suas palavras, o equilíbrio ideal:

> Não confundamos a Inspecção Escolar com um organismo administrativo, ou quase exclusivamente administrativo, mas com uma instituição em que o administrativo é secundário e acessório do pedagógico. Quer dizer, numa

> organização racional e lógica dos serviços públicos, a Inspecção Escolar visa tão somente o maior e melhor rendimento do ensino e o lado administrativo intervém apenas para assegurar ao pedagógico os meios de realizar livremente a sua acção. (TOMÁS, 1929).

Nessa perspectiva, é imprescindível analisar as principais atribuições do Inspetor Escolar que atua em São Pedro da Aldeia e o perfil profissional idealizado para esse profissional, considerando as cinco representações da supervisão preconizadas por Gomes (2005). Dentre as atribuições inerentes ao cargo, estão:

> 1. **Diagnosticar a realidade educacional** da Unidade Escolar;
> 2. Divulgar matéria de interesse relativo ao campo educacional;
> 3. **Analisar,** com a Equipe Diretiva da Unidade Escolar, **as causas de desvios detectados durante o processo educacional relativas à evasão escolar, índices de reprovação, baixo rendimento, baixa frequência, distorção de idade/ ano de escolaridade e outros**, devendo à gestão tomar as medidas cabíveis;
> 4. **Apresentar** nos prazos definidos pela Secretaria Municipal de Educação, **relatórios com dados e informações obtidos na Unidade Escolar**;
> 5. **Integrar comissões de recolhimento de arquivos, apuração de irregularidades** na Unidade Escolar e outros, a critério da Secretaria Municipal de Educação;
> 6. **Acompanhar a execução do planejamento escolar e o cumprimento** do Calendário Escolar;
> 7. **Verificar a organização, regularidade e fidedignidade da escrituração escolar e funcionalidade dos arquivos e fichários**;
> 8. Sugerir ao Gestor da Unidade Escolar o desenvolvimento de atividades que concorram para a integração escola-comunidade;
> 9. Participar de iniciativas que visem o seu crescimento profissional;
> 10. Participar das discussões e implementação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;
> 11. **Verificar** no decorrer do ano letivo **a documentação dos alunos matriculados**;
> 12. **Interpretar as normas legais e atos oficiais que regulam o funcionamento** das Unidades Escolares;
> 13. **Criar formulários** dentro das normas estabelecidas pela legislação em vigor;
> 14. **Elaborar documentos escolares para alunos** cujas escolas estejam extintas ou paralisadas;
> 15. **Esclarecer acerca dos dispositivos do Regimento Escolar**;
> 16. **Verificar a regularidade da vida escolar dos alunos, examinando as pastas individuais**, observando casos de matrículas, dependência, ajuste curricular, classificação e reclassificação;
> 17. **Assinar com o Diretor Geral o histórico escolar** do aluno da Unidade Escolar;
> 18. **Analisar, conferir e assinar os instrumentos individuais e coletivos de registro** da vida escolar dos alunos.
> 19. **Examinar periodicamente os diários de classe** para verificar se:
> **a)** Os alunos relacionados estão matriculados, **conferindo com o Diário de Secretaria;**
> b) **Os dias letivos** e a carga horária estão condizentes com o Calendário Escolar;
> c) A **frequência está sendo registrada**, o lançamento de notas e assinatura dos docentes.
> 20. **Participar das reuniões** de coordenação de equipe. (Grifos nossos).

As principais atribuições do inspetor escolar dispostas no regimento, avultam um perfil profissional que prioriza o cumprimento da legislação a partir de um sistema educacional burocrático. Nesse sentido, a análise não ignora as demais atribuições descritas no documento e inerentes ao cargo, mas evidencia que diante de inúmeras tarefas de caráter burocrático, pouco tempo acaba sendo dispensado a atividades que possam contribuir com a aprendizagem e melhoria dos resultados educacionais.

A esse respeito, Martins pondera que

> Exercer atividades e atribuições ligadas somente ou preponderantemente às tarefas - meio dentro da estrutura educacional, significa não utilizar de forma totalmente adequada os recursos humanos existentes, mediante a emergente e imperiosa necessidade de se atacar as causas da baixa aprendizagem e proficiência nos resultados das avaliações externas dos nossos estudantes (MARTINS, 2020, p.18).

Para Cardoso (2011), o autoritarismo e a burocratização da sociedade moderna ainda conspiram contra a humanização do Homem, disfarçada pelo consumismo e democracia de massa. Apoiada em autores como Marcuse e Morin, a autora discorre sobre os valores considerados fundamentais para humanização do Homem, de modo a torná-lo capaz de ser responsável por seu próprio destino dotado de uma "consciência que impulsione a ação". Essa humanização só ocorrerá por meio de ações conjuntas e através da modificação na educação.

> [...] *construir juntos* significa que a grande unidade a ser considerada é a escola e sua rede, sendo o sistema apenas o meio para que as atividades e fins se cumpram no *locus* privilegiado de sua realidade: a escola inserida na comunidade. *Construir juntos* supõe um planejamento participativo, no qual direção, orientadores, professores, pais e alunos dialoguem sobre problemas comuns, sobre as angústias compartilhas, sobre as soluções mais adequadas. (CARDOSO, 2011 p. 11, grifos da autora).

A partir dessa perspectiva, a escola democrática, como bem enfatiza Alves (2011), será aquela que conseguir interagir com as diversas condições de vida, colocando a sua competência técnica a serviço das necessidades populares. Através de tal narrativa, percebe-se que o Inspetor Escolar deve atuar com a premissa de garantia do êxito, tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, garantindo, para tanto, todos os direitos dos educandos constituídos nas mais diversas perspectivas.

Diante disso, paira o seguinte questionamento inerente à função do Inspetor: como auxiliar na construção de um espaço escolar mais próximo do idealizado pela comunidade sem conhecer a comunidade? Percebe-se, mediante essa indagação, que existem conflitos entre o que se espera do Inspetor e a sua práxis atual no ambiente escolar. "Como lhe falta embasamento histórico, ele estuda a legislação

mecanicamente sem entender que por trás de cada lei existe uma parte viva, um caminho a ser percorrido" (JUNIOR, 2011, p.31). Nesta perspectiva, é possível admitir que a atuação do Inspetor Escolar a partir de um viés exclusivamente fiscalizador resulta da falta de embasamento teórico que lhe permita compreender as especificidades da comunidade escolar.

De acordo com Paro (2014, p. 47)

> A diferença entre o poder que serve à dominação (poder - sobre) e o poder que reforça a condição de sujeito do outro (poder- fazer) é de grande importância nas relações de poder que têm lugar na sociedade, especialmente quando o assunto em pauta é a educação, que é a própria forma pela qual se plasmam personalidades humanas.

A atuação da Inspeção escolar, no aspecto administrativo, deve considerar o conceito de administração apresentado por Paro (2012). O conceito consiste na utilização de forma racional dos recursos para determinados fins; sendo assim, seus princípios e funções estão relacionados à natureza da organização e esta organização a uma determinada sociedade.

Para auxiliar na compreensão do termo administração e seu entendimento e classificação, várias abordagens são apontadas por estudiosos, e podem ser divididas em 04 (quatro) escolas de administração: escola clássica ou de administração científica; escola de relações humanas; escola behaviorista e escola estruturalista. Mas não há, ou pelo menos não se encontrou para este trabalho, uma abordagem que considerasse a escola em suas particularidades.

Nesse sentido, a escola deve receber uma gestão escolar diferente da administração empresarial, visto que em conformidade com Dourado (2006, p. 25) "as práticas e ações que a organizam devem ter como eminentemente educativas, de forma a atingir os objetivos da instituição: formar sujeitos participativos, críticos e criativos".

Segundo Lobo e Filho (2001), a gestão é um tipo de atividade com objetivos definidos para aproveitar recursos diversos e definir metas para atender a uma missão de forma competente. Os autores afirmam que "Gestão como a atividade cujo objetivo é o de encontrar a melhor maneira de aproveitar os recursos humanos, físicos e financeiros de uma instituição para o cumprimento de sua missão" (LOBO; FILHO, 2001, p. 1).

Uma gestão competente busca aperfeiçoar recursos e serviços para garantir a qualidade e eficiência, a fim de superar desafios. No que tange à educação ou ao ensino, essa atividade possui objetivos claros: "o objetivo de uma gestão competente

no ensino é otimizar meios para produzir os serviços típicos deste setor [...] educando as futuras gerações para tornar o país mais culto, competente e competitivo com custos e prazos viáveis" (LOBO; FILHO, 2001, p. 1).

Sob esse viés, é notório que o Inspetor não terá, nem na perspectiva mais utópica possível, acesso a toda a realidade escolar através dos registros escritos, sejam eles representados pelos diários, livros de ocorrências, livro de reuniões ou demais documentos pertinentes à escrituração fiscal da unidade escolar.

Segundo o Art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fica determinado que, aos sistemas de ensino cabe definir as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas especificidades com princípios predefinidos em dois incisos do referido artigo.

Para Dourado (2006, p. 81), a gestão democrática na escola deve ser compreendida como o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar, em todas as etapas de organização das atividades escolares: na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Portanto, tendo mostrado as semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais, enfocamos os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão democrática na escola. (DOURADO, 2016). Sob essa perspectiva, é equivocado considerar que a administração da escola, assim como a qualidade da educação na Instituição é fator isolado, visto que a educação como um todo e em vários países sofre com a importação de sistemas educacionais que não são adequados ao contexto ao qual se insere e isso é fato, principalmente nos países da América Latina.

Portanto, esperar que o inspetor escolar oriente e participe da realidade escolar com base em registros escritos, representa uma expectativa inatingível. Para Junior (2011), é necessário repensar a formação desse educador e sua atuação no âmbito da escola e do sistema.

Nesse sentido, Libâneo (2014) destaca que não se pode ignorar a existência de dispositivos legislativos e educacionais do sistema de ensino, mas que esses devem ser questionados, para que atenda ao interesse de um projeto de educação emancipatória.

3.3 A formação continuada do formador: o dilema vivenciado pelo inspetor escolar

Sob pressão de diferentes grupos sociais, crescem os questionamentos e movimentos em busca de uma educação de qualidade, com profissionais da educação qualificados e condições de trabalho dignas. Nesse contexto, leis de formulação de políticas públicas para formação continuada docente têm-se apresentado como importantes pautas educacionais. De acordo com Tedesco: “[...] precisamos de uma escola justa, e para ter uma escola justa precisamos de professores que assumam esse compromisso.” (TEDESCO, 2010, p. 21-24).

Dessa forma, investir no educador promove a educação. Enquanto investimento, consideram-se, não só os fatores salariais, mas também a qualidade do trabalho, a estrutura física das escolas, o apoio psicológico e a formação continuada em serviço.

São dois os principais meios de formação continuada: o formal e o informal. O formal é caracterizado por ser elaborado por instituições, órgãos governamentais e empresas. Já o informal se apresenta na busca do conhecimento, valendo-se de mecanismos próprios, por meio da realização de cursos, na busca de uma aprendizagem autônoma para aprimoramento, não só do trabalho, mas de si mesmo, por meio de estudo e atualização individual.

Em 2004, o Governo Federal instituiu a Rede Nacional de Educação Continuada de Professores vinculada às Secretarias de Educação Básica e a Distância, do Ministério da Educação (MEC), em cooperação com universidades (IES) e membros de estados e municípios, buscando institucionalizar a demanda por formação continuada voltada exclusivamente para a educação infantil e ensino fundamental.

Uma das decisões mais importantes foi a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Decreto nº 5.800/2006, sob a liderança da Diretoria de Educação a Distância vinculada ao Ensino Superior (Capes), em cooperação com o Ministério da Educação a Distância do MEC. O objetivo foi o de promover a formação inicial e continuada de professores por meio da metodologia de ensino a distância (EAD).

Que a formação continuada é imprescindível, todos já sabem. Mas como ficam os profissionais de assessoramento pedagógico neste quesito, em especial os Inspetores Escolares, alvo deste estudo, uma vez que são estes que representam os

Sistemas de Ensino e assessoram diretamente as unidades escolares? Percebe-se uma certa escassez na oferta de formação continuada direcionada a esses profissionais, que acabam se tornando, não por opção, mas por necessidade, autodidatas. Isso se dá principalmente devido ao distanciamento da função do seu fazer pedagógico, que por sua vez retira os holofotes desses profissionais que estão nas unidades para assessorar os professores na sua prática cotidiana. Mas que, todavia, são tratados como “ferramentas” que se atualizam por si só e não integrantes da equipe do magistério.

Ao se pesquisar sobre a formação continuada do Inspetor Escolar e/ou Supervisor de Ensino na base de dados do Google Acadêmico, Scielo e/ou Capes, constata-se a ausência de periódicos, monografias, dissertações, teses e estudos sobre a temática.[2] Encontra-se, entretanto, a figura do Supervisor “Pedagógico” sendo mencionada em alguns trabalhos. Contudo, ele não aparece como alvo dessa formação, e sim como articulador, como agente participativo na formação dos professores regentes.

Isso fere o Art. 67 da Lei nº 9.394/1996, que determina que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação. Ademais, a referida lei traz, em seu inciso II, o aperfeiçoamento profissional continuado como uma obrigação dos poderes públicos, inclusive propondo o licenciamento periódico remunerado para esse fim. Já em seu artigo 80, fica definido que “o Poder Público **incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância**, em todos os níveis e modalidades de ensino, e **de educação continuada”** (grifo nosso).

Nota-se no atual cenário que o Inspetor Escolar é a figura que ensina, e não que aprende. Raramente são encontradas formações continuadas para o Inspetor Escolar, sendo esse profissional lapidado em sua práxis, muitas vezes por meio de metodologia experimental, na qual educandos e profissionais da educação são expostos a erros em decorrência de imperícia e falta de capacitação profissional após a formação inicial básica exigida para se exercer o cargo.

Segundo Roldão (2009, p. 106), a capacidade de reflexão em termos de formação inicial e continuada se revela mediante o “capacitar o profissional com os

[2] Consulta realizada nas bases de dados no mês de agosto de 2020.

meios para ir à procura dos saberes novos de que irá necessitar ao longo do seu percurso e que terá de transformar em saber pedagógico útil".

Desse modo, a capacitação em serviço tem sido frequentemente identificada como um modelo de sucesso, como formação contínua, ou seja, é o tipo de aprendizagem que deve ser inserida no espaço de trabalho do educador (ALMEIDA, 2000; FAGUNDES et.al. 2013).

Fagundes (2013) também concorda com esse modelo de treinamento, dizendo que contribui na atuação do educador, e que ele precisa e merece receber suporte em serviço e experiências de treinamento, nas quais ele experimenta por si mesmo as novas práticas de uso de tecnologias na educação, interagindo com seus colegas na realidade da sua escola, na qual o treinamento seja compartilhado, mantendo a comunicação na rede para sustentar as questões e reflexões pertinentes.

Essas considerações remetem à necessidade de se trabalhar a formação continuada por meio das tecnologias digitais, requerendo reflexão sobre como e em quais condições essa aproximação ocorre.

Ademais, Almeida (2000, p. 135) denuncia que:

> Nas universidades, grande parte dos formadores de professores estão enclausurados em sua prática disciplinar e distanciados de novas abordagens. Essa distância aumenta quando envolve o domínio do computador. Tais questões não têm respostas e as possíveis soluções estão sendo investigadas.

Por mais que propor ações de formação continuada seja uma política necessária para todas as carreiras do magistério – sem exceções – percebe-se que esse ideal ainda não se concretizou, conforme aponta Cysneiros (2000, p. 12):

> [...] o ideal é que o professor aprenda a lidar com as TI [Tecnologias da Informação] durante sua formação regular, em disciplinas mais ou menos com os nomes de 'Tecnologia Educacional' ou 'Tecnologias da Informação na Educação' e de modo mais detalhado nas didáticas de conteúdos específicos.

Hernández (2007) enfatiza a importância da formação continuada na medida em que o educador demonstra vontade de aprender. Alguém aprende quando está em condições de transferir habilidades para uma nova situação que encontrou, seja de forma institucionalizada, seja em intercâmbio com colegas, em situações não formais ou em vivência do dia a dia.

A formação continuada de Inspetores Escolares é inevitavelmente complexa, complexidade esta que consiste justamente na estrutura acadêmica em que, por tradição, a ciência brasileira está organizada. É uma estrutura por vezes rígida e

inflexível, o que, portanto, dificulta a modificação de padrões previamente estabelecidos e valorizados culturalmente.

Nos dias atuais, as mudanças que o mundo vive e a necessidade de aprimoramento no olhar pedagógico desse profissional, criaram novos interesse que se tornaram muito mais coletivos do que apenas individuais.

A necessidade de inovação, tanto na rotina burocrática, quanto nas ações pedagógicas, resultou em mudanças nas exigências do mercado e em novas demandas no espaço escolar. O conhecimento pleno e indiscutível do Inspetor Escolar não é mais sua principal característica, mas sim a sua capacidade de se integrar à escola e articular, de forma harmônica, as exigências legais com a realidade local.

Nesse contexto, a sociedade da informação e do conhecimento é o espaço para novas demandas e transformações. Essa sociedade, que surgiu da potencialização dos meios de comunicação pelas tecnologias digitais, modificou suas formas e modos de sobrevivência em todos os âmbitos: social, político e econômico. Diante disso, as transformações no comportamento econômico e científico mundial são conceituadas por Castells (2000) como a revolução da tecnologia da informação.

No próximo subcapítulo, serão abordadas as principais transformações decorrentes da revolução tecnológica que transformam as formas de ensinar e aprender e, consequentemente, impactam na atuação profissional do Inspetor Escolar.

3.4 Revolução tecnológica: da Informação ao conhecimento

O conceito de revolução sob a perspectiva econômica pode ser considerada como a mudança no processo de produção de bens e serviços. A melhoria do consumo e da qualidade do mercado e das tecnologias de informação, devido à sua capacidade de relacionar vários campos da ciência por meio da unificação de uma linguagem do ciberespaço, ou seja, o digital, que gera, armazena e transmite a todas as culturas do mundo, a mesma informação, gerando conhecimento mediante o processamento dessas informações.

Devido ao processo de globalização econômica resultante do desenvolvimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), surge no cenário mundial uma grande discussão sobre a "sociedade da informação" ou "sociedade do

conhecimento", baseada em uma nova economia centrada no conhecimento. A integração dos fundamentos tecnológicos permite que qualquer tipo de informação seja apresentado e processado em formato digital, e a rápida difusão da internet possibilita com que sejam implementadas novas formas de comunicação e de prestação de serviços.

Num cenário em que a sociedade clama por uma transformação social em caráter qualitativo e emprega grande parte dessa responsabilidade à educação, é importante que se tenha em mente que ela por si só, não promoverá a transformação almejada. Como dito por Marx e Engels(1984), o educador precisa ser educado pelas situações que se alteram na realidade prática, ou seja, é necessário inserir novas dúvidas e incertezas sob pressupostos teóricos mais amplos e outras contribuições científicas para que se possa obter subsídios que levem à compreensão dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais do mundo. Mudar exige, portanto, que os educadores se adaptem a essas novas necessidades sociais. Diante disso, as transformações no comportamento econômico e científico mundial são conceituadas como a revolução da tecnologia da informação (CASTELLS, 2000).

Segundo as definições de Castells (2000), os paradigmas da revolução tecnológica estabelecem cinco principais aspectos, sendo o primeiro, no sentido de que a informação é a matéria-prima produzida pelo ser humano. Portanto, são tecnologias para atuar sobre a informação, divulgando-a em novas versões. O segundo aspecto refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, em que todas as atividades humanas são moldadas diretamente pelo novo direcionamento tecnológico. O terceiro aspecto é a característica, ou seja, a lógica das redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, em que a globalização se espalha pela interação tecnológica da informação e do conhecimento. O quarto refere-se à flexibilidade, não apenas em processos, mas em organizações e instituições que podem ser modificadas ou reorganizadas. E o quinto é a convergência de tecnologias específicas, como as telecomunicações integradas em um único sistema.

A informação *on-line* vai além da execução e prestação de serviços que lucram ou geram receitas. Hoje também é baseada no conhecimento, que é inovação e produtividade e, consequentemente, competição e lucro. A economia da informação é o principal eixo de trabalho no século XXI.

Todos esses aspectos resgatam novas formas de trabalhar e, por consequência, novas habilidades para o ser humano. Inserido nesses fenômenos está

o trabalho da economia eletrônica. Segundo Castells (2003), é o mais importante deles em uma economia que depende da capacidade de descobrir, processar e expandir cada vez mais as informações *on-line*. Para a evolução deste paradigma, o processo educativo vai se adaptar às novas mudanças, formando as gerações e tentando capacitar as gerações adultas.

Diante desse novo perfil de capital humano, no qual a agilidade se faz presente, as principais demandas a serem solucionadas pelas novas tecnologias são a preparação de curto prazo, baixo custo e cobertura do maior número possível de pessoas.

Esse panorama do mundo do trabalho afeta a formação de qualquer profissional, inclusive daqueles que formam todos novos profissionais em sua concepção. De todas as inovações na evolução da sociedade da informação e do conhecimento, basicamente o grande desafio é integrar os educadores à cultura tecnológica para que o processo de ensino e aprendizagem enquanto formação continuada seja uma realidade amplamente aplicável.

A formação continuada se estrutura atualmente como um aperfeiçoamento necessário para a inovação nas diversas áreas da educação, sendo a educação enxergada como um processo construído ao longo da vida, e não mais uma referência absoluta de conhecimentos específicos, sólidos e inalteráveis.

Aprimorar-se de forma contínua é, portanto, um símbolo dos novos elementos que regem a sociedade da informação e do conhecimento, bem como o aprender a aprender, assim como a necessidade prática de constantes inovações.

3.5 O jogo elemento inerente a condição humana

Neste subcapítulo, são apresentadas as potencialidades do jogo enquanto elemento inerente a condição humana.

Johan Huizinga (2000), na consagrada obra “*Homo Ludens*”, define o jogo como inerente à espécie humana, anterior à própria cultura, presente em todos os aspectos da vida humana e da natureza. É a partir do “Homo Ludens”, numa definição mais ampla, o homem que brinca, que a sociedade se desenvolve, por sua intensidade e poder de fascinação. Entretanto, o jogo é comumente associado ao entretenimento ou como ferramenta de aprendizagem para o desenvolvimento infantil, por seu caráter lúdico o que torna a aprendizagem prazerosa.

Já na fase adulta, o jogo tende a transparecer como falta de compromisso ou seriedade, sendo, por vezes, associado como ferramenta a serviço exclusivo da aprendizagem infantil. Essa premissa, contudo, mostra-se equivocada, pois, o jogo pode e deve ser utilizado em diferentes finalidades como, por exemplo, na formação continuada ou enquanto facilitador do conhecimento científico e tecnológico.

Os jogos que produzem algo são denominados jogos sérios, e têm como objetivo principal não apenas o entretenimento, mas o entretenimento com resultados práticos no mundo real que se valem do meio artístico para transmitir mensagens e fornecer experiências para os seus jogadores (LUDES, 2017). Para (DEGUIRMENDJIAN, 2016, p. 111), “O desenvolvimento e evolução de jogos eletrônicos estão diretamente relacionados aos avanços tecnológicos e computacionais”.

Nessa perspectiva, Silva (2017) em sua tese de doutoramento sobre o uso de jogos digitais, discorreu sobre um experimento com jogo para o desenvolvimento de competências e habilidades de gestores públicos. Segundo os resultados da pesquisa, o jogo permitiu maior aquisição de conhecimentos em relação às práticas tradicionais, além da mudança de comportamento dos usuários.

No que tange à formação continuada dos Inspetores combinada às tecnologias da Informação e da Comunicação, tem-se uma pauta relativamente nova, portanto, gera incertezas, insegurança e conflitos por falta de familiaridade com as ferramentas digitais disponibilizada e levam a um repensar do processo de formação profissional, que pode modificar realidades, sendo assim, necessário para que a transformação ocorra.

Nesse contexto, pensar sobre a realidade na formação dos profissionais do magistério é questionar, além das estruturas físicas e materiais, a motivação para aprender, desafio interno e que faz parte da construção da autonomia dos indivíduos.

Para Minicucci (1995), motivação é uma força que aguça o indivíduo a realizar uma ação ou alcançar uma meta. A motivação, enquanto força, está diretamente relacionada à necessidade, que por sua vez, impulsiona a motivação.

De acordo com Alves e Battaiola (2011), a motivação pode ser expressa de forma intrínseca ou extrínseca:

> Extrínseca quando a motivação cessa assim que a necessidade externa é sanada (quando o benefício ou meta é atingido, a motivação acaba). Já no estado de motivação ‘verdadeiro’ (intrínseco) a pessoa continua a ação mesmo com a ausência do estímulo externo, agindo por si mesma e no tempo

> que for preciso para que a sua necessidade seja satisfeita (ALVES; BATTAIOLA, 2011, p. 2).

A esse respeito, Busarello (2016) define que a combinação da motivação intrínseca e extrínseca aumenta o nível de participação do sujeito e a "*gamification*" utiliza-se desses elementos para motivação e engajamento do sujeito.

O conceito de *gamification,* segundo o autor, é definido como

> um sistema utilizado para a resolução de problemas através da elevação e manutenção dos níveis de engajamento por meio de estímulos à motivação intrínseca do indivíduo. Utiliza cenários lúdicos para simulação e exploração de fenômenos com objetivos extrínsecos, apoiados em elementos utilizados e criados em jogos (BUSARELLO, 2016 p.18).

Para o autor, o engajamento do sujeito é mais duradouro e significativo a partir da motivação intrínseca. Essa motivação também pode ser construída a partir de motivações extrínsecas, sendo o jogo um mecanismo que se vale desse caminho.

Kapp (apud ALVES, 2015, p.15), define gamificação, termo originado do inglês, *gamification*, como "a utilização de mecânicas, aparência e pensamentos baseados em jogos para motivar pessoas, promover a aprendizagem e resolver problemas em contextos que não são jogos".

Machado *et al*. (2011) destacam que os jogos trazem estímulos cognitivos ao processo educativo, pela combinação de estímulos e elementos artísticos (animação, música, desenhos e histórias) variados, possibilitando a motivação e construção de novos conhecimentos.

Neste diapasão, pensar na formação continuada do inspetor escolar, profissional que historicamente é tido como responsável pela gerência do processo educativo e formação de profissionais da educação, a priori, pode parecer conflitar a seriedade com a brincadeira, aquele que ensina com aquele que aprende.

Entretanto, Vidakis *et al*. (2011) destacam "os jogos sérios melhoram a consciência do jogador sobre um conteúdo específico e ajudam a mudar sua atitude e perspectiva deste conteúdo" (VIDAKIS *et al*., 2011, apud NOVAIS, 2021, p. 4).

Seguindo essa necessidade latente de formação continuada do Inspetor Escolar, e tendo-se clareza da falha na oferta de modo direcionado ao cargo, surge a caminhada solitária do Inspetor enquanto construtor do seu próprio conhecimento, sem intermédios, tutorias, suporte ou qualquer outro tipo de auxílio.

Nesse cenário, "a escola assume um papel fundamental de articulação dos saberes dos diferentes profissionais, do estímulo à criatividade e de incentivo à

confiança no processo e nas pessoas que atuam no mesmo contexto" (MARTINS, 2018, p. 46).

Dessa forma, as tecnologias digitais são um alento para quem estava até então desamparado diante da dificuldade de o Inspetor Escolar encontrar formações em seu campo de atuação e os profissionais podem vir a ter acesso aos recursos direcionados ao cargo, entre outras tecnologias que façam a mediação do conhecimento, ao processo de lapidação ofertado nas formações.

Conforme defendem Ribeiro, Castro e Regattieri (2007) quando afirmam serem as tecnologias as grandes responsáveis por unificar cada vez mais o dia a dia das pessoas e por fomentar o acesso ao meio educacional.

A circulação da informação por meio da tecnologia na sociedade da informação e do conhecimento modifica paradigmas educacionais de ensino e aprendizagem.

Essa estrutura por sua vez, amplia a educação em suas formas, conteúdos pedagógicos e espaços de aprendizagem. Os aplicativos de *softwares*, a internet e todos os conteúdos disponibilizados, atualizam e criam novos saberes, mais democráticos e acessíveis.

Para Belloni (2001), os campos emergentes de pesquisa e de práticas como a andragogia, a mídia–educação, a educação a distância e a comunicação educacional podem vir a contribuir inestimavelmente para a transformação dos métodos de ensino e para a organização do trabalho nos sistemas convencionais, bem como para a utilização adequada das tecnologias na educação.

Percebe-se que a tecnologia é uma aliada da educação, podendo ser explorada de diferentes formas. No contexto da presente obra, a aplicabilidade se mostra possível na formação continuada do Inspetor Escolar enquanto integrante do magistério, conforme definido na Lei nº 9394/1996.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo serão mostradas as escolhas metodológicas e os caminhos percorridos que permitiram desvendar o fenômeno analisado. A pesquisa científica segue uma teoria articulada contendo princípios, fundamentos lógicos e epistemológicos que sustentam a análise da realidade e que tem alcance universal (CHIZZOTTI, 2018). Partindo desse entendimento, o estudo foi organizado com base nos itens a seguir, que deram sustentação ao percurso metodológico aqui traçado.

4.1 Delimitação do estudo

A presente pesquisa tem seu alcance delimitado pelo objetivo principal, que foi o de desenvolver uma proposta de formação continuada voltada ao Inspetor Escolar. Por meio do viés de uma pesquisa descritivo-exploratória, norteada a partir de seus objetivos, o estudo se enquadra numa abordagem quali-quantitativa. Foi utilizada a triangulação sequenciada, método que se apoia nas abordagens qualitativa e quantitativa e utiliza a combinação de diferentes fontes de coleta de dados e métodos de análise de dados. O método da triangulação contribui não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas para o acréscimo de rigor, de amplitude, de complexidade, de riqueza, e de profundidade à investigação em ciências sociais (AZEVEDO *et al*., 2013).

A limitação geográfica do estudo tomou como *lócus* investigativo a Secretaria Municipal de Educação, do município de São Pedro da Aldeia – Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. A limitação temporal do estudo ficou restrita entre os meses de setembro de 2019 a julho de 2020.

4.2 Quanto à Natureza

A referida pesquisa valeu-se da aplicação de um questionário composto por 11 questões, 10 fechadas e uma aberta, sendo todas direcionadas aos Inspetores Escolares que atuam na Secretaria Municipal de Educação de São Pedro da Aldeia (SEMED), definida como *lócus* investigativo desta pesquisa. Ademais, enquanto recurso complementar, foi aplicada uma entrevista semiestruturada junto à diretora da Escola Municipal Professora Miriam Alves de Macedo Guimarães, dando assim uma

maior profundidade ao tema elencado. Tal entrevista contou com 4 (quatro) questões abertas. Tanto o questionário utilizado quanto à entrevista foram compostos por questionamentos condizentes com a realidade vivenciada pelas amostragens selecionadas, assim sendo, foram voltados a apresentar uma estreita relação com os objetivos específicos deste trabalho. No que concerne à natureza, em virtude do seu caráter gerador de conhecimentos para aplicações práticas dirigidos à solução de problemas específicos, é que esta pesquisa se estabelece enquanto pesquisa aplicada.

4.3 Quanto aos objetivos

Na perspectiva de seus objetivos, a pesquisa realizada neste trabalho se enquadra como uma pesquisa exploratória, considerando a possibilidade de uma aproximação global do problema pesquisado, para então desenvolver uma nova etapa. Nessa visão, Triviños (1987, p. 109) explica:

> Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental.

De acordo com Selltiz, Wrightsman e Cook (1965), todos os trabalhos que visam descobrir ideias e intuições para melhor compreender o fenômeno em estudo configuram-se como pesquisas exploratórias. Portanto, a familiaridade com a questão de pesquisa ajuda a ser usada como uma estrutura para pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002, p. 41), “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”, e assim facilitar a análise almejada.

Zikmund (2000) defende que a pesquisa exploratória é usada principalmente para diagnosticar situações, buscar alternativas ou descobrir novas ideias. Ademais, afirma que o estudo exploratório visa esclarecer e definir a natureza do problema, bem como gerar novas informações que podem ser usadas para conduzir pesquisas conclusivas futuras. Assim sendo, mesmo que se trate de um tema já explorado, a pesquisa exploratória também é útil, pois pode haver inúmeras explicações para os fatos, e sua aplicação permitirá ao pesquisador conhecer, senão todas, pelo menos algumas delas.

4.4 Quanto à abordagem

O estudo aqui proposto considerou a necessidade de lançar mão das duas abordagens para melhor analisar os dados apresentados pelo fenômeno investigado. Ficou evidente que as informações, ao serem coletadas, analisadas e vinculadas em um mesmo trabalho de pesquisa, precisam utilizar o método qualitativo/quantitativo, sendo esses métodos adequados para responder diferentes questionamentos no campo da investigação de um problema. May (2004) defende a importância desses dois enfoques ao afirmar que:

> [...] ao avaliar esses diferentes métodos, deveríamos prestar atenção, [...], não tanto aos métodos relativos a uma divisão quantitativa-qualitativa da pesquisa social – como se uma destas produzisse automaticamente uma verdade melhor do que a outra -, mas aos seus pontos fortes e fragilidades na produção do conhecimento social. Para tanto, é necessário um entendimento de seus objetivos e da prática (MAY, 2004, p. 146).

Para o autor, a abordagem qualitativa/quantitativa ajuda a esclarecer e a formular o enfoque do problema, assim como as formas mais apropriadas para estudar e teorizar os problemas de investigação. Corroborando com May (2004), vale mencionar Moreira e Caleffe (2006) que realizam considerações acerca do enfoque por ela defendido:

> A maior distinção feita entre esses dois tipos de métodos é que a pesquisa qualitativa explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e é coletado pela observação, descrição e gravação. A pesquisa quantitativa, por outro lado, explora as características e situações de que dados numéricos podem ser obtidos e faz uso da mensuração e estatísticas. Ambas podem ser usadas no mesmo estudo. (MOREIRA; CALEFFE, 2006, p. 73).

Em resumo, o enfoque qualitativo/quantitativo representa maior amplitude, profundidade, diversidade, riqueza interpretativa e sentido de entendimento, visto que se complementam no âmbito de uma investigação científica.

4.5 Quanto aos procedimentos

No tocante aos procedimentos técnicos utilizados, este estudo é classificado como bibliográfico por ter sido desenvolvido com base em material já elaborado, composto por obras e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica foi utilizada devido à necessidade de se discutir os aspectos teóricos e conceituais da aprendizagem ao

longo da vida do Inspetor Escolar, possibilitando, de tal modo, um maior conhecimento do tema e de suas especificidades.

Segundo Nascimento (2016), o referido procedimento pode ser classificado como pesquisa documental, o qual consiste na seleção, análise e interpretação de documentos que possibilitam esclarecer o problema elencado. O presente estudo consultou documentos oficiais, relatórios, estudos e dados estatísticos com resultados concretos sobre a Formação Continuada do Inspetor Escolar, bem como sobre o reflexo desta na sua atuação profissional. Num terceiro momento, mas não menos importante, o estudo foi a campo. Sobre este aspecto, Marconi e Lakatos (2005) descrevem a pesquisa de campo:

> Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los. A pesquisa de campo propriamente dita 'não deve ser confundida com a simples coleta de dados' (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 186).

Portanto, conclui-se que o estudo de campo coleta informações diretamente do mundo real, porém, ela não finaliza tão somente na coleta de dados, pois é necessário haver ponderações sobre todas as variáveis e análises pertinentes à amostra coletada.

4.6 População e amostra

A população ou escopo da pesquisa a ser estudada é definida como um grupo de indivíduos com pelo menos uma característica comum (MARCONI; LAKATOS,2005). A definição de Chizzotti (2018) dá suporte a esta pesquisa ao afirmar que:

> Todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõem-se, pois, que elas tenham um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais. (CHIZZOTTI, 2018, p. 38).

Seguindo essa definição, o estudo consistiu em uma população representada por 15 Inspetores Escolares que atuam na SEMED, equipe diretiva da Escola Municipal Professora Miriam Alves de Macedo Guimarães, composta por direção e vice direção.

Nesse sentido, a pesquisa, apresentando uma amostra concisa do universo em estudo, caracterizou-se como um estudo de abordagem quali-quantitativa, pois,

mesmo valendo-se de números e dados estatísticos, o que se pretendeu foi uma escuta de atores-chave que pudessem trabalhar juntos para resolver a situação-problema aqui abordada.

Ao estudar sobre a possível amostra, e definir que ela não seria puramente probabilística, o estudo contou com a colaboração de Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 254):

> Nas amostras não probabilísticas, a escolha dos elementos não depende da probabilidade, mais sim de causas relacionadas com as características da pesquisa ou de quem faz a amostra. Aqui o procedimento não é mecânico nem com base em fórmulas de probabilidade, e sim depende do processo de tomada de decisões de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, e sem dúvida, as amostras selecionadas obedecem a outros critérios de pesquisa.

Seguindo essa linha de raciocínio, a amostra desta pesquisa foi designada como eixo norteador da amostra intencional, pois foram buscados participantes necessários ao alcance do objetivo aqui proposto. Por se tratar de um estudo quali-quantitativo, o estudo não teve uma limitação numérica quanto às pessoas envolvidas, sendo utilizado para definição de tal um pré-teste, no qual foram estipulados os seguintes critérios:

4.6.1 Critérios de Inclusão e Exclusão

Critérios de Inclusão:

a) Inspetores Escolares que atuam no município de São Pedro da Aldeia.

b) Inspetores Escolares que atuam em outros municípios do estado do Rio de Janeiro.

c) Integrantes da Equipe Diretiva da Escola Municipal Professora Miriam Alves de Macedo Guimarães.

Critérios de Exclusão

a) Inspetores Escolares que não queiram participar do estudo.

b) Funcionários internos da Escola Municipal Professora Miriam Alves de Macedo Guimarães não integrantes da Equipe Diretiva.

c) Membro(s) da Equipe Diretiva que não queira(m) participar do estudo.

Após o pré-teste, foram elencados 15 Inspetores Escolares que atuam na SEMED, e um integrante da Equipe Diretiva, o diretor da unidade escolar da Escola Municipal Professora Miriam Alves de Macedo Guimarães, atendendo, assim, aos critérios de inclusão aqui estipulados.

4.7 Local de pesquisa

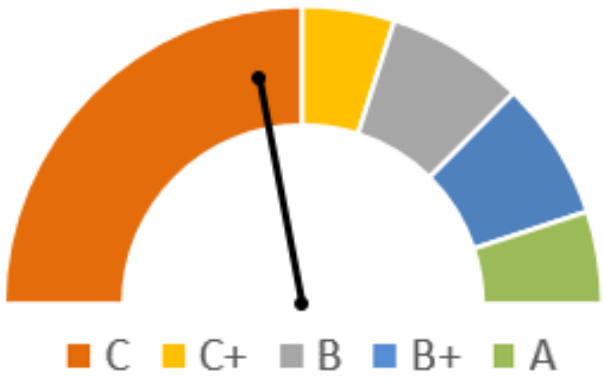
São Pedro da Aldeia é um município do interior do Estado do Rio de Janeiro, localizado na região conhecida como Região dos Lagos. Esse município possui uma atividade econômica variada, devido ao fato de estar localizado entre os municípios de Cabo Frio, Iguaba Grande, Araruama, Arraial do Cabo e Búzios, todos roteiros turísticos – inclusive internacionais. Além do turismo, o município conta com a participação em *royalties* do petróleo, pesca artesanal, extração de sal marinho e incentivo à instalação de empresas.

A pesquisa, mesmo tendo como objeto de estudo uma ferramenta social de nível global, tomou como unidade de análise para coleta de informações, a Secretaria Municipal de São Pedro da Aldeia, localizada na cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, o relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, (TCE-RJ), que tem por finalidade avaliar se os objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados e oferecer subsídios para melhoria, a partir de sete dimensões estruturantes, entre elas a Educação, que são avaliadas a partir do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).

O Índice Municipal de Educação mede o resultado das ações da gestão municipal, a partir de quesitos específicos que reúnem informações sobre avaliação escolar, planejamento de vagas, qualificação dos professores entre outros. A avaliação abrange a educação infantil e o ensino fundamental.

De acordo com os resultados divulgados, o município de São Pedro da Aldeia, no que concerne à educação, encontra-se na faixa C de resultado, sendo considerado baixo nível de adequação, como é possível constatar na figura 1:

Figura 1 – Resultado do IEGM (2017) do município de São Pedro da Aldeia.



Fonte: IEGM/TCE-RJ 2017

A análise dos dados obtidos pelo TCE-RJ é de suma importância para o trabalho da Inspeção Escolar, uma vez que, cabe ao profissional da Inspeção acompanhar a política educacional do município, sugerindo ações que devem ser tomadas para melhoria dos índices apurados pelo referido tribunal, bem como de outros instrumentos de avaliações externas, propiciando uma melhora na qualidade do ensino.

4.8 Instrumentos

O questionário aplicado foi composto por 11 questões, sendo 10 abertas e uma fechada; já a entrevista foi composta por 4 questionamentos que abordam o conhecimento e a percepção sobre a atuação do Inspetor de Ensino. Ressalta-se que todos os instrumentos foram direcionados à amostragem neste estudo, obedecendo-se, assim, aos critérios de inclusão estabelecidos.

4.9 Coleta de dados

Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), a pesquisa científica é compreendida enquanto inquérito ou exame minucioso que objetiva a solução de um problema por meio de procedimentos científicos.

Seguindo os ensinamentos de Gerhardt e Silveira (2009), os dados utilizados para composição deste trabalho foram coletados utilizando consulta a documentos virtuais, estudo bibliográfico e aplicação de um questionário direcionado aos Inspetores Escolares de São Pedro da Aldeia. A aplicação desse instrumento ocorreu por meio digital, atendendo aos protocolos de segurança estabelecidos pela OMS e Ministério da Saúde para a não disseminação do vírus COVID-19.

Prosseguindo, o estudo investigou e abordou os principais dados bibliográficos sobre o tema, discutindo, com base neles, sobre aspectos inerentes à Formação Continuada do Inspetor Escolar. Assim sendo, o presente estudo evocou a reflexão sobre o objeto de pesquisa proposto e acrescentou-o aos dados obtidos no estudo de campo, respondendo, assim, às questões aqui elencadas.

Justificando o apelo aos mecanismos de referenciais bibliográficos consultados, Stumpf (2006) acredita que a pesquisa bibliográfica é a base de toda pesquisa, ou seja, é o planejamento global para o início de qualquer trabalho.

> Pesquisa bibliográfica, em um sentindo amplo, é o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento dos pensamentos dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões (STUMPF, 2006, p. 51).

Como complemento à pesquisa bibliográfica, o estudo valeu-se da pesquisa de campo que se utiliza de instrumentos como entrevistas em profundidade, e o uso de questionários para a obtenção de resultados concretos sobre a realidade estudada. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2003, p.201) definem que o questionário é um "instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito".

No período de aplicação do questionário (junho de 2020), as escolas da rede municipal de São Pedro da Aldeia, por força de decreto municipal, estavam fechadas e os funcionários aguardavam orientações sobre o retorno das atividades escolares e reorganização do ano letivo, em razão da pandemia.

Assim sendo, o questionário foi aplicado em momento reservado para tal fim, no qual os participantes foram formalmente convidados com antecedência pelas redes sociais: *facebook* e *whatsapp* e esclarecidos sobre todas as etapas. Foi comunicado aos presentes que eles estariam participando de uma pesquisa, esclarecendo os objetivos, assim como os procedimentos, e sobre a participação voluntária dos envolvidos. Ademais, foi comunicado também que a pesquisa consistiria na aplicação de um questionário com 11 perguntas,10 fechadas e uma aberta. Salienta-se que a pesquisadora esteve presente, mesmo que virtualmente, durante toda a aplicação dos questionários para auxiliar os participantes em caso de dúvidas e/ou questionamentos.

De acordo com José Filho e Dalbério (2006, p. 64), "o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos". Assim sendo, Demo (2003, p. 16) define que, "em termos cotidianos, pesquisa não é ato isolado, intermitente, especial, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem".

O estudo também se utilizou da técnica de observação que, segundo Minayo (2009), requer atenção e cautela do pesquisador, ou seja, ele deve criar um vínculo com o grupo em que irá coletar os dados, permitindo, de tal modo, um clima de aceitação e confiança para que a investigação seja bem-sucedida.

4.10 Análise crítica dos riscos e benefícios

Levando-se em conta que todos os estudos representam um risco para os envolvidos, considerou-se que este estudo poderia criar algum tipo de constrangimento moral e/ou psicológico, uma vez que os participantes deviam responder a questões contendo o seu ponto de vista de forma pessoal.

Como parte do procedimento de minimização de riscos, os instrumentos foram aplicados de forma individual e anônima, online, impossibilitando a identificação dos participantes. Ainda com um objetivo atenuante, os potenciais sujeitos receberam uma descrição adequada e precisa, e informações sobre os possíveis riscos, desconfortos e benefícios a que estariam expostos.

Além disso, foi informado que, caso o voluntário se sentisse constrangido com uma pergunta, ele poderia não responder e passar para a próxima, ou interromper a entrevista e voltar quando quisesse, estando até mesmo livre para abandonar o estudo sem causar nenhuma inconveniência para si, para o pesquisador ou para a escola.

Outro risco considerado foi a quebra de sigilo. Para evitar quebra de sigilo foram adotados os seguintes procedimentos: preservação de dados pessoais e identificadores por meio de códigos numéricos para representar os participantes. Além do mais, em caso de "vazamento", ficou determinado que os dados não seriam utilizados na pesquisa, sendo, então, totalmente descartados. Salienta-se que apenas a pesquisadora manipulou os dados e que os participantes foram identificados por números como: participante 1, participante 2, etc. Além disso, a pesquisadora esteve presente em todas as etapas do estudo como mecanismo mitigador de riscos.

Os questionários utilizados para coleta de dados junto aos inspetores escolares e para entrevista foram tabulados utilizando o software *MAXQDA* e armazenados no *Google Drive*.

Considerando-se os riscos, os benefícios que este estudo pode trazer se demonstram superiores, cabendo ressaltar: o desenvolvimento de novas ferramentas

de fomento à formação continuada do Inspetor Escolar; o pensamento crítico-reflexivo; a ampliação do debate acadêmico sobre o tema e; a conscientização sobre a importância da formação continuada dos especialistas em educação (em especial do Inspetor Escolar, que é o foco deste estudo), pois são eles que orientam e conduzem os professores regentes nas Unidades Escolares.

Diante do exposto, nota-se que os riscos são relativamente baixos se comparados aos benefícios. Percebe-se, portanto, que os benefícios podem garantir com que a Formação Continuada dos Especialistas em Educação seja vista com um olhar mais atencioso, engajado. Como reflexo, espera-se que a melhor qualificação destes profissionais seja refletida na qualidade do assessoramento pedagógico prestado, bem como no acompanhamento de todas as etapas educacionais, contribuindo, em decorrência disso, com o avanço da qualidade do ensino em solo nacional e, consequentemente, na melhora do cenário da educação brasileira.

4.11 Critérios éticos

Com a necessidade de se atender aos critérios éticos, o presente estudo requereu autorização junto às instituições aqui elencadas, por meio de um convite formal, quando foi detalhado o objetivo do estudo, bem como a sua justificativa.

De posse desse aceite, aos participantes foram esclarecidos todos os dados do presente estudo, bem como a garantia do anonimato empregado aos participantes. Além disso, todos os presentes foram informados de que sua participação não seria remunerada e nem obrigatória, o que os deixava livres para abandonar o projeto a qualquer tempo.

4.12 Processo para obtenção do termo de consentimento livre e esclarecido

Como mecanismo de coleta de assinaturas, a pesquisadora consultou os participantes a serem entrevistados individualmente, de modo online, apresentando, neste momento, os objetivos e a justificativa para a escolha do tema. Na ocasião, foram fornecidos explicações e detalhes sobre o motivo pelo qual os participantes são atores-chave no fornecimento de dados que abordam o problema aqui listado.

4.13 Análise de dados

O objetivo de uma pesquisa, segundo Quivy e Campenhoudt (1995, p. 213), é responder à questão inicial. Após a coleta de dados, verificou-se se as informações correspondiam às expectativas, ou seja, se os resultados aqui observados refletiam os esperados.

Para a análise dos dados, o estudo seguiu as orientações de Minayo (2009, p.27), considerando os seguintes passos: ordenação, classificação e análise. Sistematicamente, foi realizado um apanhado de todos os dados obtidos referentes ao público-alvo da pesquisa.

Na análise documental e bibliográfica, pretendeu-se estabelecer articulações entre os referenciais teóricos e os dados coletados, respondendo às questões propostas nos objetivos da pesquisa. Para Minayo (2009, p. 27) "[…] análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações".

A análise dos dados foi realizada por meio do software *MAXQDA Analytics Pro 2020*. A ferramenta pode ser utilizada para análise de conteúdo, por meio da criação de códigos, categorização dos dados e combinação entre as variáveis (OLIVEIRA *et al*., 2016). O software "pode ser considerado um conjunto de ferramentas que favorece a organização, exploração, codificação e análises intercodificadores" (BRAGA *et al*., 2019, p. 2).

Assim sendo, os resultados e a análise de dados aqui trazidos serão apresentados de maneira quali-quantitativa, na qual mesmo que haja a presença de números e que sua importância seja considerada, os critérios qualitativos também são existentes, servindo, em comunhão, como base para novas discussões e estudos acerca do assunto.

5 QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

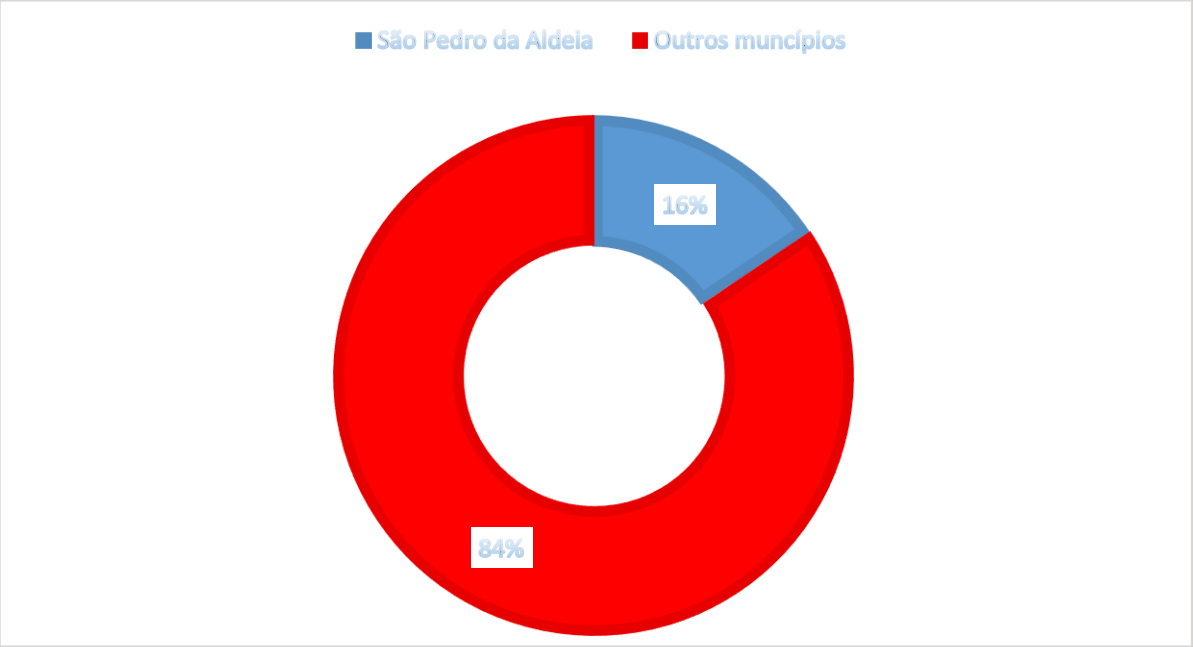
A aplicação do questionário objetivou conhecer melhor as diferentes áreas de atuação do Inspetor Escolar e os aspectos relacionados à atualização deste profissional. Embora o enfoque deste estudo sejam os Inspetores Escolares que atuam no município de São Pedro da Aldeia, no momento da aplicação do questionário

não foi feita nenhuma distinção entre os inspetores que atuam em outros municípios. O interesse foi obter mais informações sobre as diferentes formas de atualização desse profissional considerando a escassez de cursos de formação continuada ofertadas a esse público especifico. Nessa etapa, o questionário foi respondido por 96 Inspetores que atuam em diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Desse modo, analiso e apresento o resultado da coleta dos dados:

A primeira questão tratou sobre o município em que o participante atua, conforme apresentado na figura 2.

Figura 2 – Questão sobre local de atuação.

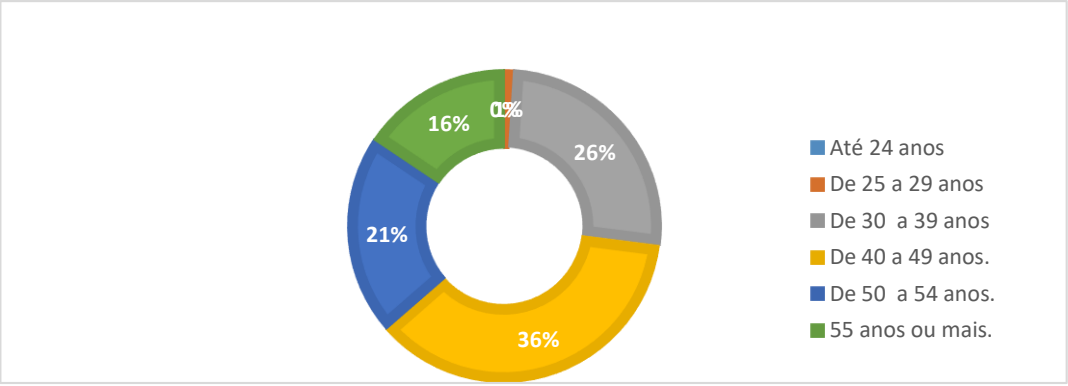


Fonte: Autora (2020)

Conforme apresentado na Figura 2, a maioria dos participantes que responderam ao questionário não atuam no município de SPA. Inicialmente, optou-se por direcionar o questionário aos inspetores do referido município. Contudo, considerando o tema, o contexto em que a pesquisa foi realizada, e a amplitude na divulgação da informação, os participantes de outras localidades acabaram recebendo o link do questionário, resultando na maioria do total de entrevistados. Assim, aproveitando a amplitude da pesquisa, optou-se por não realizar o recorte dos dados, mas utilizá-los como referência na construção da proposta de formação continuada.

A segunda questão, apresentada na Figura 3, contemplou a faixa etária dos participantes.

Figura 3 – **Faixa etária dos participantes.**



Fonte: Autora (2020)

É possível observar, a partir dos resultados, que 73% dos participantes possuem 40 anos ou mais.

Já as questões 3, 4 e 5 tinham como finalidade, considerando os últimos dois anos, investigar de quais cursos/oficinas o voluntário participou e o impacto dessas atividades em sua prática profissional a partir de três enfoques: gestão escolar, gestão do currículo e avaliação institucional de desempenho da escola e da aprendizagem do aluno, conforme apresentados nas tabelas 01 a 03.

Tabela 1 – Cursos e Oficinas sobre gestão escolar.

Municípios (n) = 96	**Não Participei.**	**Sim, e não houve impacto.**	**Sim, e houve um pequeno impacto.**	**Sim, e houve um impacto moderado.**	**Sim, e houve um grande impacto.**	**Total**
São Pedro da Aldeia	10,4%	4,2%	1,4%	–	–	16%
Outros municípios	52%	13%	19%	–	%–	84%
Total (%)	**62,6%**	17,2%	20,4%	–	–	100%

Fonte: Autora (2020)

É possível constatar, na tabela 1, que a maioria dos participantes que atuam no município de SPA, representados por 10,4%, não participaram de cursos ou oficinas sobre Gestão Escolar. Em outros municípios, o resultado de 52% também representa a maioria dos participantes.

Na tabela 2 são apresentados os resultados sobre cursos na área de gestão do currículo.

Tabela 2 – Cursos e Oficinas sobre gestão do currículo.

Municípios (n) = 96	**Não Participei.**	**Sim, e não houve impacto.**	**Sim, e houve um pequeno impacto.**	**Sim, e houve um impacto moderado.**	**Sim, e houve um grande impacto.**	**Total**
São Pedro da Aldeia	13,8%	–	1,1%	–	1,1%	16%
Outros municípios	68,4%	5,0%	–	–	10,6%	84%
Total (%)	**82,2%**	5%	1,1%	–	11,6%	100%

Fonte: Autora (2020)

De acordo com a tabela apresentada acima, é possível observar que 82,2% dos participantes não participaram de cursos sobre a temática. Quando a análise enfoca os inspetores que atuam no município de SPA, é possível constatar que o valor corresponde quase à totalidade dos participantes, 13,8%. Dentre os que afirmaram ter participado de formação na área, 1,1%, dos participantes perceberam pequeno ou grande impacto em sua atuação, respectivamente.

Na tabela 3 são apresentados os resultados a respeito de cursos e/ou oficinas sobre avaliação institucional de desempenho. É possível observar que os índices são ainda mais expressivos em relação aos tópicos anteriores. Do total de participantes, 88,3% não participaram de cursos ou oficinas sobre a temática. Quanto aos profissionais que atuam no município de São Pedro, 14,9% não participaram de formação sobre avaliação institucional de desempenho. Dentre os que participaram, 1,1% percebeu um pequeno impacto em sua prática profissional.

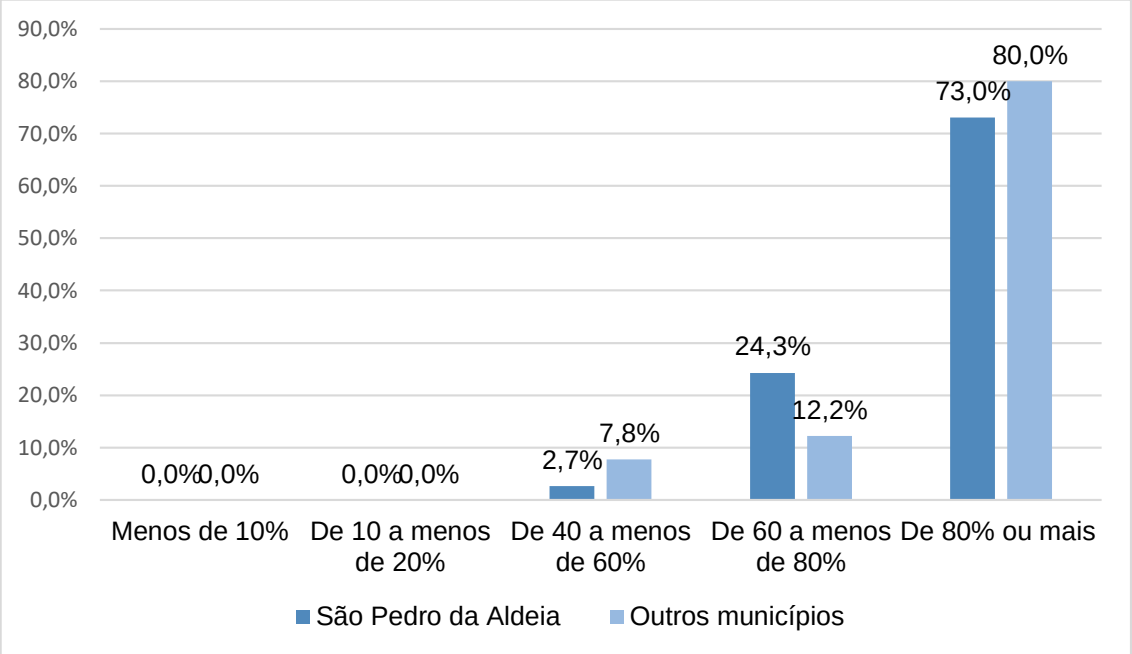
Tabela 3 – Cursos e Oficinas sobre avaliação institucional de desempenho.

Municípios (n) = 96	**Não Participei.**	**Sim, e não houve impacto.**	**Sim, e houve um pequeno impacto.**	**Sim, e houve um impacto moderado.**	**Sim, e houve um grande impacto.**	**Total**
São Pedro da Aldeia	14,9%	–	1,1%	–	–	16%
Outros municípios	73,4%	2,0%	**3,0%**	–	5,6%	84%
Total (%)	**88,3%**	2%	4,1%	–	5,6%	100%

Fonte: Autora (2020)

Na figura 4, é apresentado o percentual de tempo referente ao período de trabalho gasto em atividades administrativas que incluem: examinar a regularidade da vida escolar dos alunos, examinar diários de classe, elaborar documentos escolares, examinar a fidedignidade da escrituração escolar entre outras.

Figura 4 – Tempo gasto em atividades administrativas.

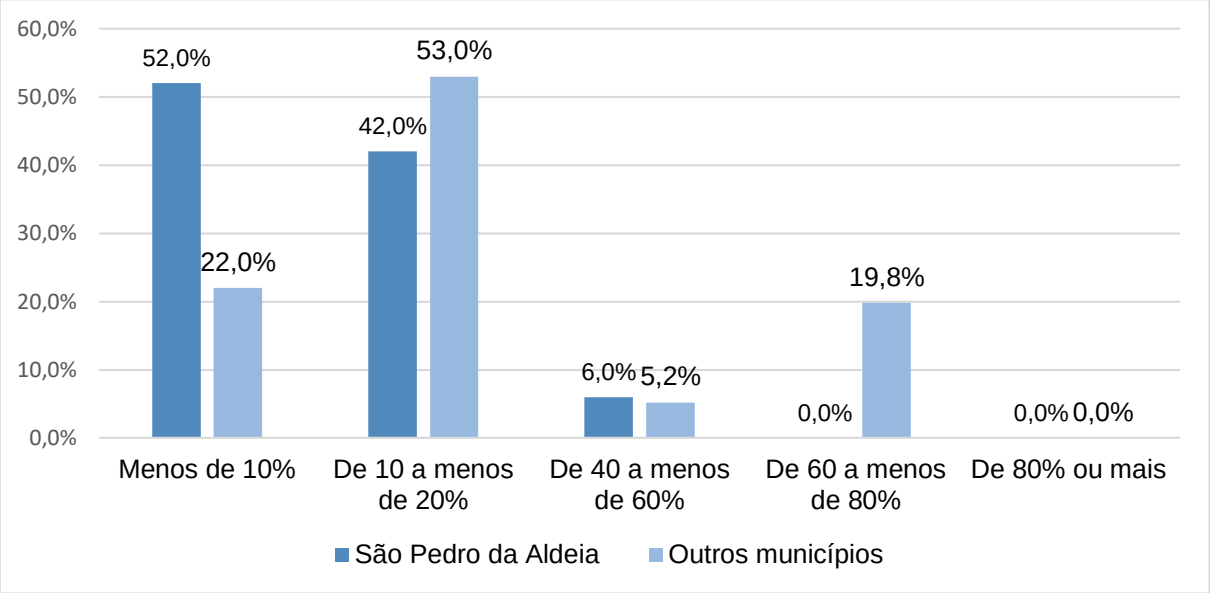


Fonte: Autora (2020)

É possível observar, na imagem acima, que 73% dos participantes que atuam no município de SPA, gastam 80% do seu tempo de trabalho, ou mais, em atividades de cunho administrativo. Esse tópico, quando analisado em outros municípios, demonstra que 80% dos participantes gastam 80% de seu tempo trabalhado com atividades administrativas.

A figura 5 apresenta o tempo de trabalho gasto com atividades de cunho pedagógico como: participar da elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico, analisar os resultados do processo de avaliação institucional, participar das reuniões pedagógicas, acompanhar a atuação do Conselho de Classe, dentre outras.

Figura 5 – Tempo gasto em atividades pedagógicas.

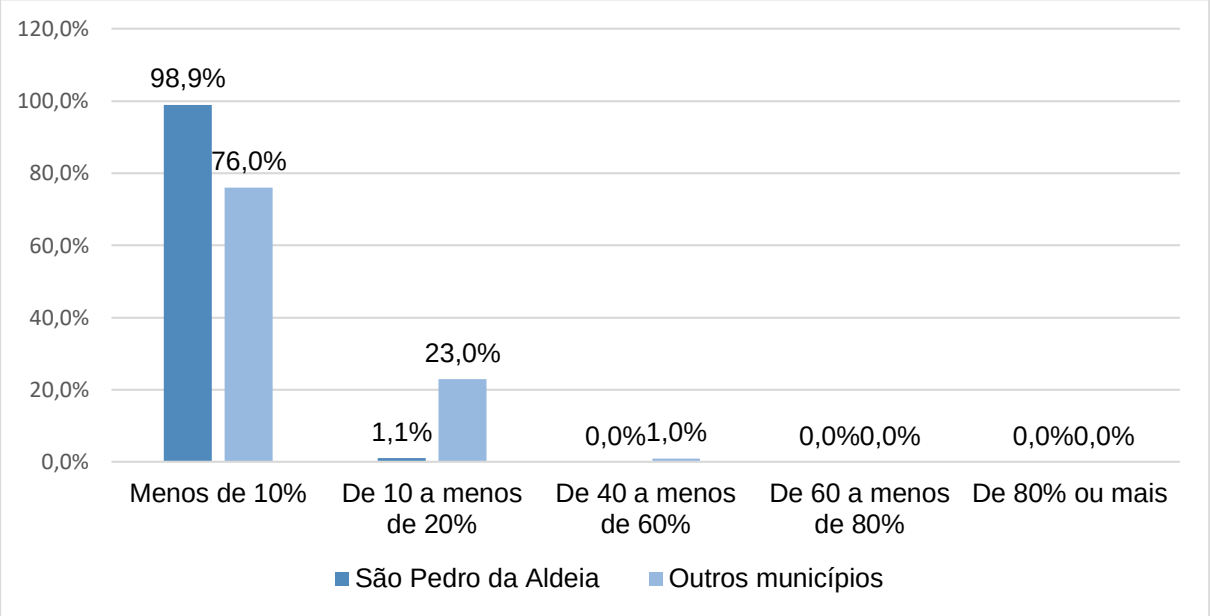


Fonte: Autora (2020)

Os dados apresentados acima evidenciam que, 52% dos participantes que atuam no município de SPA, gastam menos de 10% do período trabalhado em atividades relacionadas aos aspectos pedagógicos. Outros 42% gastam menos de 20% nessas atividades.

Na figura 6 são apresentados os percentuais de tempo gasto em atividades relacionadas ao aspecto financeiro, que incluem: orientar e fiscalizar a gestão financeira de serviços e recursos da escola, dentre outras.

Figura 6 – Tempo gasto com orientação/fiscalização dos aspectos financeiros.



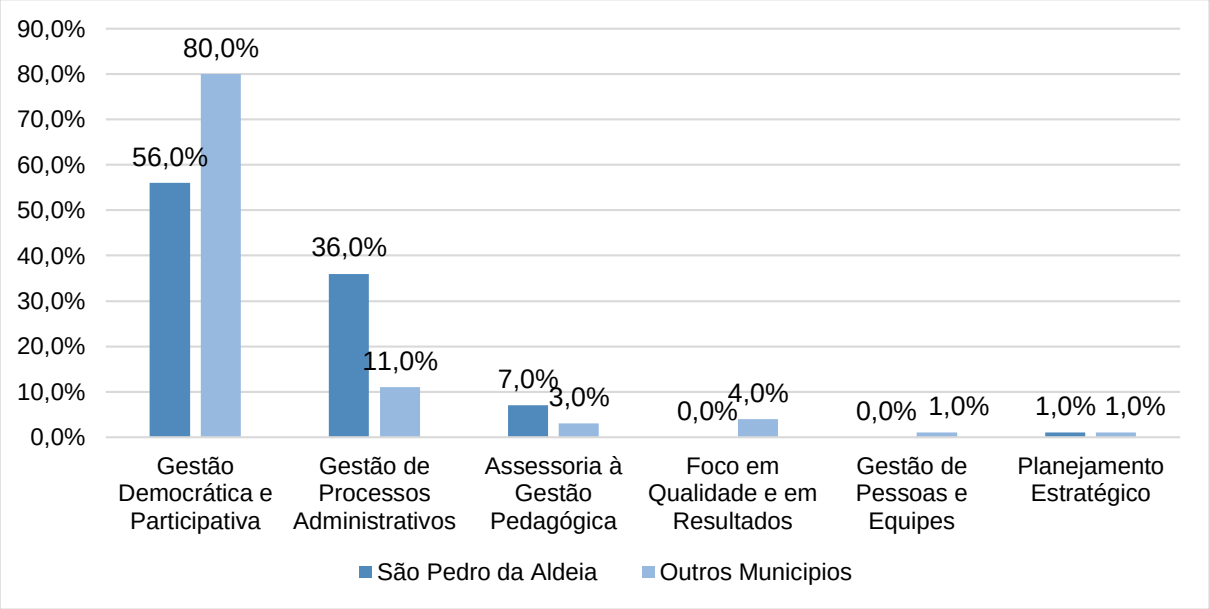
Fonte: Autora (2020)

É possível constatar, de acordo com a imagem acima, que a maioria dos participantes destinam menos de 10% do período de trabalho em atividades relacionadas à gestão financeira.

Dessa forma, e diante dos resultados apresentados, nas Figuras **4, 5** e **6**, é possível confirmar a hipótese inicial desta pesquisa, no sentido de que a inspeção escolar não cumpre integralmente o seu papel articulador, orientador e de acompanhamento dos aspectos pedagógicos, administrativos e legais.

Na figura 7, são apresentados os resultados referentes ao grau de importância de diferentes áreas da gestão escolar. Foram apresentadas as seguintes áreas: Gestão Democrática e Participativa; Gestão de Processos Administrativos; Assessoria à Gestão Pedagógica; Foco em Qualidade e em Resultados; Gestão de Pessoas e Equipes e Planejamento Estratégico. A questão foi apresentada de modo que os participantes deveriam numerar de 01 a 06, sendo o número 1 considerado mais importante e o número 6 o de menor importância para atuação do inspetor escolar.

Figura 7 – Grau de importância das dimensões da gestão escolar.



Fonte: Autora (2020)

Conforme demonstrado na imagem acima, é possível constatar que, para 56% dos inspetores escolares de SPA a área relacionada à gestão democrática e participativa foi considerada de maior importância. A segunda área considerada importante pelos entrevistados foi a gestão de processos administrativos, apontada por 36% do total de inspetores. A terceira, por ordem de importância foi a Assessoria a Gestão Pedagógica, cuja importância foi apontada por 7% dos entrevistados.

Quanto aos inspetores dos demais municípios, os resultados são semelhantes por ordem de importância, sendo: a gestão democrática representada por 80% do total, seguida pela gestão de processos administrativos que corresponde a 36% e a assessoria da gestão pedagógica que corresponde a 3% dos participantes.

A questão aberta apresentou o seguinte questionamento: “O que você considera mais importante para sua formação profissional e na sua atuação como Inspetor Escolar/Supervisor de Ensino?” os resultados são apresentados nas figuras 7 e 8 por meio da nuvem de palavras.

As palavras apresentadas, nas nuvens a seguir, elaboradas no *software MAXQDA*, foram categorizadas de acordo com a frequência, ou seja, quanto maiores aparecem nas nuvens, com mais frequência foram mencionadas pelos participantes. Para fins de análise, foram considerados apenas os verbetes que se relacionam com o objeto da pesquisa sendo excluídas preposições, conjunções etc.

Figura 8 – Aspectos importantes para atuação profissional.



Fonte: Autora (2020)

A figura 8 apresenta as palavras relacionadas aos quesitos considerados importantes para atuação profissional. É possível observar que se destacam as palavras: “conhecimento”, “gestão” e “legislação”.

Figura 9 – Aspectos importantes para formação profissional.



Fonte: Autora (2020)

Quanto aos aspectos considerados importantes para formação profissional apresentados na figura 9, as palavras que se destacaram, ou seja, apareceram com maior destaque são: “formação”, “estudo”, “capacitação”, “legislação”. É importante salientar que a palavra “continuada” aparece com destaque um pouco menor, pois, alguns dos participantes utilizavam apena os termos “formação” ou capacitação, enquanto outros se valiam dos termos “formação continuada” ou “capacitação continuada”.

A seguir, serão apresentados os resultados da entrevista realizadas com a direção da unidade escolar.

5.1 Entrevista semiestruturada com a direção da unidade escolar

A partir da elaboração prévia do roteiro de entrevista, foi possível complementar os resultados dos questionários com assuntos referentes ao exercício profissional dos inspetores escolares de SPA e desse modo, elaborar uma proposta formação continuada. Para análise dos dados, foram criados dois códigos denominados: Perfil Profissional Observado e Perfil Profissional Desejado, conforme verifica-se a seguir:

Quadro 1 – Perfil Profissional observado do Inspetor Escolar.

Perfil Observado	
Pergunta 1-	Em sua opinião, qual é o perfil profissional do Inspetor Escolar da rede municipal São Pedro da Aldeia?
Resposta 1	*Em geral deve **orientar, assistir e inspecionar, o processo administrativo e pedagógico das escolas**. Esse profissional **atua de forma normatizadora,** junto à Secretaria Municipal de Educação em ações pertinentes à legislação vigente.*

Fonte: Autora (2020)

É possível constatar, após análise do código “Perfil Profissional Observado”, que na percepção da entrevistada, o Inspetor Escolar atua com perfil fiscalizador e normatizador junto à Secretaria Municipal de Educação.

Quadro 2 – Perfil Profissional desejado do Inspetor Escolar.

Perfil Desejado	
Pergunta 2-	De que forma a atuação do Inspetor Escolar pode auxiliar na implementação de políticas públicas na escola?
Resposta 2	*Levando – se em consideração que esse profissional* ***deve ter um domínio técnico e amplo da legislação*** *pertinentes a educação, deveria* ***atuar como uma espécie de "coordenador fiscal"*** *das propostas e elaborações de tais políticas no sentido de adequá-las ao âmbito escolar para que esteja em consonância com as regras legais.*
Pergunta 3-	Como o exercício profissional do Inspetor pode fornecer os subsídios necessários ao desenvolvimento do Plano de Trabalho da equipe gestora, visando às aprendizagens previstas na Proposta Curricular do município?
Resposta	***Atuando não somente como um fiscalizador, mas como um especialista que se integra à equipe gestora.Um profissional que atua*** *em diferentes segmentos da escola objetivando* ***além da organização documental,*** *mas que se envolve com o funcionamento e regularização da instituição como um todo.* ***A educação integral e de qualidade dos educandos*****.**
Pergunta 4-	Como o exercício profissional do Inspetor Escolar pode assessorar a unidade escolar nos aspectos pedagógicos e financeiros?
Resposta	***Se o profissional atuar como o mencionado anteriormente, compreendendo-se como um agente integrador e não apenas fiscalizador, essa colaboração se tornará automática. Como algo que flui por ser inerente a sua postura, vivenciando as demandas da unidade de forma integral.***

Fonte: Autora (2020)

Quanto ao código "Perfil Profissional Desejado", a participante entende que o profissional deve atuar como um "coordenador fiscal" que concilia a legislação à realidade escolar atuando como agente integrador e não fiscalizador.

6 DESENVOLVIMENTO DO JOGO

Este capítulo vislumbra uma visão das etapas da produção do jogo *Inspeação*, desde o desenvolvimento do roteiro, pré-produção, direção, até a sua edição na pós-produção e divulgação do jogo.

Entende-se que um jogo é um projeto e como tal precisa ser orquestrado para ser produzido. A Associação Brasileira De Normas Técnicas (2000) define através da NBR ISO 9004-1 que “O gerenciamento de Projetos inclui o planejamento, organização, supervisão e controle de todos os aspectos do Projeto, em um processo contínuo, para alcançar seus objetivos”

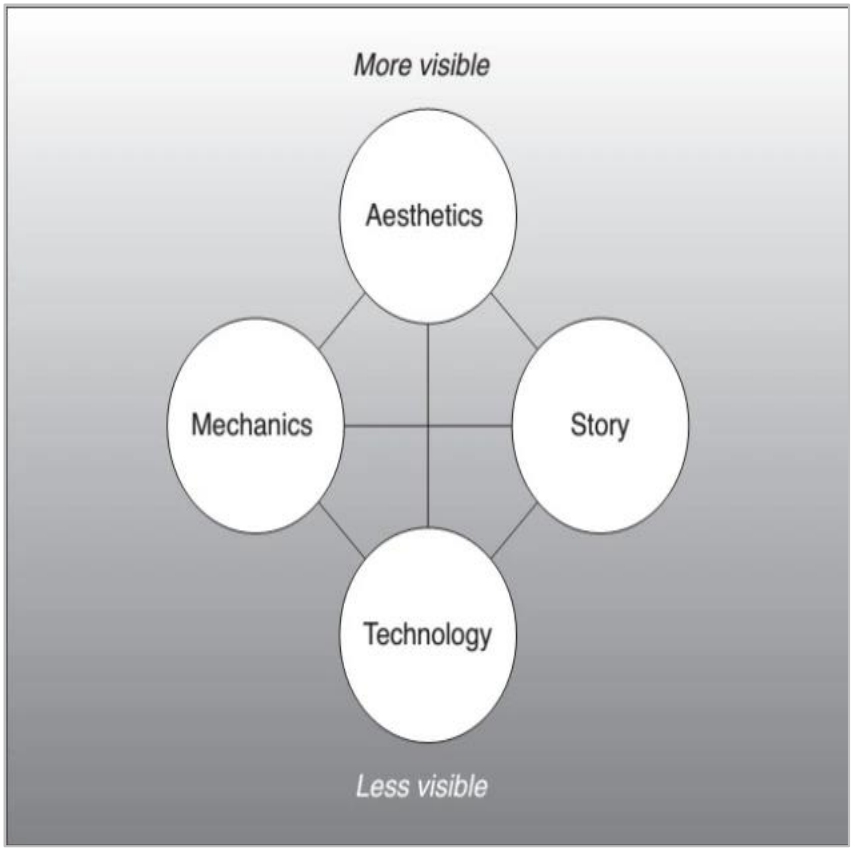
Um jogo é uma obra cultural, que geralmente se divide em três etapas principais: a pré-produção, produção e pós-produção. Novak (2012) entende que um projeto de jogos possui na verdade 8 (oito) fases para a sua concepção: conceito, pré-produção, protótipo, produção, alpha, beta, ouro e pós-produção.

6.1 Conceito

De acordo com Novak (2012), essa etapa se inicia com a idealização do jogo, com suas mecânicas básicas, seu enredo, sua estética e a viabilidade tecnológica da plataforma, o público-alvo e a documentação. Ela tem seu início quando a ideia do jogo é gerada e acaba quando se começa o planejamento.

Schell (2008) divide essa etapa em quatro partes principais e essa técnica é denominada como Lente da Tétrade Elementar, que se divide em: a) estética; b) mecânica; c) narrativa e; d) tecnologia.

Figura 10 – Tétrade elementar dos jogos.



Fonte: Schell (2008)

A estética – É a forma de apresentação do conceito visual e audiovisual do jogo. A apresentação visual trata da aparência do jogo, se terá *feedbacks* e como aparentam os personagens, já os audiovisuais incluem os sons e a ambientação. Esta parte, se bem feita, tornará a experiência do jogo imersiva, aumentando a catarse do utilizador. Esse é um dos pontos mais relevantes para um jogo sério, já que a proposta é tornar a aprendizagem mais interessante a partir de característica digital se diferenciando de propostas analógicas como no caso dos livros.

Mecânica – é como funciona o jogo, ou seja, qual é o seu sistema de regras, como funciona a partida, quais são as condições de vitória e derrota, ou seja, é um jogo de futebol? É um jogo de combate? É um jogo de interpretação? É um jogo de estratégia como xadrez?

Narrativa – Schell disserta que a narrativa é a sequência de eventos que dentro do jogo (2009).É a história do jogo, onde ele se passa e junto com a estética vão determinar a ambientação e o clima do jogo. Ela também se comunica com a mecânica do jogo, pois um jogo de controles complicados ou desconhecidos pelos

seus utilizadores pode quebrar a catarse construída pela narrativa. Os controles precisam estar de forma intuitiva para o utilizador não perder o clima pensando em como se movimentar ou fazer outras ações dentro do jogo.

Tecnologia – É parte mais interna da tétrade, ou seja, a base, o sistema, a plataforma em que é idealizado e criado o jogo. Define ainda quais os dispositivos que poderão ser utilizados para sua apresentação, como smartphones*, tablets*, computadores ou videogames.

Como a proposta do jogo é ser um jogo educacional, sugere-se que a estética seja mais perto da realista, do cotidiano do utilizador para que ele então entre em catarse e que haja imersão no assunto. Então, o jogo será feito com uma estética que não altere tanto as proporções humanas, que simule uma sala de aula, uma secretaria, uma escola.

Sobre a mecânica do jogo, não se tem a pretensão de ser mecanicamente avançado, já não há a necessidade de comandos complexos para alcançar o objetivo e que também poderiam dificultar a usabilidade do jogo, criando então uma barreira tecnológica para se alcançar o aprendizado. Para isso, foi escolhida a mecânica de *Visual Novel*. Dentre as principais vantagens deste gênero estão a leitura e tomada de decisões, permitindo dessa forma abranger o público de diferentes faixas etárias, tendo em vista que requisitos como habilidades com as tecnologias ou jogos não são imprescindíveis.

Figura 11 – Exemplo de *Visual Novel*.



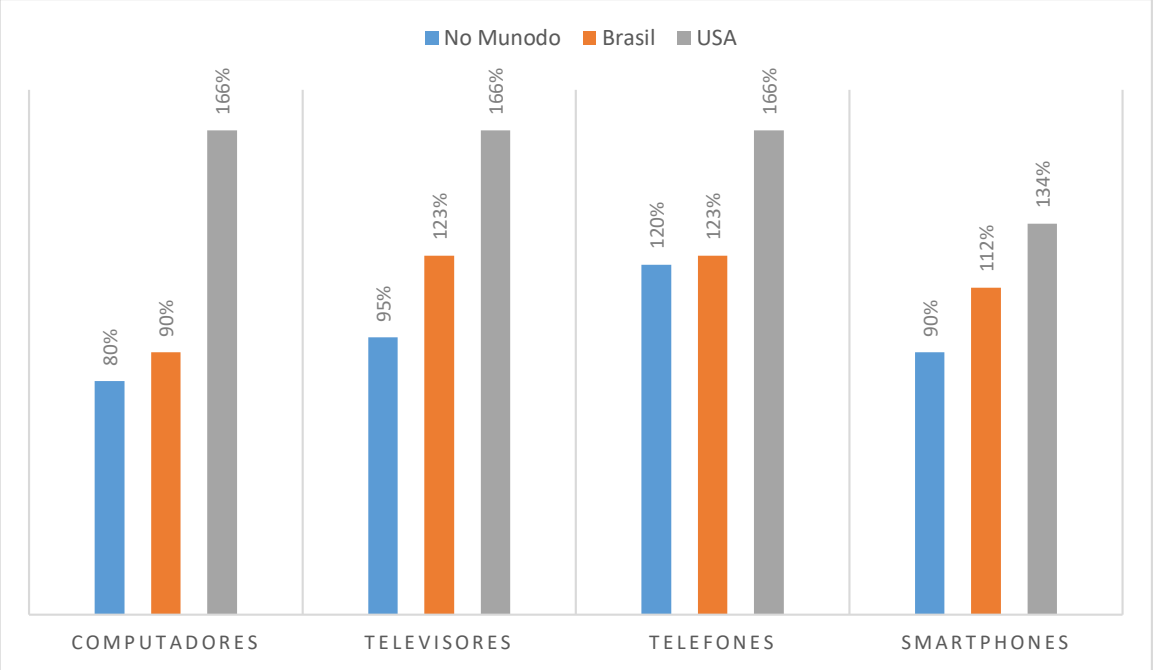
Fonte: renpy.org (2020)

O *Visual Novel* é uma história interativa que demonstra situações na tela do usuário com opções de respostas. A progressão do jogo decorre da resposta do jogador, ou seja, da tomada de decisão. Portanto, ela se enquadra no que se propõe: mostrar situações do âmbito escolar onde o inspetor passa e que precisa decidir o que fazer.

De acordo com a pesquisa divulgada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) em 2019, 93% dos professores que lecionam em escolas urbanas, atualizam-se sobre o uso das tecnologias sozinhos. Dentre o total de entrevistados, 82% utilizam a internet para desenvolver ou aprimorar conhecimentos sobre o uso de tecnologias nos processos de ensino e de aprendizagem, conforme aponta o estudo.

Meirelles (2020) aponta que no Brasil existem 234 milhões de smartphones em uso, 112% per capita, ou seja, mais de um smartphone por habitante.

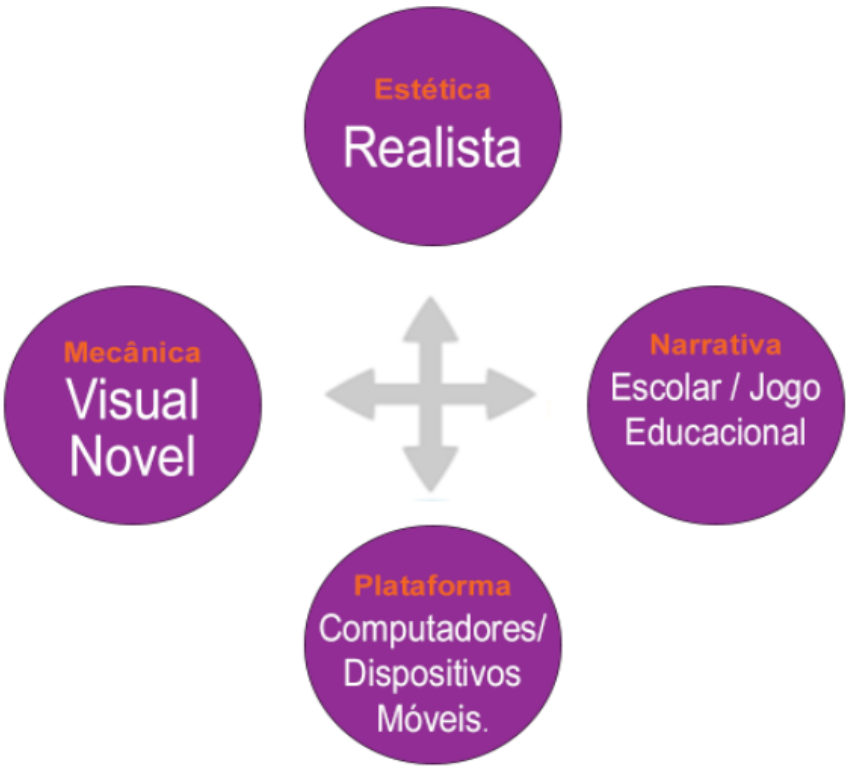
Figura 12 – Porcentagem per capita (por habitantes) dispositivos disponíveis.



Fonte: adaptado FGV EASP (2020)

Nesse contexto, o jogo precisa ser rodado na plataforma mais acessível ao público-alvo. Portanto, a proposta é que os utilizadores não precisem ter um dispositivo específico para executar o jogo. Logo, o *Inspeação* precisa funcionar em computadores ou dispositivos móveis, que já fazem parte do cotidiano brasileiro.

Figura 13 – Tétrade Elementar do jogo *Inspeação*.



Fonte: Autora (2020)

Para documentar o projeto, foi produzido um Game Design Document (GDD) que segundo Mota (2013, p. 115)

> [...] é uma ferramenta textual produzida por um game designer que descreve todas as características de um jogo, desde informações básicas de premissa, conceitos, passando por personagens e cenários, informações mais detalhadas como projeto de levels e até sons. Muitas vezes, esse documento é chamado de "bíblia" do jogo, sendo realmente usado como uma Bíblia, uma referência para todos os envolvidos no desenvolvimento do projeto, mantendo todos ligados aos mesmos objetivos.

Assim, todas as etapas de produção são documentadas, o que auxilia na organização projetual.

6.2 Pré-produção ou planejamento

Nesta segunda fase, Novak (2012) entende que há a necessidade de detalhar o que foi previamente definido na primeira etapa, como o motor que vai ser produzido o jogo, as ferramentas e exemplos para produzir a parte da arte, o HUD, o

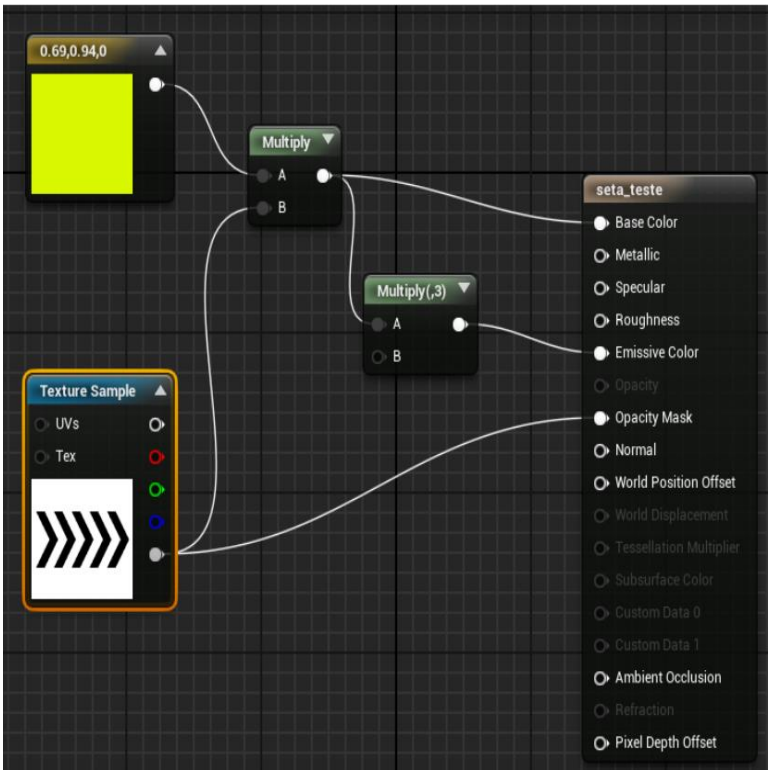
desenvolvimento do *level design*, etc. É, segundo a autora, a parte que finalizamos o GDD.

6.2.1 Motores

Para desenvolver o *Inspeação* foi necessária a utilização de um motor. De acordo com Lemes (2009), Motores são ferramentas que auxiliam os desenvolvedores de jogos a produzi-lo. Existem alguns motores para a produção de um jogo e sua escolha deve pesar os propósitos do jogo e dos seus desenvolvedores.

Para a produção do jogo *Inspeação*, foi escolhido o programa *Unreal Engine 4*, por ser um motor que utiliza *blueprints*, que são scripts que permitem ao desenvolvedor produzir o jogo por via de elementos visuais, não necessitando então manipular diretamente a programação. O *Blueprint* tem um funcionamento parecido com fluxogramas, o que o torna mais intuitivo e usual conforme apresentado na figura a seguir:

Figura 14 – Tétrade Elementar do jogo *Inspeação*.



Fonte: Autora (2020)

6.2.2 Produção da Arte

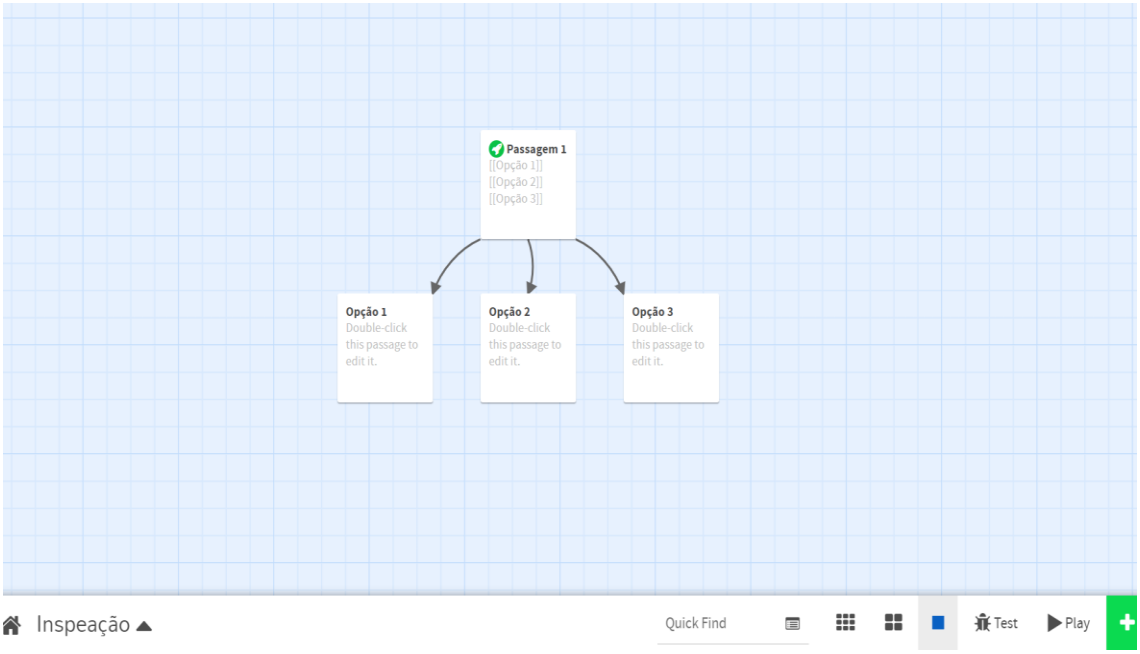
Para alcançar uma estética mais realista e a ambientação de uma escola de aula, foi determinada a utilização de uma estética tridimensional, ou como será chamada a partir de agora como 3D. Para a produção de objetos 3D foi utilizada a ferramenta *Blender,* que é uma das mais utilizadas do mercado e também por ser gratuita. Apesar de ser um jogo 3D, existem elementos visuais no jogo que são bidimensionais, ou 2D. Para produzi-los, foi determinada a *ferramenta Adobe Photoshop* por ser de domínio do desenvolvedor.

6.2.3 Narrativa e Mecânica

Para a narrativa, por não ser linear, criou-se uma história interativa, na qual cada escolha diferente altera o resultado e, consequentemente, o *feedback*, fazendo com que cada etapa do jogo dependa da decisão do jogador.

Para essa organização, foi utilizada a ferramenta *Twine*, por ser de fácil utilização, *online* e de graça.

Figura 15 – Produção do Inspeação no Twine.



Fonte: Autora (2020)

6.2.4 Mecânica

A mecânica do jogo será simples para alcançar o máximo do público-alvo pretendido: inspetores que já utilizaram ou não jogos. Para isso o jogo será basicamente um outro de tomada de decisão que poderá ser jogado por um mouse ou toque na tela: O jogo mostrará uma situação que acontece no cotidiano de um inspetor e então o jogador decidirá qual decisão tomará. Quanto mais correta for a decisão, maior será a sua pontuação. Para alcançar o próximo estágio do jogo, o utilizador precisará alcançar um determinado escore.

6.3 Protótipo

Após aprofundarmos na parte documental do jogo nas duas primeiras etapas, agora se faz necessária a prototipação para testarmos o Produto Mínimo Viável (MVP de Minimum Viable Product), que de acordo com Rolo (2016, p.5):

> É uma forma de desenvolver um produto de forma eficiente com um gasto de recursos mínimo para testar o seu valor de mercado através do desenvolvimento mínimo do produto, ou seja, que contenha apenas o essencial para que este seja devidamente testado

Novak (2012) afirma que o protótipo pode ser feito tanto digital como analógico, portanto, foram utilizadas fichas em papel que simulam o jogo para testarmos o MVP. O protótipo foi desenvolvido em fichas de papel e testados alguns indivíduos para ver se o seu funcionamento era intuitivo, se era possível entender o objetivo do jogo e se o jogo era divertido.

6.4 Produção

Após a conclusão do documento na segunda etapa e de testar o MVP, Novak disserta que o projeto entra na fase de produção. Essa etapa resume-se em criar o jogo propriamente dito.

6.4.1 Produção do Cenário

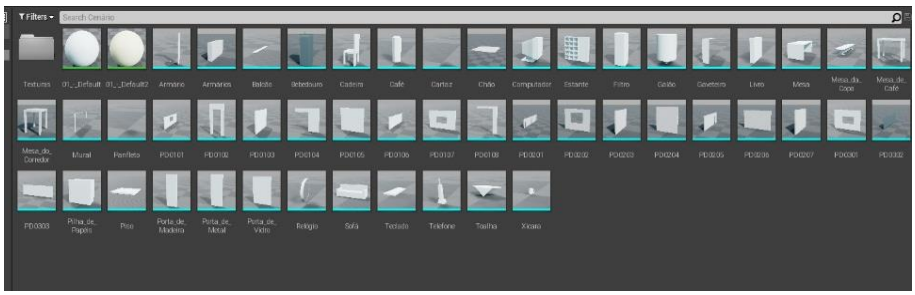
O jogo *Inspeação* se passa em uma escola e para a produção do cenário foi utilizada a ferramenta *Blender* para modelar tanto o edifício escolar quanto os objetos da cena, conhecidos também como ***props.***

Foram modelados três cenários principais, onde se passam as situações encontradas no jogo: o corredor escolar, a secretaria e a sala de reuniões. Os *props* foram modelados para criar o contexto de cada cenário: extintores, quadro negro, quadros de avisos, cadeiras, mesas, sofá, bebedouro, armários, estantes, computadores, copos, telefone, livros e fichários.

Para deixar o cenário verossímil, utilizou-se como referencial o livro de Kowaltowski (2011) que trata sobre a arquitetura escolar e o ambiente de ensino.

Após a modelagem dos objetos, eles foram importados para o motor *Unreal Engine 4*, conforme a ilustração a seguir:

Figura 16 – Figura 16 - Elementos 3D já importados para o Unreal Engine 4.



Fonte: Autora (2020)

Após importar os elementos 3D, eles foram inseridos na cena, montando assim o cenário do jogo.

Figura 17 – Cenário Corredor 01.



Fonte: Autora (2020)

Figura 18 – Cenário Corredor 02.



Fonte: Autora (2020)

Figura 19 – Sala de Reuniões.



Fonte: Autora (2020)

Figura 20 – Secretaria.



Fonte: Autora (2020)

Figura 21 – Entrada da Secretaria.



Fonte: Autora (2020).

Figura 22 – Entrada da Secretaria.



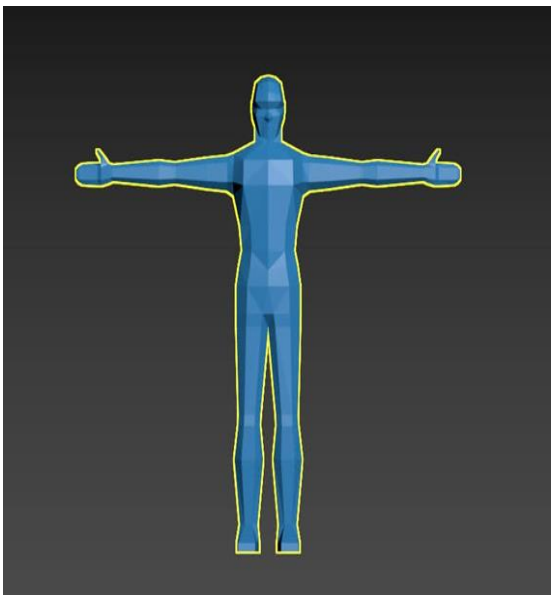
Fonte: Autora (2020).

6.4.2 Personagens

O design dos personagens e suas características foram idealizados a partir do tema do projeto utilizando um software totalmente gratuito, o programa de modelagem *3D Blender.*

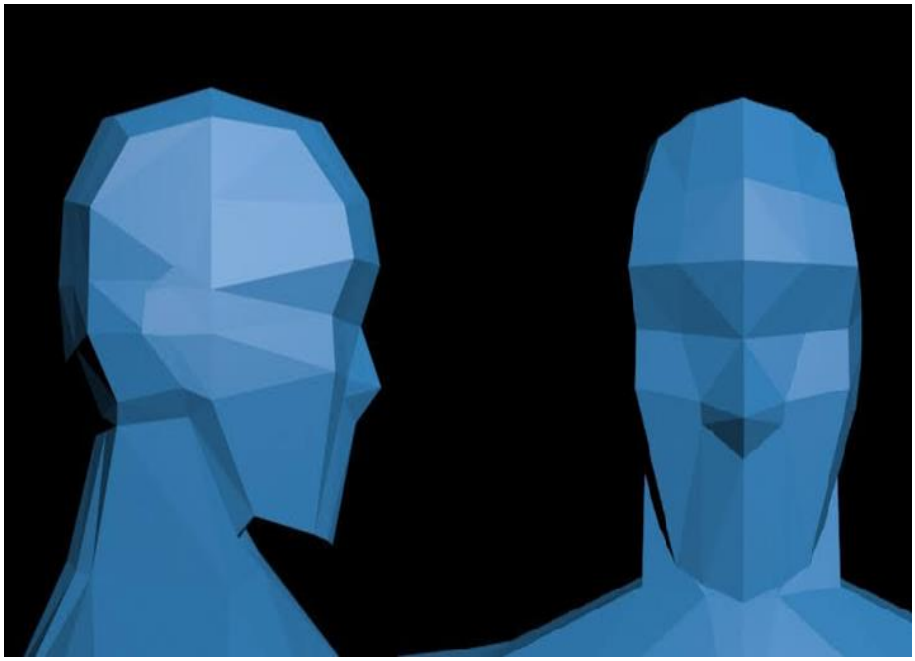
Como o jogo tem a proposta de ser realista, o personagem segue aproximadamente todas as proporções humanas. Nesse estágio, o personagem é modelado apenas para testá-lo no cenário. Seu refinamento será feito na quinta etapa.

Figura 23 – Modelo base masculino.



Fonte: Autora (2020).

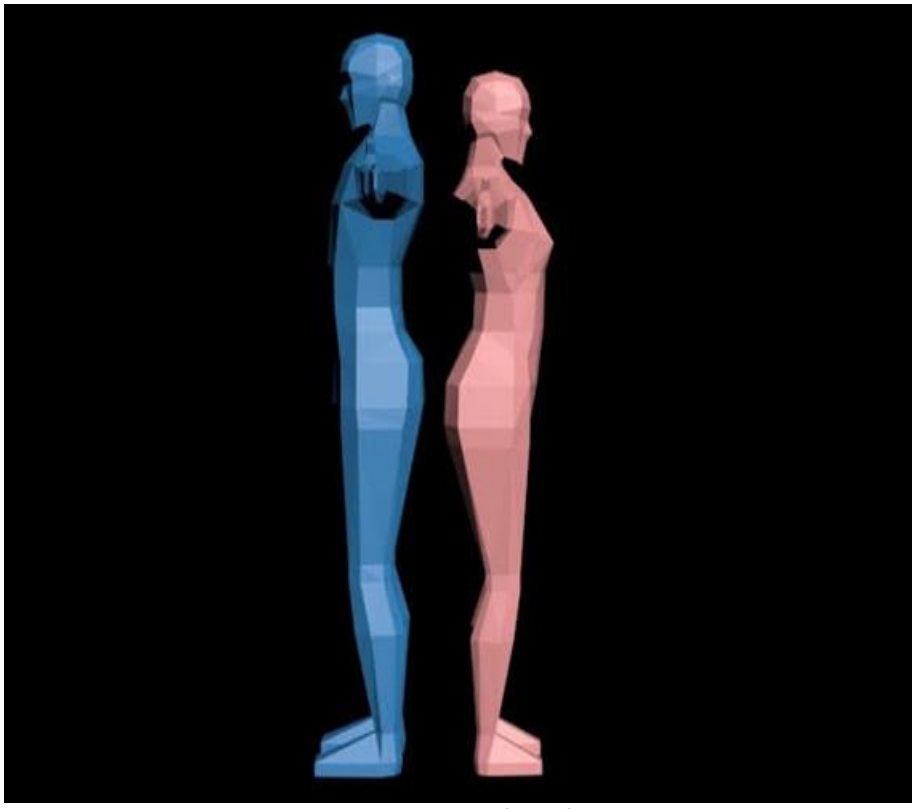
Figura 24 – Visão Lateral e Frontal do modelo básico masculino.



Fonte: Autora (2020).

Foram produzidos modelos feminino e masculino que servirão de base para todos os personagens do jogo.

Figura 25 – Comparação do modelo base masculino e feminino.



Fonte: Autora (2020).

6.4.3 Identidade visual

Para criação da identidade visual - as informações devem aparecer como: menu, caixas de texto, caixa de escolhas, tela de instruções - foram utilizados os programas *Photoshop* e *Illustrator,* ambos da Adobe.

Figura 26 – Identidade visual do jogo aplicada.



Fonte: Autora (2020).

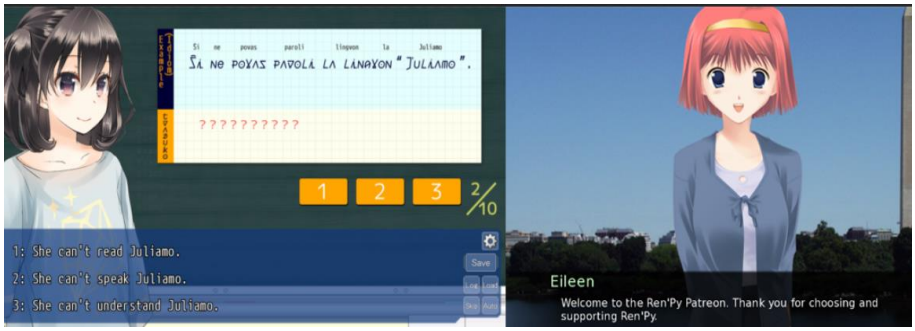
6.4.4 HUD e Menus

Podemos definir um jogo por um sistema simples: O jogador insere um comando – geralmente por via de botões ou teclas –, o sistema interpreta esse comando e o retorna como feedback ao usuário, ou seja, se o jogador aperta, por exemplo, um botão de pulo, o videogame vai receber essa informação e passar na tela do jogo o personagem pulando. Esse sistema é o mesmo para qualquer programa digital. Porém, alguns elementos precisam aparecer não em forma de ações, mas sim de informações, como a quantidade de pontos ou moedas que o jogador tem. Esses dados são então demonstrados no HUD do jogo. HUD – que em inglês significa heads-up display, tela de alerta – são então informações gráficas que geralmente em formato de ícones e números são vislumbradas na tela do jogador informando-o algum dado. Lopes (2017) informa que “o HUD seria a interface de ajuda e alerta do jogador”.

Em *Inspeção* foram utilizados poucos HUDS, já que o jogo é constituído de uma narrativa com tomadas de decisões, foram necessários apenas HUDs para perguntas e para as respostas.

Em uma análise de jogos similares, foi entendido que para esse tipo de jogo, *Visual Novel*, geralmente utilizam como HUDs apenas uma caixa, geralmente, translúcida, onde aparecem os diálogos da história e a imagem do personagem.

Figura 27 – Exemplos de HUD para *visual novel*.



Fonte: Moegamer e Renpy.org (2021)

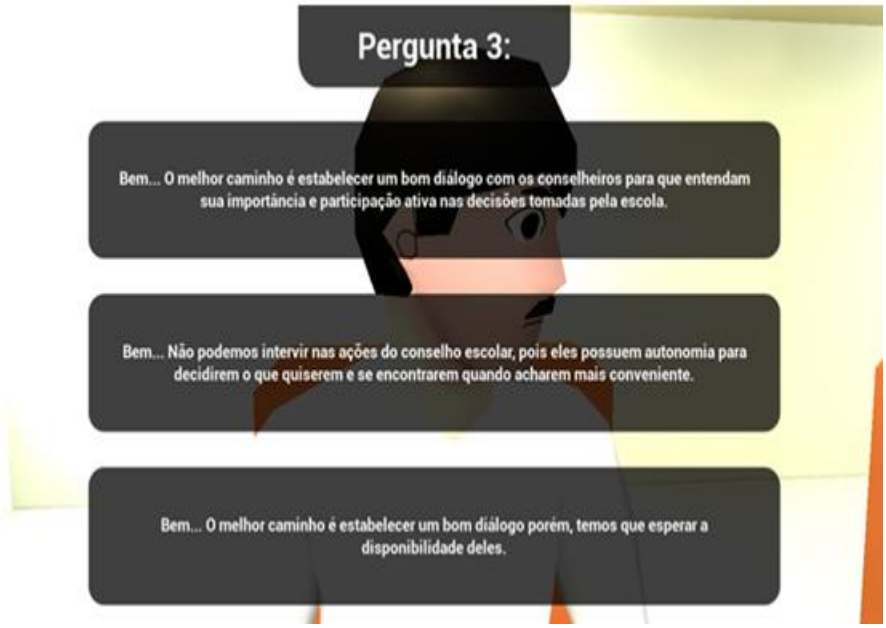
Portanto, foi seguido o mesmo formato para o jogo *Inspeação,* como demonstrado nas figuras 18 e 19.

Figura 28 – HUD do jogo Inspeação.



Fonte: Autora (2021)

Figura 29 – HUD de perguntas do jogo *Inspeação*.



Fonte: Autora (2021)

Em relação aos menus, foram criados: o menu para a tela inicial do jogo, o menu de objetivos e o menu de resultados. Eles foram produzidos nas ferramentas *Adobe Illustrator* e *Photoshop* e simulam um crachá de um profissional da área escolar (Figura 30).

Figura 30 – Tela do menu Inicial.



Fonte: Autora (2020).

Figura 31 – Tela do objetivo do jogo.



Fonte: Autora (2020).

6.4.5 Programação

Como previamente informado, *Inspeção* foi produzido na *Unreal Engine 4*, que utiliza *blueprints* para a construção do jogo, não necessitando manipular a programação diretamente. Dentre a produção dessa etapa, podemos destacar:

a) Na *blueprint* da fase foram inseridos todos os comandos necessários para que o jogo funcione como um *visual novel*, ou seja, o jogador observa a descrição da cena até aparecerem as opções. O utilizador então clica com o mouse ou toque do dedo na resposta desejada.

b) Foi produzida a programação para 6 personagens: a secretária, a diretora, o Inspetor e três professores.
c) Foram adicionadas as condições de êxito e falhas no jogo, assim como o cálculo de pontos necessários para determinar tais condições.

6.5 Alfa

Nesta fase, Novak (2012) afirma que o jogo precisa estar jogável do começo ao fim, podendo existir ainda partes artísticas a serem polidas, porém, a parte do funcionamento e a interface do jogo precisam ser funcionais. A autora lista os elementos que precisam estar concluídos nesta fase:

a) Ser jogável do começo ao fim.
b) Texto no idioma básico.
c) Interface básica.
d) Compatibilidade com as configurações dos hardwares com que se pretende executar o jogo.
e) Testagem os requisitos mínimos do sistema.
f) A maioria das interfaces manuais testadas;
g) Arte e áudio temporários.
h) Rascunho do manual do jogo.

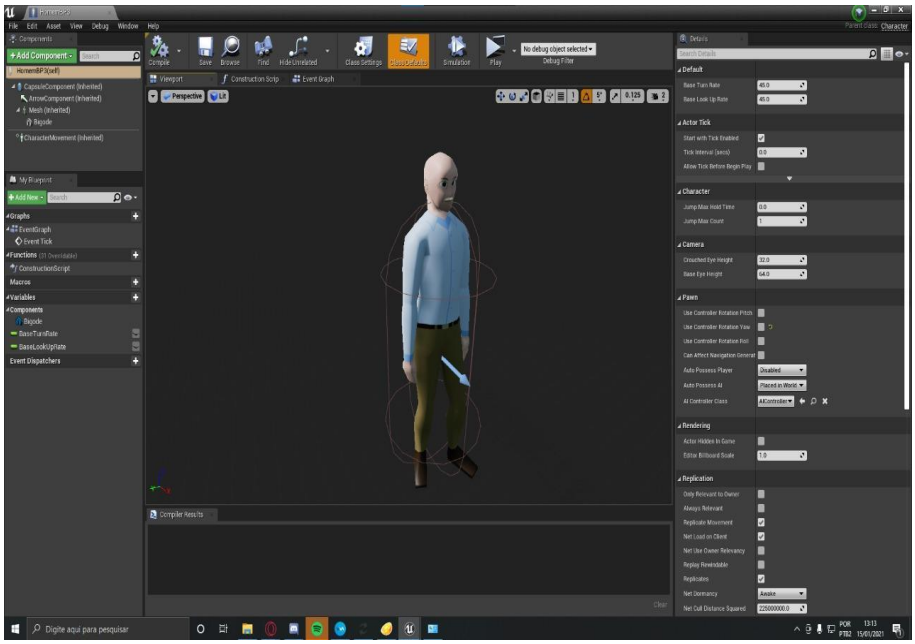
Inspeção passou por uma rodada de testes, sendo jogado, aproximadamente, 50 vezes e foram realizadas as seguintes constatações: a) em 100% das vezes o jogo foi jogável do começo ao fim; b) o texto está completamente inserido no jogo; c) a interface produzida já é a final e; d) o jogo funciona em computadores com *windows* 10 e dispositivos móveis com o sistema operacional *android*. A arte e áudio funcionaram 100% das vezes em que o jogo foi executado. O jogo possui instruções de como jogar.

6.6 Beta

Nesta etapa da produção do jogo, Novak (2012) afirma que é a fase onde o objetivo é refinar o jogo, visando suprimir qualquer erro antes do jogo ser distribuído ao público final. Visto que o jogo *Inspeação* não teve problemas em seu código e o

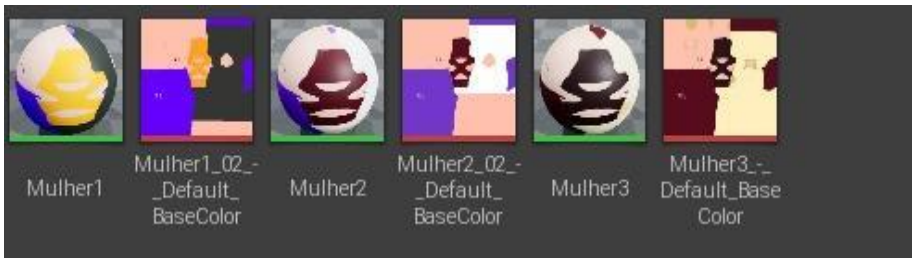
funcionou 100% das vezes em que foi rodado dentro dos sistemas previamente informados na etapa anterior, o foco desta fase foi substituir todos os elementos que eram apenas provisórios pelos definitivos e refinamento da arte.

Figura 32 – Figura 32 - Refinamento da modelagem.



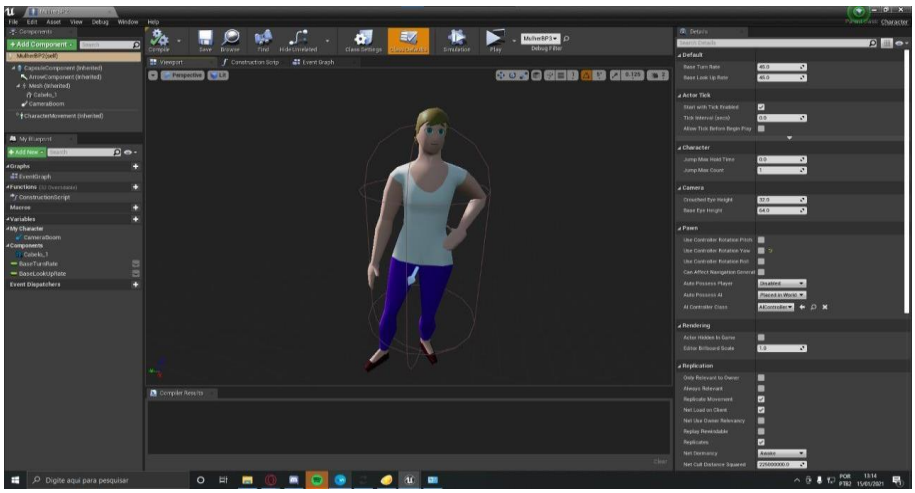
Fonte: Autora (2020).

Figura 33 – Figura 33 - Texturização.



Fonte: Autora (2020).

Figura 34 – Correção de bugs.



Fonte: Autora (2020).

Para testar os bugs e correções, foram chamados 2 especialistas no assunto: um professor de jogos digitais da universidade IBMR e Infnet e game design e produtor de jogos na Goldelivery.

6.7 Ouro

Finalizada a fase beta, o game é enviado para a fabricação e distribuição por mídia física ou digital. A distribuição do jogo foi feita pelo site https://sheilaisidorio.wixsite.com/inspeacao.

Figura 35 – Distribuição do jogo.



Fonte: Autora (2020).

6.8 Pós-produção

Após a distribuição são corrigidos os bugs encontrados no game e outros problemas pontuais. Também são disponibilizadas atualizações ou expansões, cujo objetivo é dar maior longevidade ao jogo.

7 PESQUISA PARA AVALIAÇÃO DO JOGO

Para avaliar a satisfação dos usuários foi realizada uma pesquisa para que os estes, a partir de um questionário com 13 afirmativas, avaliassem o jogo após sua experimentação. O questionário foi respondido por 8 inspetores escolares cujos participantes deveriam avaliar o grau de concordância ou discordância das afirmativas, conforme proposto na escala de *Linkert*.

A seguir apresento os resultados:

Tabela 4 – Avaliação do jogo.

Afirmativa	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	De acordo.	Totalmente de acordo.
1. Após jogar, meu conhecimento sobre o assunto aumentou.	(-)	(-)	**(3)**	**(3)**	**(2)**
2. Aprender jogando foi mais prazeroso (ou menos cansativo) que ler uma apostila sobre o assunto.	(-)	(-)	(-)	**(5)**	**(3)**
3. As interações do jogo às minhas interações representam satisfatoriamente os comportamentos do cenário real.	(-)	(-)	(-)	(-)	**(8)**
4. O ambiente do jogo consegue satisfatoriamente simular o ambiente escolar.	(-)	(-)	(-)	**(4)**	**(4)**
5. O jogo auxiliou no reforço do conhecimento sobre o assunto.	(-)	(-)	**(2)**	**(4)**	**(2)**
6. O jogo foi divertido.	(-)	(-)	(-)	**(6)**	**(2)**
7. O jogo foi estimulante.	(-)	(-)	**(2)**	**(4)**	**(2)**
8. A experiência de jogar foi inovadora.	(-)	(-)	**(1)**	**(2)**	**(5)**
9. Jogar o Inspeação não foi difícil. (Continuação)	(-)	(-)	**(4)**	**(2)**	**(2)**
10. Estou satisfeito com o feedback recebido após resolver as tarefas do jogo.	(-)	(-)	**(2)**	**(5)**	**(1)**
11. O assunto abordado no jogo é relevante.	(-)	(1)	**(1)**	**(5)**	(1)
12. Eu consigo lembrar dos assuntos abordados no jogo.	(-)	(-)	(-)	**(6)**	**(5)**

13. Eu estou satisfeito com a experiência que o jogo me proporcionou.	(-)	(-)	(-)	**(2)**	**(6)**

Fonte: Autora (2020)

Como é possível observar na tabela 4, os avaliadores foram de acordo, ou totalmente de acordo, com a maioria das afirmativas apresentadas.

Entretanto, é importante destacar que, no aspecto relacionado ao aumento do conhecimento sobre o assunto apresentado na primeira afirmativa, 3 participantes mostraram-se indiferentes. Com relação à afirmativa 9, que tratou sobre a dificuldade do jogo, 4 participantes mostraram-se indiferentes.

As afirmativas relacionadas à interação, inovação e satisfação apresentadas nas questões 3, 8 e 13, obtiveram os maiores índices de concordância.

7.1 Validação do jogo - análise *SWOT*

De acordo com Hofrichter (2020), a ferramenta de análise *Stengnts, Weaknesses, Opportunities e Theat* (SWOT)*, conhecida* comumente como análise *SWOT* é uma excelente ferramenta que fornece estrutura para que se reveja a estratégia ou posicionamento de um produto.

A análise SWOT é utilizada considerando os seguintes aspectos: Pontos Fortes (*Stengnts),* Pontos Fracos (*Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e* ameaças (*Theat),* compondo dessa forma a sigla SWOT.

Stengnts – São considerados os pontos fortes, tangíveis e intangíveis do projeto, de natureza controlável.

Weaknesses – São considerados os pontos fracos de natureza controlável, mas que prejudicam a capacidade de se atingir a meta.

Opportunities – São fatores externos positivos que são a razão para que uma organização e se desenvolva.

Theat – São fatores externos, fora do controle da organização e que podem colocar em risco sua missão.

Considerando os critérios acima, foram listadas as informações obtidas durante a utilização do jogo.

7.1.1 Forças

Jogo divertido – A interação apresentada pelos elementos do cenário e narrativa, gerou alta taxa de aprovação pelos usuários.
Fácil de jogar – Mesmo os usuários que possuem poucas habilidades com as ferramentas tecnológicas conseguem utilizar o jogo sem dificuldades.
Exclusividade sobre o tema – Embora o tema já tenha sido abordado em outros estudos, a utilização de um game com essas características não foi encontrada.

7.1.2 Fraquezas

Atualização do game – Qualquer atualização que se faça necessária no game, precisará do assessoramento de especialista na área de tecnologia.

7.1.3 Oportunidades

Expansão na utilização dos jogos para o aperfeiçoamento – Devido às suas características lúdicas e imersivas, os jogos digitais têm sido utilizados como ferramenta didática.
Aumento do acesso a tecnologias – Com as medidas de distanciamento social, o uso e o interesse pela tecnologia aumentaram substancialmente.

7.1.4 Ameaças

1. **Necessidade contínua de atualização –** Tendo em vista a dinâmica decorrente do cotidiano escolar, se faz necessária a atualização permanente da narrativa do game para que o jogo não caia no desuso.
2. **Baixo alcance –** Como o jogo não possui fins comerciais, seu alcance fica restrito ao interesse dos profissionais da área.

8 MATERIAL DIDÁTICO – PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A proposta de formação continuada foi construída a partir da pesquisa bibliográfica, documental e dos registros no diário de campo.

À luz do referencial teórico são propostas algumas reflexões sobre os aspectos sociais e culturais que integram o contexto educacional e, consequentemente, repercutem na atuação do Inspetor Escolar.

O primeiro módulo da proposta do curso tem o objetivo de, a partir da sensibilização dos participantes, propor reflexões sobre o deslocamento populacional, as relações sociais e os processos educativos que se estabelecem no cotidiano escolar, apresentada numa história a partir da literatura de cordel.

No segundo módulo é apresentado o conceito de Inspeção Escolar, sua evolução histórica e o conceito do Panóptico de Michel Foucault. A partir da apresentação deste conceito, são propostas questões norteadoras que incentivem o debate e permitem aos participantes estabelecerem uma possível relação entre a figura do Inspetor Escolar e o conceito do panóptico.

No terceiro módulo os tópicos abordados discorrem sobre a atuação do Inspetor e o seu papel no âmbito escolar.

Por fim, o quarto módulo instiga os participantes a proporem novos caminhos para que a Inspeção Escolar possa contribuir com as atuais demandas impostas pela sociedade. Findada a discussão, os participantes experimentarão o jogo, sendo dado espaço para que compartilhem suas impressões sobre o game e sugiram outras situações do cotidiano escolar, do ponto de vista pedagógico, que possam ser priorizadas na produção das próximas cenas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como objetivo fomentar o processo de formação continuada do inspetor escolar em direção a uma atuação participativa e democrática nas instituições de ensino.

À luz do referencial teórico e aspectos discutidos ao longo da pesquisa constata-se que o Inspetor Escolar, considerado o agente público, representante do Estado, teve sua atuação diretamente associada às relações de autoridade e poder, por vezes, legitimadas através de seus próprios registros.

O ato de Inspecionar que em sua essência significa “examinar para controlar”; “examinar com grande atenção”; “vigiar”; “revistar”, delinearam ao longo da trajetória o perfil profissional dos Inspetores Escolares no contexto nacional, a partir de características controladoras e fiscalizadoras.

Assim, na etapa exploratória preliminar desta pesquisa foi possível constatar que embora existam dispositivos legais que corroboram para formação de uma identidade profissional com caráter burocrático e fiscalizador, o inspetor escolar desconhece os pressupostos legais e teóricos que devem nortear sua práxis. Foi possível constatar que a atuação da Inspeção Escolar ainda apresenta características relacionadas ao cumprimento das funções burocráticas e administrativas e que esse profissional necessita de formação continuada pensada para sua área de atuação.

Quanto à segunda etapa da pesquisa em campo que se valeu de instrumentos que permitissem a investigação sobre cursos/oficinas que o Inspetor Escolar participou nos últimos dois anos a partir dos enfoques: gestão escolar, gestão do currículo e avaliação institucional de desempenho da escola e da aprendizagem do aluno, foi possível constatar que a maioria dos Inspetores Escolares não participaram de formação sobre as temáticas.

Constatou-se, também, que o tempo gasto na realização de atividades relacionadas ao fazer–pedagógico não é o ideal, demonstrando que ainda hoje são priorizadas outras demandas legitimadas pelo próprio Regimento Educacional, ou seja, ainda que o Inspetor Escolar queira centrar-se no fazer pedagógico, a própria legislação educacional, do município de São Pedro da Aldeia, prioriza o cumprimento da legislação a partir de um sistema educacional burocrático.

Diante dessas constatações, é importante ressaltar que se outrora o Inspetor atuava como agente fiscalizador e controlador no âmbito escolar, hoje em que pese o

Estado lhe incumbir de acompanhar as políticas educacionais de forma que incentive a autonomia escolar, e a gestão democrática, esse profissional demonstra dificuldades em suas novas incumbências devido à precariedade de sua formação direcionada a tomadas de decisão, as quais, por vezes, requerem habilidades complexas. Tais habilidades só podem ser desenvolvidas mediante o processo de tomada de consciência que pode ocorrer a partir da formação continuada em serviço.

Em síntese, considerando as pressões internacionais, tem-se, no século XXI, a continuidade de uma mudança no cenário educacional que teve como objeto central o controle e a democratização do ensino; mas, que atualmente centra-se na qualidade da educação ofertada, na descentralização do ensino e na autonomia escolar.

É importante salientar que embora diversos estudos discorram sobre a atuação da Inspeção Escolar e as relações de poder, ou mesmo sobre a necessidade de repensar a atuação do Inspetor Escolar no âmbito educacional, não se encontrou pesquisas que apresentassem sugestões ou propostas de formação continuada destinada a esse profissional.

Quanto à entrevista realizada com a diretora de uma unidade escolar, foi possível constatar que em sua percepção o Inspetor atua como fiscalizador e normatizador do sistema de ensino. É importante considerar que a participante compreende que este profissional deveria atuar como um “coordenador fiscal” o que, segundo seu entendimento, seria aquele que adapta a legislação à realidade escolar atuando como agente integrador e não apenas fiscalizador.

Tendo em vista que os princípios educacionais primam pela descentralização dos serviços e incentivo à autonomia escolar é fundamental para que o Inspetor Escolar – enquanto, profissional da educação –, se perceba enquanto parte integrante do processo educativo e que seja capaz de interpretar a legislação considerando o seu fim social.

Neste sentido, considerando que esta investigação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional, e que diversas pesquisas associam a atuação da Inspeção Escolar às relações de poder, este estudo priorizou propor caminhos quanto à necessidade de capacitação profissional do Inspetor Escolar.

A proposta de formação continuada apresentada tem por finalidade suscitar reflexões sobre os aspectos sociais e culturais que integram o contexto educacional e, consequentemente, repercutem na atuação do Inspetor Escolar.

Dessa forma, ao oferecer uma proposta para formação continuada aos Inspetores Escolares, objetivou-se impelir o debate entre a figura do Inspetor Escolar no contexto escolar e o conceito do panóptico de Foucault, entendendo que qualquer mudança só ocorre a partir da tomada de consciência.

Embora a atuação do Inspetor Escolar, por vezes seja vinculada à equipe administrativa, enquanto integrante do magistério, o pensar pedagógico dever ser sua prioridade. Neste sentido, é importante considerar que não se propõe abandonar os registros documentais e administrativos, mas sim que esses “dialoguem” com a realidade educacional.

A partir do arcabouço teórico apresentado, realizou-se a produção de um jogo com o intuito de propor, a partir da imersão, novas formas do Inspetor Escolar repensar sua prática.

Dessa forma, verificou-se que o jogo pode ser uma ferramenta de grande importância, uma vez que permite de maneira lúdica e imersiva a reflexão sobre o cotidiano escolar e a possibilidade de integração do Inspetor Escolar neste universo.

Neste sentido, é importante ressaltar que não se procurou exaurir a narrativa do jogo, mas sim dar início ao que deve ser construído de forma colaborativa a partir de outras experiências dos profissionais que atuam como Inspetor Escolar.

É importante salientar os percalços, dificuldades e limitações para a realização deste estudo, tendo em vista o período de distanciamento social e as incertezas vivenciadas no período atual, os quais impossibilitaram a aplicação da proposta de formação continuada.

Por fim, espera-se que a proposta de formação possa ser utilizada enquanto referência para que outras sejam destinadas a este profissional e que, consequentemente, repercutam em ações com vistas à superação das dificuldades encontradas no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. Proinfo:Informática e Formação de Professores. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000.

ALVES, M. M; BATTAIOLA, A. L. Recomendações para ampliar motivação em jogos e animações educacionais. **Anais do X Simpósio Brasileiro de Games e Entretenimento Digital–SBGames 2011**, p. 1-5, 2011.

ALVES, F. Gamification:como criar experiências de aprendizagens engajadoras. São Paulo: DVS, 2015.

ALVES, N. **Educação e supervisão**: o trabalho coletivo na escola. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR ISO 9004: 2000:** Sistemas de gestão da qualidade -Diretrizes para melhorias de desempenho, 2000.

AZEVEDO, C. E. F. *et al*. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. **IV Encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade**, v. 4, 2013.

BARRA, V. M. L. O serviço de inspeção escolar e a funcionarização pública da profissão docente no século XIX. **Revista Linhas**, v. 18, n. 36, p. 41-63, 2017.

BARRICHELLO, E. M. M. da R.; MOREIRA, E. H. A análise da vigilância de Foucault e sua aplicação na sociedade contemporânea: estudo de aspectos da vigilância e sua relação com as novas tecnologias de comunicação. Intexto, Porto Alegre –RS, n.33, maio/ago. 2015.

BATISTA, T. P. O Diário de Bordo: uma forma de refletir sobre a prática pedagógica. **Revista Insignare Scientia** - RIS, v. 2, n. 3, p. 287-293, 21 nov. 2019.

BELLONI, M. L. O que é mídia-educação . Autores Associados, 2001.

BIASE, É. G.; SANTOS, I. F. dos. Inspeção escolar: atuação no processo democrático das instituições de ensino. **Humanidades & Inovação**, v. 4, n. 5, 2017.

BOLDARINE, R. de F. **Supervisores de ensino da Rede Estadual de São Paulo**: entre práticas e representações. 2014. 122 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/122096. Acesso em: 10 jan. 2020.

BORGES, A. **Ordem no ensino**: A inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Editora Vozes; 16ª Ed. 2015

BRAGA, P. P. *et al*. Utilização de software em análises de dados qualitativos: contribuições para resultados consistentes em investigações nas ciências da saúde. **CIAIQ2019**, v. 2, p. 950-955, 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. Câmara dos Deputados. **Decreto-lei nº 4.244**, de 9 de abril de 1942.Exposição de Motivos de 1º. de abril de 1942.

_____. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/NlaLIX> Acesso em: 12 maio de 2020

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e da outras providencias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun 2014a. Seção 1 (ed. extra), p. 1. Disponível em: . Acesso em: 05 de agosto de 2019.

_____. **Decreto nº 19.890**, de 18 de abril de 1931. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html. Acesso em: 15 jan. 2020.

BUSSARELLO, R. I. **Gamification**: princípios e estratégias. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016.

CARDOSO, H. Supervisão: um exercício de democracia ou de autoritarismo? In: ALVES, N. **Educação & Supervisão o trabalho coletivo na escola**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p 89-129.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: A **Sociedade em rede.** São Paulo : Paz e Terra, v. 1, 2000.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2018.

CYSNEIROS, P. G. **Iniciação à Informática na Perspectiva do Educador**. Revista Brasileira de Informática na educação, v. 7, n. 1, p. 49-64, 2000.

DAMASCENO, A.; PANTOJA, S. **Controle e fiscalização do ensino no Pará**: a inspeção escolar no início do século XX. Revista Brasileira de História da Educação, v. 20, 2020.

DEGUIRMENDJIAN, S. C.; MIRANDA, F. M. de; ZEM-MASCARENHAS, S. H. Serious game desenvolvidos na saúde: Revisão integrativa da literatura. Journal of Health Informatics, v. 8, n. 3, 2016.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

DIAS, L. O papel do inspetor escolar na gestão democrática. **Revista Científica Online**, v. 2, pp. 55-65, jul./dez. 2017

DOURADO, L. F. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

ESCOLA DE CONTAS e GESTÃO DO TCE/RJ. **Índice de efetividade da gestão municipal TCE-RJ**. São Pedro da Aldeia. Dados de 2017. São Pedro da Aldeia, 2017.

FAGUNDES, S. B. et al. A relação universidade/escola na formação inicial dos professores. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE-SIPD-Cátedra UNESCO-II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação-SIRSSE. Anais. Curitiba. 2013.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 3, p. 402 a 418, 27 set. 2013.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete, Petrópolis, RJ: Vozes, 42ª ed. 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, D. M. (Org.) Novas visões sobre a supervisão. Cuiabá: KCM Editora, 2005

GONÇALVES, R. Conti–ACE. INSPEÇÃO ESCOLAR, CIVILIDADE E PROGRESSO. GT: História da Educação / n.02. Agência Financiadora. 27ª Reunião Nacional da ANPED – 2004. Disponível em: http://27reuniao.anped.org.br/gt02/t0211.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

GOODSON, I. F.; PETRUCCI-ROSA, M. I. "Oi Iv, como vai? Boa sorte na escola!" notas (auto) biográficas constitutivas da história de vida de um educador. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, v. 5, n. 13, p. 91-104, 2020.

HERNANDES, E. D. K.; FLAUZINO, N. G. de A.; HONDA, J. L. A supervisão educacional como objeto de estudo. **XI Congresso Nacional de Educação** – Educere, 2013.

INEP, I. N. d. E. e. P. E. A. T.Relat´orio Brasil no PISA 2018. [s.n.], 2018. v. 53.1689–1699 p. ISSN 1098-6596. ISBN 9788578110796. Dispon´ıvel em: 〈 http://download.inep.gov.br/acoes{\}internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio{\}PISA{\}2018{\}pr.

JUNIOR, C. A.S. Prática e supervisão (como diriam os cantadores do Nordeste (A interminável luta da fada eficiência contra a bruxa burocrática. *In*: ALVES, N. **Educação e supervisão**: o trabalho coletivo na escola. 13. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação:** os projetos de trabalho. Artmed Editora, 2007

HOFRICHTER, M. **Análise SWOT**: Quando usar e como fazer. *S. l.*: Simplíssimo Livros, 2020.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

JOSÉ FILHO, M.; DALBÉRIO, O. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP FHDSS, 2006.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K**. Arquitetura escolar**: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEMES, D. de O. **Games Independentes**: Fundamentos metodológicos para criação, planejamento e desenvolvimento de jogos digitais. 2009. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Internacionalização das políticas educacionais: elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. In: SILVA, M. Abádia da; CUNHA, Célio da (Org.). Educação básica: políticas, avanços, pendências. Campinas: Autores Associados, 2014.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. A educação escolar pública e democrática no contexto atual: um desafio fundamental. *In*: LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: politicas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012. p. 123-137.

LOBO, R. L.; FILHO, S. A Gestão do Ensino no Brasil. Disponível em: http://www.institutolobo.org.br/imagen/pdf/artigos/art_022.pdf. Acesso em: 20 maio. 2020

LOPES, V.S. Padrões para interação e usabilidade em jogos MOBA e FPS. 2017.

LUDES - Ludologia, Engenharia e Simulação. O Que São Jogos: uma introdução ao objeto de estudo do ludes. Relatório Técnico do LUDES 2017/01. Relatório Técnico do PESC 752. PESC - Programa de Engenharia de Sistema e Computação. COOPE. UFRJ. Disponível em: https://www.cos.ufrj.br/index.php/pt-BR/publicacoes-pesquisa/details/15/2766. Acesso em: 10 set. 2020.

MACHADO, L. S. *et al*. Serious Games baseados em realidade virtual para educação médica. **Rev. Bras. Educ. Med.**, v. 35, n. 2, p. 254-62, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbem/v35n2/. Acesso em: 10 set. 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M.. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, M. **Inspeção Escolar em Minas Gerais**: A atuação pedagógica frente às demandas administrativas. 2020. Dissertação (Mestrado profissional). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

MARTINS, R. N. **Supervisor de ensino**: percepção de um agente público sobre sua atuação. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista Unesp “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2018.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEIRELLES, F. S. **Uso da TI–Tecnologia de Informação Nas Empresas**. São Paulo: Centro de Tecnologia da Informação Aplicada–FGV/EASP, 2020.

MENESES, J. G. de C. **Princípios e métodos de inspeção escolar**. São Paulo:Saraiva, 1977.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças.** Revista Brasileira de Educação Médica, v. 33, p. 83-91, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MINICUCCI, A. **Psicologia aplicada à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MONARCA, H.; FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, N. El papel de la inspección educativa en los procesos de cambio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 212-233, 2016.

MOREIRA, H. CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. DP & A, 2006.

NASCIMENTO, F.P. do. Classificação da Pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática–como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016.

NOVAIS, A. F. O. *et al*. Jogos de empresas, serious games e gamificação no ensino da Engenharia de Produção: uma análise de conteúdo nos resumos dos artigos acadêmicos publicados nos anais dos Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e4410111485-e4410111485, 2021.

NOVAK, J. **Desenvolvimento de Games**. São Paulo: Cemgage Learning, 2012.

NÓVOA, A. The portuguese state and teacher educational reform: a sociohistorical perspective to changing patterns of control. Changing patterns of power. **Social regulation and teacher education reform**, p. 53-86, 1993.

OLIVEIRA, E. C.; CARNEIRO, I. L. B. Sobre o caráter persuasivo da estrutura panóptica: Bentham, Foucault e as novas tecnologias. **Revista Ideação**, v. 1, n. 33, p. 101-126, 2018.

OLIVEIRA, M. *et al*. Análise de conteúdo temática: Há uma diferença na utilização e nas vantagens oferecidas pelos softwares MAXQDA® e NVivo®?. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 9, n. 1, p. 72-82, 2016.

PARO, V. H. **Administração escolar** - Introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de recherche en sciences sociales**. Paris: Dunod,1995.

RIBEIRO, A.; CASTRO, J. M. ;REGATTIERI, M.M. G. **Tecnologias na Sala de Aula:** uma experiência em escolas públicas de Ensino Médio. Brasília: Unesco, MEC, 2007.

ROLDÃO, M.C. **Estratégias de Ensino**. O saber e o agir do professor. Desenvolvimento Profissional dos Professores. V. Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão(2009).

ROLO, Vítor Daniel Batista. **Produto Mínimo Viável para jogos digitais**. 2016. Tese de Doutorado.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, V. T. **O olho e a Mão da Autoridade**: A inspeção da Instrução na Província do Rio de Janeiro (1850-1889). Rio de Janeiro. Gramma, 2017.

SÃO PEDRO DA ALDEIA. **Lei Complementar nº121 de 22 de fevereiro de 2014**, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de São Pedro da Aldeia.
_____. Regimento da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino, 2018.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5ª edição. Campinas: Autores Associados Ltda. 2019.

SCHELL, J. **The Art of Game Design**: A book of lenses. *S. l.*: CRC press, 2008

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, F. N. **O uso de jogos digitais para o desenvolvimento de gestores públicos**: um estudo empírico com um *Serious Game*. 2017. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

STUMPF, I. R. Pesquisa Bibliográfica. *In*: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 51-61.

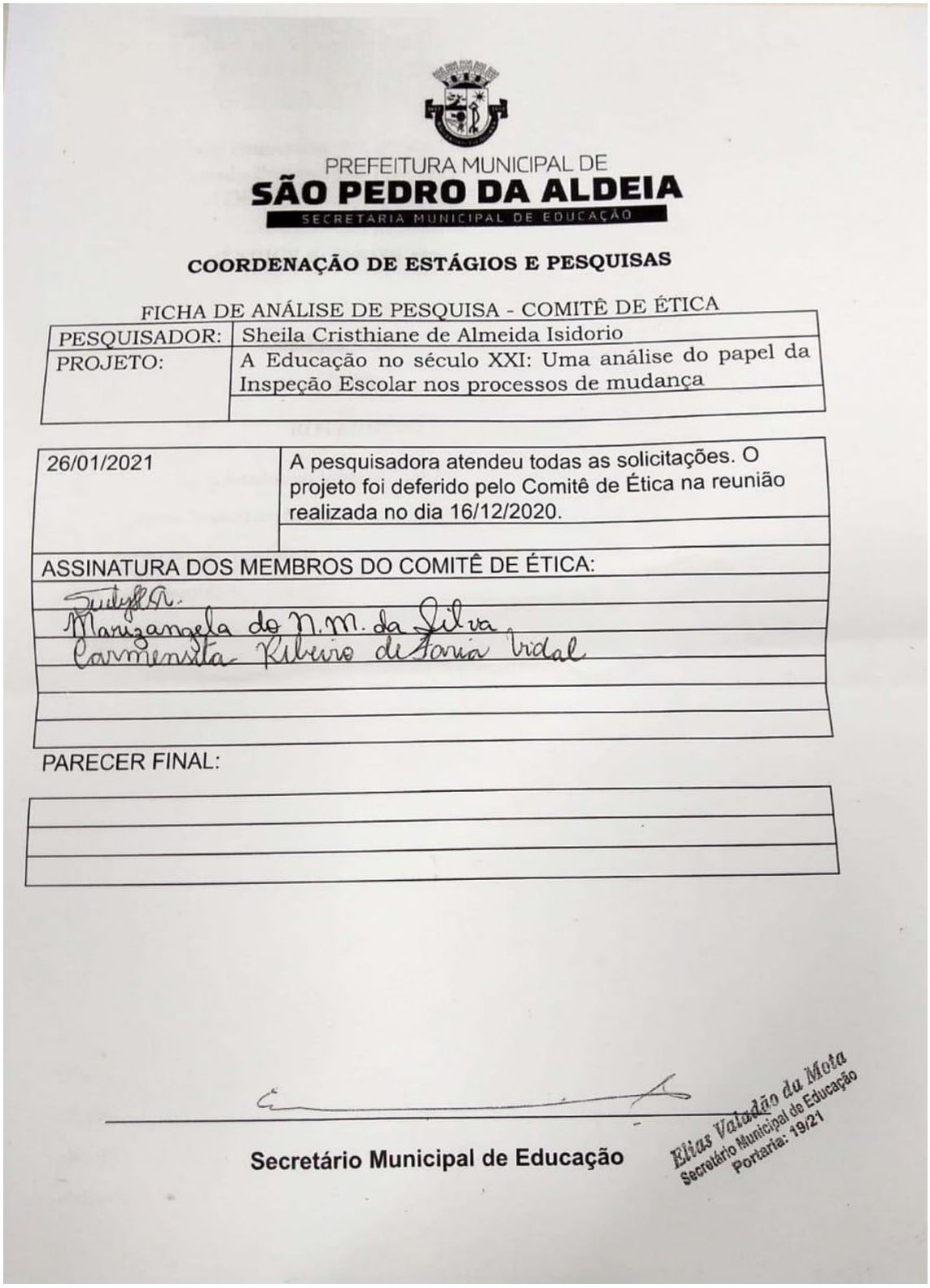
TEDESCO, J. Presentación. *In*: OLIVEIRA, D. A. *et al*. **Políticas educativas y territorios**: modelos de articulación entre niveles de gobierno. Buenos Aires: IIPE/UNESCO, 2010. p. 21-24.
TOMÁS, J. **Cursos para inspectores escolares**. Revista Escolar, 1929.

TRIVIÑOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods**. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃODA PESQUISA - COMITÊ DE ÉTICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS E PESQUISAS

FICHA DE ANÁLISE DE PESQUISA - COMITÊ DE ÉTICA

PESQUISADOR:	Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio
PROJETO:	A Educação no século XXI: Uma análise do papel da Inspeção Escolar nos processos de mudança

26/01/2021	A pesquisadora atendeu todas as solicitações. O projeto foi deferido pelo Comitê de Ética na reunião realizada no dia 16/12/2020.

ASSINATURA DOS MEMBROS DO COMITÊ DE ÉTICA:

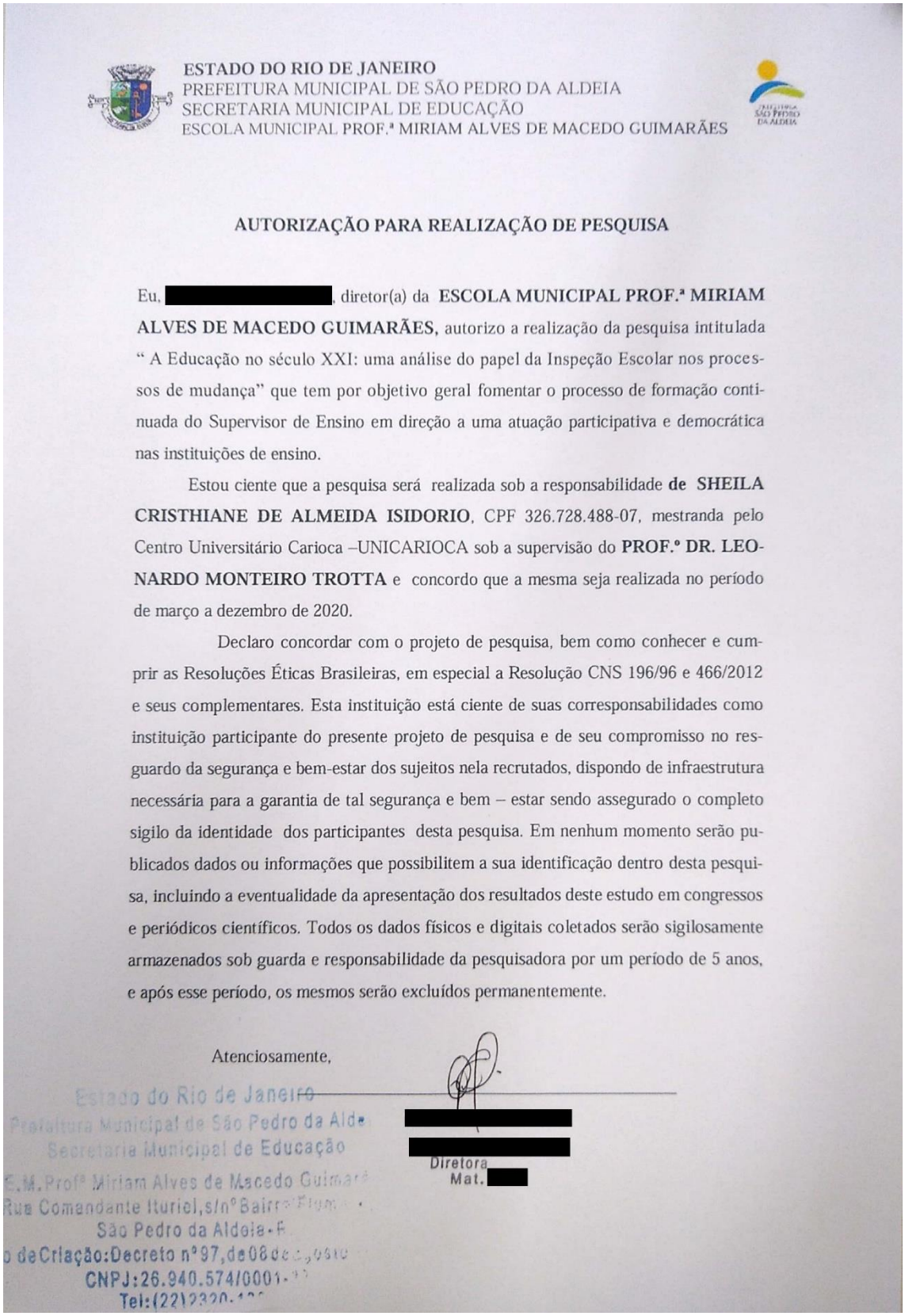
Mariangela do N.M. da Silva
Carmensita Ribeiro de Faria Vidal

PARECER FINAL:

Secretário Municipal de Educação

Elias Valadão da Mota
Secretário Municipal de Educação
Portaria: 19/21

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA NA ESCOLA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL PROF.ª MIRIAM ALVES DE MACEDO GUIMARÃES

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, [redacted], diretor(a) da **ESCOLA MUNICIPAL PROF.ª MIRIAM ALVES DE MACEDO GUIMARÃES,** autorizo a realização da pesquisa intitulada " A Educação no século XXI: uma análise do papel da Inspeção Escolar nos processos de mudança" que tem por objetivo geral fomentar o processo de formação continuada do Supervisor de Ensino em direção a uma atuação participativa e democrática nas instituições de ensino.

Estou ciente que a pesquisa será realizada sob a responsabilidade **de SHEILA CRISTHIANE DE ALMEIDA ISIDORIO**, CPF 326.728.488-07, mestranda pelo Centro Universitário Carioca –UNICARIOCA sob a supervisão do **PROF.º DR. LEONARDO MONTEIRO TROTTA** e concordo que a mesma seja realizada no período de março a dezembro de 2020.

Declaro concordar com o projeto de pesquisa, bem como conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96 e 466/2012 e seus complementares. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem – estar sendo assegurado o completo sigilo da identidade dos participantes desta pesquisa. Em nenhum momento serão publicados dados ou informações que possibilitem a sua identificação dentro desta pesquisa, incluindo a eventualidade da apresentação dos resultados deste estudo em congressos e periódicos científicos. Todos os dados físicos e digitais coletados serão sigilosamente armazenados sob guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período de 5 anos, e após esse período, os mesmos serão excluídos permanentemente.

Atenciosamente,

[redacted]
Diretora
Mat. [redacted]

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Pedro da Alde
Secretaria Municipal de Educação
E.M. Profª Miriam Alves de Macedo Guimarã
Rua Comandante Ituriel, s/nº Bairro Figue
São Pedro da Aldeia - R
Data de Criação: Decreto nº 97, de 08 de
CNPJ: 26.940.574/0001-
Tel: (22) 2320-

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO(TCLE)

Dados de identificação

Título do Projeto: **A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA INSPEÇÃO ESCOLAR NOS PROCESSOS DE MUDANÇA**
Pesquisador Responsável: Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio; e-mail: sheilaisidorio@gmail.com; Tel: (22) 99839-2999. Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Centro Universitário Carioca – UNICARIOCA.
Orientador: Leonardo Monteiro Trotta e-mail:ltrotta@unicarioca.edu.br

O (A) Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA INSPEÇÃO ESCOLAR NOS PROCESSOS DE MUDANÇA** de responsabilidade da pesquisadora Sheila Cristhiane de Almeida Isidorio. Caso concorde em participar, favor assinar ao final do documento, disponibilizado em duas vias. Você receberá uma via deste termo, na qual consta o telefone do pesquisador, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.
Justificativas e objetivos – A justificativa de escolha deste tema se dá diante da importância do profissional que atua como inspetor escolar no acompanhamento e assessoramento de políticas públicas em diferentes momentos na história da educação brasileira. Neste sentido, a investigação sobre a atuação e o processo de atualização profissional do inspetor escolar oferecerá subsídios para a formação continuada desse profissional além de vislumbrar novos caminhos para sua atuação**Descrição detalhada dos procedimentos** - Caso concorde em participar da pesquisa, será feita uma entrevista com você, previamente agendada, online, e de forma individual. Essa entrevista será composta por um questionário com 11 (onze) questões, sendo 10 (dez) questões fechadas e 1 (uma) questão aberta.

Riscos e Desconfortos: A pesquisa de campo se baseará na aplicação de uma entrevista. Os possíveis riscos poderão ser um pequeno desconforto ou constrangimento. Para minimizá-los, será dado intervalo para o preenchimento, que ocorrerá de forma online, de acordo com a conveniência do participante. O participante poderá interromper a pesquisa e retornar somente quando achar necessário ou, caso prefira, pular a pergunta e passar para a seguinte, ou ainda desistir da participação na pesquisa sem causar qualquer dano ao pesquisador ou à escola. Outro possível risco é a violação de privacidade, e para minimizá-la somente o pesquisador irá manipular os dados coletados e os participantes serão identificados por número (ex: participante 1, participante 2...)

_____ _____
Rubrica Participante Rubrica Pesquisador

Benefícios: Espera-se contribuir com a formação continuada dos Inspetores Escolares considerando as competências e capacidades técnicas para a carreira aprimorando a oferta de uma educação básica inclusiva, democrática e de qualidade.
Dúvidas - Em caso de dúvida quanto à pesquisa, o participante poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (22) 99839-2999
Acompanhamento: Todo o processo e etapa da pesquisa será esclarecida pelo pesquisador, mesmo após o encerramento e/ ou a interrupção da pesquisa. Você poderá entrar em contato com o pesquisador para acompanhamento, ou qualquer dúvida ou esclarecimento referente ao seu acompanhamento e participação.
Participação - Sua participação é voluntária e seu consentimento poderá ser retirado a qualquer momento, sem que traga prejuízos a continuidade do estudo ou à escola.

Confidencialidade - Você não terá sua identidade revelada e, para garantir o seu anonimato, você será identificado como participante 1, participante 2, ...
Os resultados do estudo serão analisados somente pelo pesquisador do projeto e não será permitido o acesso de outras pessoas, garantindo proteção contra qualquer quebra de sigilo.
Ressarcimento - Caso você tenha algum custo com a participação deste estudo (transporte, alimentação ou qualquer outro gasto decorrente de sua participação na pesquisa), este será ressarcido pelo pesquisador.
Indenização - No caso de você, participante, sofrer algum dano decorrente dessa pesquisa, deverá entrar em contato imediato e direto com o pesquisador para que sejam tomadas as providencias necessárias. O participante da pesquisa receberá a assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo pesquisador, pelo tempo que for necessário, em caso de danos decorrentes da pesquisa.
Resultados: os resultados obtidos ao longo da pesquisa e após seu encerramento estarão disponíveis com o pesquisador, podendo o participante e seus acompanhantes acessá-los sempre que necessário.

Eu, _____, declaro ter sido informado e concordo em participar, como participante voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2020.

_____
_____

Nome e assinatura do participante Nome e assinatura do pesquisador

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS INSPETORES ESCOLARES

1. EM QUE MUNCÍPIO VOCÊ ATUA?
2. QUAL A SUA FAIXA ETÁRIA?

Até 24 anos.
De 25 a 29 anos.
De 30 a 39 anos.
De 40 a 49 anos.
De 50 a 54 anos.
55 anos ou mais.

DURANTE OS ÚLTIMOS DOIS ANOS, VOCÊ PARTICIPOU DE QUALQUER UM DOS SEGUINTES TIPOS DE ATIVIDADES E QUAL FOI O IMPACTO DESSA ATIVIDADE EM SUA PRÁTICA COMO INSPETOR ESCOLAR/ SUPERVISOR DE ENSINO.

3. Cursos/ Oficinas sobre gestão escolar na sua área de atuação.

Não participei.
Sim, e não houve impacto.
Sim, e houve um pequeno impacto.
Sim, e houve um impacto moderado.
Sim, e houve um grande impacto.

4. Cursos/ Oficinas sobre gestão do currículo na sua área de atuação.

Não participei.
Sim, e não houve impacto.
Sim, e houve um pequeno impacto.
Sim, e houve um impacto moderado.
Sim, e houve um grande impacto

5. Cursos/ Oficinas sobre avaliação institucional de desempenho e aprendizagem do aluno na sua área de atuação.

Não participei.
Sim, e não houve impacto.
Sim, e houve um pequeno impacto.
Sim, e houve um impacto moderado.
Sim, e houve um grande impacto.

6. **Das atividades que você participou nos últimos dois anos, quantas você, pessoalmente teve que pagar para participar?**

( ) Nenhuma.
( ) Algumas.
( ) Todas.

QUAL O PERCENTUAL DE TEMPO DO SEU PERÍODO DE TRABALHO QUE VOCÊ USUALMENTE GASTA REALIZANDO CADA UMA DAS SEGUINTES ATIVIDADES:

7. Examinar a regularidade da vida escolar dos alunos, examinar diários de classe, elaborar documentos escolares, examinar a fidedignidade da escrituração escolar, etc.

Menos de 10%.
De 10% a menos de 20%.
De 20% a menos de 40%.
De 40% a menos de 60%.
De 60% a menos de 80%.
De 80% ou mais.

8. Participar da elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico; analisar os resultados do processo de avaliação institucional; participar das reuniões pedagógicas, acompanhar a atuação do Conselho de Classe, etc.
Menos de 10%.
De 10% a menos de 20%.
De 20% a menos de 40%.
De 40% a menos de 60%.
De 60% a menos de 80%.
80% ou mais.

9. Orientar e fiscalizar a gestão financeira de serviços e recursos da escola, orientar e fiscalizar a gestão de recursos para elaboração e monitoramento dos planos de gestão de serviços e de aquisição de material e patrimônio; Orientar a participação de instituições e colegiados no acompanhamento da gestão de recursos e serviços da escola, etc.

Menos de 10%.
De 10% a menos de 20%.
De 20% a menos de 40%.
De 40% a menos de 60%.
De 60% a menos de 80%.
80% ou mais

10. **NUMERE OS SEIS TÓPICOS ABAIXO, DE ACORDO COM A IMPORTÂNCIA QUE VOCÊ CONSIDERA PARA A ATUAÇÃO DO INSPETOR ESCOLAR/SUPERVISOR DE ENSINO** (sendo o número 1 de maior importância e o número 6 de menor importância)

( ) Gestão democrática e participativa
( ) Planejamento estratégico
( ) Foco em qualidade e em resultados
( ) Assessoria à gestão pedagógica
( ) Gestão de Processos Administrativos
( ) Gestão de pessoas e equipes

11 . O QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS IMPORTANTE PARA SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NA SUA ATUAÇÃO COMO INSPETOR/SUPERVISOR DE ENSINO?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DIREÇÃO

1. Em sua opinião, qual é o perfil profissional do Inspetor Escolar da rede municipal São Pedro da Aldeia?
2. De que forma a atuação do Inspetor Escolar pode auxiliar na implementação de políticas públicas na escola?
3. Como o exercício profissional do Inspetor pode fornecer os subsídios necessários ao desenvolvimento do Plano de Trabalho da equipe gestora, visando às aprendizagens previstas na Proposta Curricular do município?
4. Como o exercício profissional do Inspetor Escolar pode assessorar a unidade escolar nos aspectos pedagógicos e financeiros?

APÊNDICE D – ROTEIRO DO JOGO

CENA 1

MISSÃO 1- APRESENTAÇÃO SERÁ NA ENTRADA DA SECRETARIA

ESCOLHAS	Resposta	Feedback
1) Secretária - Bom dia, em que posso ajudar? A) Bom dia! Meu nome é Josino. Eu sou o inspetor escolar e gostaria de falar com a diretora Débora. Você pode providenciar para mim a ata da última reunião pedagógica? (5pt) B) Bom dia Ana! Gostaria de falar com a diretora Débora, ela pode me atender? (10 pt) C) Bom dia Ana! A diretora Débora está? Gostaria que você perguntasse a ela se houve algum problema em relação ao que ficou decidido na última reunião. (0pt)	Secretária Resposta: Secretária - Só um momentinho, vou avisar que o senhor chegou.	A) Sua resposta aponta que você está muito preocupado com o registro documental. Que tal estar aberto ao diálogo com a equipe e no decorrer da conversa, se for necessário. (5pt) B) Muito bem! Sua resposta aponta que o tratamento pessoal pode ajudar a estabelecer o diálogo com a equipe. (10 pt) C) Cuidado! Talvez seja necessário desenvolver habilidades que favoreçam o diálogo entre a equipe. É uma exigência para a atuação do Inspetor Escolar e você não está nada bem. (0 pt)

MISSÃO 2- DENTRO DA SECRETARIA

Escolhas	Resposta	Feedback
2- Diretora - Olá inspetor Josino! Estava atendendo alguns alunos. Tudo bem? A) Bom dia diretora. Está sim e com a senhora? (10 pt) B) Bom dia diretora. Está sim e pelo visto a senhora está bem humorada hoje. (5pt) C) Bom dia diretora. Acho que não, pois não tenho recebido informações sobre a escola. (0 pt)	Diretora A) Estou bem, porém estou preocupada com o desenvolvimento dos projetos que ainda não iniciamos. B) Nossa inspetor Josino! Você está dizendo que sou mal humorada?! Estou bem, apenas um pouco preocupada com o desenvolvimento dos projetos que ainda não iniciamos. C) Bem... é que... ultimamente por conta da dinâmica escolar não temos conseguido conversar diariamente.	A) Muito bem! O tratamento pessoal pode ajudar a estabelecer o diálogo com a equipe. (10 pt) B) Humm... parece que você ultrapassou um pouco os limites entre cordialidade e intimidade. Que tal repensar suas ações?! (5pt) C) Cuidado! Parece que você está preocupado apenas em receber informações. Que tal acompanhar um pouco mais de perto andamento da rotina escolar. (0 pt)

Escolhas	Resposta	Feedback
3 – Diretora - Inspetor, as coisas estão caminhando, porém continuamos preocupados com o elevado número de alunos com rendimento insatisfatório. A) Nossa! E quanto à estratégia de conversar com os responsáveis, não deu resultado? (10 pt) B) Hum! E quais foram as estratégias adotas para melhorar o rendimento dos alunos? (5pt) C) O quê?! Isso é resultado da avaliação inadequada feita pelos professores, certo? (0 pt)	Diretora A) Alguns pais estão comparecendo à escola, porém como não conseguimos implementar os projetos, alguns estudantes permanecem desmotivados. Estamos com dificuldades em desenvolver essas ações. B) Conversamos com alguns pais de alunos, porém como não conseguimos implementar os projetos, alguns estudantes permanecem desmotivados. Estamos com dificuldades em desenvolver essas ações. C) Francamente, Inspetor! Creio que seja precoce associarmos o baixo rendimento a uma única causa. Conversamos com alguns pais, porém como não conseguimos implementar os projetos, estamos com dificuldades em desenvolver essas ações.	A) Muito bem! Você se mantém atento às dificuldades da escola e busca informações para ajudar na resolução. (10pt) B) Que bom que você demonstra interesse nas estratégias da escola. Porém, parece que você não tem acompanhado as demandas da unidade escolar. Que tal manter-se mais atualizado?! (5 pt) C) Cuidado! Indague-se honestamente sobre suas atitudes. Parece que você está preocupado apenas em apontar erros e culpados. Procure contribuir na superação das dificuldades. (0 pt)

Escolhas	Resposta	Feedback
A) Certo, e quais foram às dificuldades encontradas para o desenvolvimento das ações que foram definidas na reunião? (10 pt) B) Vocês ainda estão com dificuldades de conseguir os recursos materiais para o desenvolvimento do projeto?! (5 pt) C) Poxa Débora, mas você já deveria ter solucionado o problema. (0 pt)	Diretora A) Estamos com dúvidas na aplicação das verbas do PDDE, pois não temos certeza se o todo material necessário ao projeto poderá ser adquirido dessa forma. O que podemos fazer? B) Continuamos com dúvidas na aplicação das verbas do PDDE, pois não temos certeza se o todo material necessário ao projeto poderá ser adquirido dessa forma. O que podemos fazer? C) Francamente! Continuamos com dúvidas na aplicação das verbas do PDDE, pois não temos certeza se o todo material necessário ao projeto poderá ser adquirido dessa forma. O que podemos fazer?	A) Muito bem! Pelo visto você conhece e atua no monitoramento das ações propostas pela unidade escolar. (10 pt) B) Opa! Parece que você conhece as dificuldades da escola, porém, precisa monitorar melhor as ações identificando os principais desvios que comprometem a execução das ações. Que tal auxiliar a redefinir as ações e assim alcançar os objetivos da melhor forma possível?! (5 pt) C) Que pena! Sua postura parece um tanto autoritária. Esse comportamento não favorece relações pautadas no diálogo e repercutem no convívio social, o que contraria os propósitos democráticos. Que tal repensar suas ações? (0 pt)

Escolhas	Resposta	Feedback
A) Débora, para sanar tais dúvidas é importante você e os conselheiros acessarem o site do FNDE. O site tem todas as informações sobre o que é ou não é permitido adquirir com a verba do PDDE. Caso necessário, poderei auxiliá-los. (10 pt) B) Débora, buscarei informações a respeito do assunto e voltaremos a conversar. (5 pt) C) Débora, você sabe que essa responsabilidade é do Conselho Escolar, não cabe a mim tratar desses assuntos.	Diretora – Inspetor agradeço as orientações e espero implementar os projetos o quanto antes. Inspetor - Espero ter ajudado e até a próxima semana	A) Muito bem! Você reconhece a importância do Conselho Escolar e suas atribuições para gestão democrática da escola. Mostra-se interessado em auxiliá-los sem ultrapassar os limites de suas atribuições. (10pt) B) Você está disposto a auxiliar a unidade escolar em busca de informações. Porém, parece desconhecer informações básicas sobre políticas e programas federais que incentivam autonomia escolar. Que tal conhecer um pouco mais sobre os Programas do FNDE?! .(5 pt) C) Uau! É fato que a execução sistemática das ações do Conselho Escolar são atribuições dos conselheiros eleitos. Porém, é interessante considerar que sua ajuda é uma boa maneira de auxiliar o gestor e os conselheiros a evitar eventuais equívocos ou problemas administrativos que possam repercutir na qualidade do ensino. .(5 pt)

CENA 2-

MISSÃO 1- ENTRADA DA SECRETARIA (O INSPETOR NA SECRETARIA)

1) Secretária - Bom dia! Inspetor Josino. Veio para reunião? Bom dia! Sim, já começou?	Resposta Secretária – Ainda não, mas daqui a pouco irá começar.	

MISSÃO 2 - SALA DE REUNIÕES

Escolhas	Resposta	Feedback
Direção – Bom dia, professores. Hoje o inspetor Josino veio visitar a escola e irá participar da nossa reunião pedagógica. Iremos tratar sobre o resultado das avaliações. Observamos que a quantidade de alunos com rendimento insatisfatório está elevada e essa situação tem nos preocupado. Professor 1 – Débora, a impressão que tenho, é que tanto você quanto a Secretaria de Educação querem nos responsabilizar pelo fracasso dessas crianças que não tem compromisso com nada. O que a Inspeção tem a dizer sobre o assunto? A) Bem, a finalidade das considerações apresentadas pela diretora é para que vocês consigam traçar estratégias a fim de superarem as dificuldades encontradas. Alguém consegue apontar fatores que possam ter contribuído para esses resultados? (5 pt) B) Bem, a finalidade das considerações apresentadas pela diretora é para que consigamos traçar estratégias a fim de superarmos as dificuldades encontradas. Alguém consegue apontar fatores que possam ter contribuído para esses resultados? (10 pt) C) Bem, estou surpreso com esses resultados. A escola parece ignorar as dificuldades dos estudantes e se preocupa apenas em quantificar aquilo que eles não alcançaram. Alguém consegue apontar outros fatores que podem ter contribuído para esses resultados? (0 pt)	Professor 2 – Os estudantes parecem não se interessar pela escola. Quer dizer, estão desmotivados e por conta disso alguns faltam bastante, outros simplesmente não participam das atividades.	A) Legal! Sua postura foi bastante coerente. Você reconheceu um potencial conflito e mostrou-se preparado para lidar com a situação, talvez seja interessante se incluir como parte da equipe. (5 pt) B) Muito bem! Sua postura foi bastante coerente. Você reconheceu um potencial conflito e mostrou-se preparado para lidar com a situação incluindo-se como parte da equipe. (10 pt) C) Ui! Sua postura parece um tanto autoritária. Você desconhece completamente as dificuldades da escola e ainda procura apontar os culpados. Essa atitude dificulta a abertura para um diálogo produtivo. (0 pt)

CONVERSA
Direção – Vejamos... Professores, não tive a pretensão de apontar culpados. Gostaria apenas de dividir com vocês os desafios que estamos enfrentando. Talvez, possamos pensar coletivamente em ações que modifiquem essa realidade. Professor 3 – Vocês têm razão. Às vezes percebo que as crianças não conseguem vislumbrar novos horizontes. Como se o universo se resumisse ao que acontece na comunidade. Professor 2 – Opa! Agora parece justo. Por que não tentamos conversar com os responsáveis? Talvez essa aproximação possa surtir efeito. Poderíamos também implementar ações que incentivassem o protagonismo juvenil, oficinas, palestras, aulas - passeio. Estou cheia de ideias. Como a inspeção pode nos ajudar?

ESCOLHAS	**Resposta**	**Feedback**
A) Bem... Quem deve orientar essas ações é a Coordenação Pedagógica. Se precisarem da minha ajuda posso auxiliar no registro escritural. (0 pt) B) Bem... Um bom caminho pode ser descobrir os principais interesses dos estudantes para realizarmos atividades que despertem seus interesses e ampliem os horizontes. (5pt). C) Bem... Eu posso tentar buscar junto à Secretaria de Educação, os programas ou parcerias disponíveis que possam ser utilizados como estratégia. (10 pt).	Professor 1- A) Normalmente é assim... Um jogo de empurra - empurra e ninguém resolve nada, até porque, para desenvolvermos as atividades precisaremos de recursos materiais. B) Podemos até descobrir os interesses dos alunos porém, para desenvolvermos as atividades precisaremos de recursos materiais. C) Muito bom! Vamos aguardar torcendo para que você tenha êxito, mas para desenvolvermos as atividades precisaremos de recursos materiais.	A) Que pena! Você parece desconhecer que suas atribuições abrangem aspectos muito além do que o mero registro escritural. (0pt) B) Legal! Você apresentou sugestões e se colocou como parte da equipe. Contudo, não externou de forma você pode contribuir de acordo com as atribuições do seu cargo. (5pt) C) Muito bem! Você demonstrou fazer parte da equipe e se dispôs a atuar enquanto articulador entre as Secretaria de Educação e a unidade escolar. (10 pt)

Escolhas	Resposta	Feedback
Direção – Infelizmente, temos dificuldades em contar com a ajuda do Conselho Escolar. Muitas vezes, eles demoram em assinar a documentação necessária autorizando as compras, e diante dessa situação ficamos impedidos de adquirir os materiais. Inspetor Josino, o que podemos fazer? A) Bem... Não podemos intervir nas ações do conselho escolar, pois eles possuem autonomia para decidirem o que quiserem e se encontrarem quando acharem mais conveniente. (0 pt) B) Bem... O melhor caminho é estabelecer um bom diálogo com os conselheiros para que entendam sua importância e participação ativa nas decisões tomadas pela escola. (10 pt) C) Bem... O melhor caminho é estabelecer um bom diálogo porém, temos que esperar a disponibilidade deles. (5 pt)	Professor 1- A) Aff... Dessa forma será muito difícil resolvermos os problemas constatados e vamos continuar dependendo da boa vontade do conselho. B) Que bom! Dessa forma, será possível contarmos com a participação de todos para chegarmos a uma boa resolução dos problemas. C) Preocupante... Dessa forma será muito difícil resolvermos os problemas constatados e vamos continuar dependendo da boa vontade do conselho.	A) Que pena! Talvez seja interessante você manter-se um pouco mais atualizado sobre o assunto. O Conselho Escolar possui um Plano Anual de trabalho, onde constam as datas previstas para as reuniões ordinárias e em situações especificas podem ser convocadas reuniões extraordinárias. (0 pt) B) Muito bem! Você parece reconhecer a importância do diálogo no favorecimento da gestão democrática. Sua sugestão deixa claro ao gestor que ele atua como coordenador na execução das decisões do conselho e como articulador dessas ações. (10 pt) C) Você parece reconhecer a importância do diálogo no favorecimento da gestão democrática. Talvez seja interessante você manter-se um pouco mais atualizado sobre o Conselho Escolar que possui um Plano Anual de Trabalho, onde constam as datas previstas para as reuniões ordinárias e em situações especificas podem ser convocadas reuniões extraordinárias. (5 pt)

Escolhas	Resposta	Feedback
Professor 1- E quanto aos pais que nunca comparecem a escola ou quando aparecem querem sempre nos culpar, o que podemos fazer? A)Bem... Essas situações devem ser solucionadas pela direção e orientação educacional. (0pt) B) Por que não tentamos aproximar esses pais por meio da troca de experiências. Talvez, os pais que normalmente comparecem querem participar mais da vida escolar e anseiam ser ouvidos, outros podem não saber de que forma podem participar. (10pt) C) Que tal vocês se aproximarem desses pais por meio da troca de experiências. Talvez os pais anseiem ser ouvidos. (5pt)	Diretora- A) Hum... De qualquer forma, podemos conversar com os pais individualmente e ao mesmo tempo organizar mais momentos que aproximem a comunidade e a escola. Se eles se sentirem mais valorizados e podem perceber sua importância enquanto parte da escola. Podemos conta com seu apoio, inspetor Josino? B) Concordo! Podemos conversar com os pais individualmente e ao mesmo tempo organizar mais momentos que aproximem a comunidade e a escola. Se eles se sentirem mais valorizados e podem perceber sua importância enquanto parte da escola. Podemos conta com seu apoio inspetor Josino? C) Verdade! Podemos conversar com os pais individualmente e ao mesmo tempo organizar mais momentos que aproximem a comunidade e a escola. Se eles se sentirem mais valorizados e podem perceber sua importância enquanto parte da escola. Podemos conta com seu apoio inspetor Josino?	A) Que pena! É fato que todos os profissionais possuem responsabilidades inerentes ao cargo. Contudo, a discussão coletiva tem muito a contribuir para superação dos obstáculos. (0pt) B) Muito bem! Você demonstrou fazer parte da equipe incentivando a presença ativa dos pais, fator importante para a melhoria dos resultados educacionais, e para organização da escola. (10pt) C) Você incentivou a presença ativa dos pais, fator importante para a melhoria dos resultados educacionais e para organização da escola. Talvez seja interessante se incluir como parte da equipe. (5pt)

ESCOLHAS	Resposta	Feedback
A) Claro! Na próxima visita irei acompanhar tudo o que foi registrado na ata dessa reunião. Já que terminamos por aqui, obrigado a todos e até a próxima visita. (0pt) B) Claro! Estarei à disposição para o que for preciso. Já que terminamos por aqui, obrigado a todos e até a próxima visita. (10pt) C) Claro! Estarei à disposição para o que for preciso. Débora, por gentileza, mantenha-me sempre informado. Já que terminamos por aqui, obrigado a todos e até a próxima visita. (5pt)	Diretora- A) Obrigada a todos pelas contribuições e por hoje é só. B) Obrigada a todos pelas contribuições e por hoje é só. C) Tudo bem... Obrigada a todos pelas contribuições e por hoje é só.	A) Nossa! Você parece bem apegado ao registro documental. Ele é importante para orientar o seu trabalho. Contudo, talvez seja possível acompanhar as ações sem essa tendência ao controle e a fiscalização. (0pt) B) Muito bem! Você deixou claro que está disposto a auxiliar a unidade escolar sempre que precisarem. Esse é um excelente caminho. (10pt) C) Você deixou claro que está disposto a auxiliar a unidade escolar sempre que precisarem. Contudo, parece entender que é necessário ser informado ao invés buscar de manter-se atualizado acompanhando e as ações por meio de meio de suas visitas. (5 pt)

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO JOGO

1. Após jogar, meu conhecimento sobre o assunto aumentou.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

2. Aprender jogando foi mais prazeroso (ou menos cansativo) que ler uma apostila sobre o assunto.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

3. As interações do jogo às minhas interações representam satisfatoriamente os comportamentos do cenário real.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

4. O ambiente do jogo consegue satisfatoriamente simular o ambiente escolar.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

5. O jogo auxiliou no reforço do conhecimento sobre o assunto.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

6. O jogo foi divertido.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

7. O jogo foi estimulante.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

8. A experiência de jogar não foi cansativa

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

9. Jogar o Inspeação não foi difícil.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

10. Estou satisfeito com o feedback recebido após resolver as tarefas do jogo.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

11. Estou satisfeito com o meu treinamento no jogo.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

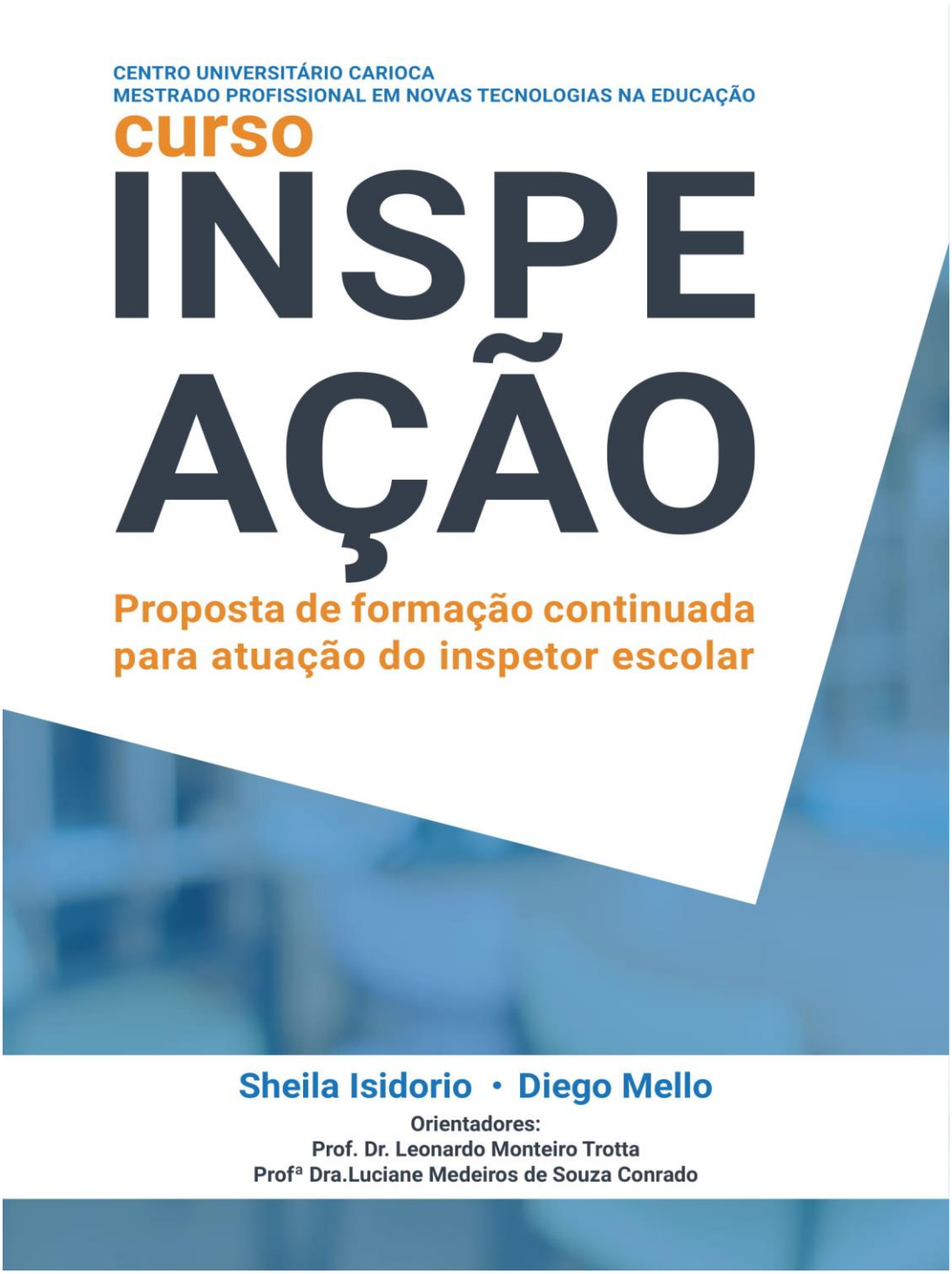
12. Eu consigo lembrar dos assuntos abordados no jogo.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

13. Eu estou satisfeito com a experiência que o jogo me proporcionou.

( ) Discordo totalmente
( ) Discordo
( ) Indiferente
( ) De acordo
( ) Totalmente de acordo

APÊNDICE F – PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA



Bem vindo

Prefácio

O Curso Inspeação, proposto neste e-book, tem por finalidade abordar alguns aspectos sociais e culturais, que integram o contexto educacional e consequentemente repercutem na atuação do Inspetor Escolar.
Assim, a proposta deste curso visa, por meio das tecnologias digitais, fomentar o processo de formação continuada a partir da reflexão sobre a prática profissional. Constitui-se fonte para formação e desenvolvimento de um profissional reflexivo que atua de forma participativa e que incentiva a gestão democrática nas instituições de ensino.

O curso está estruturado em 4 (quatro) módulos:

Módulo 1
Apresentação do Curso: finalidades e objetivos.

Módulo 2
Conceito da Inspeção Escolar e sua evolução histórica.

Módulo 3
A ação do Inspetor Escolar na atualidade.

Módulo 4
O trabalho coletivo no cotidiano escolar: caminhos e possibilidades. Uma narrativa da Inspeção Escolar por meio do Serious Game.

"Daria tudo que sei pela metade do que ignoro."

René Descartes

Sumário

Módulo 01 03

06 Módulo 02

Módulo 03 09

11 Módulo 04

Referências Bibliográficas 14

Dia 1
Módulo 1
Sensibilização

Apresentação do Vídeo acompanhado da leitura do cordel o "Nordestino que viajou para Supimpa em busca de felicidade"

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zaODBKwXyiw

Era uma vez, em cordel
A história de José
Um cabra vindo das bandas
Da cidade Sarué
Filho de seu Nicolau
E de dona Salomé.

José tinha uma esposa
E filho, amor verdadeiro
A mulher tava buchuda
E o coitado sem dinheiro
Não conseguia trabalho
José era sapateiro.

A vida lá no Nordeste
Era difícil demais
De bom só tinha o forró
Pra dançar nos arraiais
Mas a fome era medonha
Assolava mais e mais.

Seu filho, Jaime, queria
Um dia virar doutor
Ele prestava atenção
Nas aulas do professor
E se inspirava no pai
Um cabra batalhador.

Mas, onde faltava o pão
Não tinha como viver
Como manter a família
Sem ter nem o que comer?
José se agoniava
Sem saber o que fazer.

Juntou a trouxa de roupa
E disse: "Oh, Severina!
Se achegue cá, minha amada
Num tô aguentando a sina
Vamo ter que ir simbora
Dessas terra nordestina".

José foi tentar a vida
No Sudeste do país
Na esperança de que lá
Conseguisse ser feliz
Fugiu da seca e da fome
Pois o destino assim quis.

Quando chegou a Supimpa
Conheceu outro Brasil
Arrumou logo um emprego
Para construção civil
Tanta oportunidade
Em outro canto não viu.

No começo, foi difícil
Pois não levaram nadinha
O coitado cozinhava
Numa lata de sardinha
A mulher, que tava prenha,
Quase nem roupa ela tinha.

Mas Jaime, o seu menino
Foi direto pra escola
Quando chegava, brincava
De pião, de jogar bola
E ainda ouvia o vizinho
Tocando a sua viola.
Se lembrava do Nordeste
Ao ouvir a cantoria
O vizinho, Bastião
Cantava era todo dia
A vizinhança gostava
Da zuada que fazia.
Na vizinhança, também
Tinha outros nordestinos
De noite, eles se juntavam
Tantos os pais, como os meninos
Pra dançar um bom forró
Em momentos tão divinos.

Severina deu à luz
A uma linda menininha
E José nunca deixou
Sua família sozinha
Cuidando sempre de Jaime
E de sua filha, Zinha.

Assim, os anos passaram
E a vida só melhorou
Pois uma sapataria
José, ativo, montou
Seu filho se tornou médico
Como doutor se formou.

E quem também inovou
Foi Zinha, sua menina
Ela inaugurou um Centro
De Cultura Nordestina
Resgatando as memórias
Da terra de Severina.

Quantos Josés se encontram
Nesse país varonil?
Será que tem mais de cem?
Ou haverá mais de mil?
Quantas vidas construídas
Nas terras desse Brasil?



Módulo 1

O formador deverá abrir espaço para que os participantes exponham suas percepções a respeito do vídeo, considerando os seguintes eixos norteadores no contexto escolar:

- Choque cultural e social.
- Raízes culturais.
- Crescimento profissional.
- Memória cultural.
- Multiculturalismo.

Após essa etapa serão realizados os seguintes questionamentos:

Podemos afirmar que o cordel remete ao cotidiano escolar onde são respeitadas as especificidades sociais de cada indivíduo, ou é possível considerá-lo uma romantização, em que se procura romper com a profecia auto realizadora do fracasso?

Qual a ligação do multiculturalismo presente no cordel e a atuação da Inspeção Escolar no contexto educacional?



O Formador

O formador deverá enfatizar que os desafios educacionais, simbolizados no vídeo, pelo deslocamento geográfico, por vezes decorrem da realidade entre diferentes culturas e costumes, indo de encontro a própria realidade do educador. Assim, como em um novo espaço geográfico que toma novos contornos estabelecendo uma troca, um intercâmbio cultural, a escola deve ser o local em que diferentes culturas subsistem sem que se agridam ou se anulem sob qualquer aspecto.

"Quem são essas populações que tomaram a consciência política a ponto de tornar o século XX e o início do século XXI os mais revolucionários da nossa história? São os coletivos sociais de gênero, etnia, raça, camponeses, quilombolas, trabalhadores empobrecidos que se afirmam sujeitos de direitos. Outros sujeitos" (ARROYO, 2014, p.10)

Tópicos para explorar



Princípios da gestão democrática e participativa.



Direitos humanos: perspectivas históricas e sociais.



Identidade, cultura e clima escolar e práticas cotidianas da escola.

Sugestões de Leitura

ARROYO, M. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 251 p.

DOURADO, Luiz Fernandes. Progestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? módulo II. Brasília: Consed, 2009.

2

Dia 1
Módulo 2

Conceito da Inspeção Escolar
e sua evolução histórica

De acordo com o dicionário Aurélio inspecionar significa: "examinar para controlar"; "inspecionar um colégio"; "examinar com grande atenção"; "vigiar"; "revistar".
Dessa forma, a atuação da inspeção escolar, no século XIX, teve um sentido preciso, caracterizada como instrumento de controle do Estado.

Segundo Santos (2017) a atuação da inspeção escolar (inspetor da instrução), consubstanciava-se através de ações com caráter higienizador, disciplinar e moralizador conforme proposto pela elite vigente no século XIX.



O que é o panóptico?

Foucault, na década de 1970, inspirou-se nas ideias de Jeremy Bentham acerca do panóptico. O conceito filosófico está associado as técnicas de vigilância desenvolvidas para sociedade contemporânea. Configura-se como uma tecnologia de vigilância e controle que permitem uma visão privilegiada dos que estão sendo monitorado.
(OLIVEIRA e CARNEIRO, 2018, p.104)

O conceito do Panóptico se aplica principalmente às instituições que necessitem manter as pessoas sob inspeção; em particular às [...] prisões, [...]às casas de trabalho, [...] às escolas.
(OLIVEIRA e CARNEIRO, 2018, p.104)

É possível relacionar a figura do Inspetor Escolar ao conceito do Panóptico?

Após esse questionamento o formador deverá projetar o vídeo:

O Panóptico em Foucault - Beatriz Maciel, disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=tx1G_Rf0kic



Neste sentido, embora tenha havido mudanças no cenário educacional, a atuação profissional da inspeção escolar ao longo dos anos tem se pautado em funções burocráticas e fiscalizadoras negligenciando, por vezes, a atuação no âmbito pedagógico que também constitui escopo de suas atribuições.
Santos (2017) destaca que a LDB não alterou substancialmente a realidade dos sistemas educacionais, pois poucos cursos enfatizam esse campo de atuação, além da dificuldade no entendimento da atuação do Inspetor Escolar no exercício de suas competências.

O formador deverá projetar o vídeo: Vitor Henrique Paro - Gestão Escolar Democrática - Resumo da entrevista no link: https://www.youtube.com/watch?v=-TG1rfDVq_A

Afinal, qual perfil de atuação se espera do Inspetor Escolar diante das atuais demandas impostas pela sociedade?





Na LDB (Lei nº 9.394/1996), tem-se a definição de "Profissionais da Educação", "Especialistas em Educação" e "Assessoramento Pedagógico", na qual incluem-se os Inspetores Escolar, sendo sua função vinculada ao fazer "pedagógico".

Martins (2018) destaca que a ação pública, ou seja, a ação do Estado se materializa a partir da existência de agentes públicos que as tornam exequíveis e portanto, são os "[...]intermediários que atuam nos procedimentos da implementação dessas ações que foram originadas das políticas pensadas a partir de um problema social que exige uma preocupação pública" (MARTINS, 2018 p.37).
Para Érica Biase e Ivana Santos (2017), o papel do inspetor escolares apresenta tanto no âmbito da escola quanto do sistema educativo e sua vinculação a uma relação política, administrativa e pedagógica.

Neste sentido, o Inspetor Escolar, no âmbito educacional, representa o agente público que assessora, subsidia, supervisiona e avalia o trabalho desenvolvido nas unidades escolares e responde no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
Paro (2014) destaca um sistema hierárquico que coloca o poder na mão do diretor, que embora esse seja considerado uma autoridade máxima na escola, o que lhe daria grande poder e autonomia, em razão da sua condição de responsável pelo cumprimento da Lei, mas que acaba o tornando um mero preposto do Estado.

O Inspetor pode ser considerado apenas um preposto do Estado que examina com grande atenção o cumprimento da Lei? Como auxiliar na construção de um espaço escolar mais próximo do idealizado pela comunidade?

"A Supervisão (Inspeção) está mais voltada para a eficiência do Sistema de Ensino do que para a eficiência da Escola como agente de ensino".

(Depoimento de Maria Lucia Supervisora da rede estadual de São Paulo retirado do livro Educação & Supervisão o trabalho coletivo na escola p. 128.)

O papel do inspetor

Para Figueiredo (2020) inspetor tem o papel de agente promotor de ações voltadas a orientações nos espaços escolares e, como aquele que deve repassar o feedback de como se dá ou não na prática o processo de implementação das determinações oficiais. Para a autora o papel de fiscalizar não deve ser compreendido apenas na perspectiva cerceadora e controladora, mas como aquele profissional responsável por auxiliar, por meio de explicações, sobre como deve ser cumprida as determinações oficiais.

A escola assume um papel fundamental de articulação dos saberes dos diferentes profissionais, do estímulo à criatividade e de incentivo à confiança no processo e nas pessoas que atuam no mesmo contexto" (MARTINS, 2018, p. 46).



4 Dia 2 Módulo 4

A ação do Inspetor Escolar na escola.

Mediante essa indagação, que existem conflitos entre o que se espera do Inspetor e a sua práxis atual no ambiente escolar.

Martins (2018) enfatiza os conflitos entre o discurso e a prática do supervisor de ensino sobre sua atuação e aponta que quando a verificação documental assume apenas um papel de controle e checklist, o perfil do Supervisor de Ensino (Inspetor Escolar) aproxima-se de uma concepção mais fiscalizadora e controladora.

A escola deve receber uma gestão escolar diferente da administração empresarial visto que em conformidade com DOURADO (2006, p. 25) "as práticas e ações que a organizam devem ter como eminentemente educativas, de forma a atingir os objetivos da instituição: formar sujeitos participativos, críticos e criativos".

Corroborando com esse entendimento, Dias (2017) destaca que "A gestão escolar democrática deve ser vista como um conjunto de procedimentos e ações que introduzem na escola movimentos, tais como a participação de professores, alunos, pais, funcionários e comunidade" (DIAS, 2017, p.9).
Assim, é notório que o Inspetor não terá, nem na perspectiva mais utópica possível, acesso a toda a realidade escolar através apenas dos registros escritos.

Como a Inspeção, no âmbito escolar, pode contribuir com as atuais demandas impostas pela sociedade?

Para Junior (2011) a escola necessita de um Supervisor (inspetor) que "seja capaz de estabelecer a relação entre a filosofia superior e o senso comum, entre o pensamento do especialista o de todos os homens" (JUNIOR, 2011, p.132). A figura do supervisor que possa ser vista pelos docentes como referência para a concretização do projeto educacional.

Como bem se posiciona Dias (2017) a inspeção deve representar a voz das comunidades na idealização de novas normatizações nas esferas legislativas.

Diante dos anseios da comunidade, o Inspetor Escolar deve priorizar a dimensão pedagógica, pois esta permite fortalecer sua práxis enquanto líder que atua na perspectiva do crescimento e não pelo medo. Este fortalecimento só será possível por meio da constante capacitação e diálogo, entre os diferentes atores presentes na escola, a partir da orientação e acompanhamento pautado em uma dinâmica de troca e não de imposição. (FIGUEIREDO, p.10)

> O profissional da inspeção deve se reconhecer como um sujeito que motiva o aperfeiçoamento do trabalho não endossando o estereótipo de fiscalizador pura e simplesmente como algo no qual exerce o poder (FIGUEIREDO, 2020)

Após a leitura e discussão sobre o texto, o formador deverá propor aos Inspetores que experimentem o jogo Inspeação, disponível em: https://sheilaisidorio.wixsite.com/inspeacao.

Após experimentarem o jogo, será aberto espaço para que os participantes compartilhem suas impressões sobre o game. Em seguida, o formador deverá provocar os participantes acerca da narrativa do jogo, propondo aos participantes sugerirem outras situações do cotidiano escolar, do ponto de vista pedagógico, que possam ser priorizadas na produção das próximas cenas.

Tópicos que podem nortear a discussão:

- Parceria escola-comunidade.
- Colegiados e instituições auxiliares da escola.
- Papel social da educação e a função social da escola na sociedade contemporânea e no contexto local.
- Dimensões da Gestão escolar e suas competências

Sugestões de Leitura

CARDOSO, Heloísa. Supervisão: um exercício de democracia ou de autoritarismo? In: ALVES, Nilda (org.). Educação & supervisão: o trabalho coletivo na escola. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010.

FERREIRA, Naura Syria C. (org.) Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências

ALVES, Nilda. Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola. 13ª ed. Cortez, 2011.

ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2014.

BIASE, Érica Giaretta; DOS SANTOS, Ivana Ferreira. INSPEÇÃO ESCOLAR: ATUAÇÃO NO PROCESSO DEMOCRÁTICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. Humanidades & Inovação, v. 4, n. 5, 2017.

Brasil. LDB: Lei de Diretrizes eBases da Educação Nacional. (1996). Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República n°23.12/96. Brasília: Presidência da República DIAS, Lilian.O PAPEL DO INSPETOR ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA. Revista Científica Online v. 2, pp. 55-65, Jul./Dez. 2017ISSN: 2526-2394

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão da educação escolar. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. A importância do inspetor escolar para a educação contemporânea. HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM), v. 1, n. 23, p. 137-148, 2020.

JUNIOR, Celestino Alves da Silva. Prática e supervisão (como diriam os cantadores do Nordeste (A interminável luta da fada eficiência contra a bruxa burocrática. In: ALVES, Nilda. Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola. 13ª ed. Cortez, 2011.

MACIEL, Beatriz. O Panóptico em Foucault. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/BeatrizMacielSociologia/videos?view=0&sort=da&flow=grid >. Acesso em: 10 dezembro de 2020.

MELLO, Diego Dias. O nordestino que viajou para supimpa em busca da felicidade. Out.2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zaODBKwXyiw. >. Acesso em: 9 dezembro de 2020.

MARTINS, Rosangela Novaes. Supervisor de ensino: percepção de um agente público sobre sua atuação. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista Unesp "Júlio de Mesquita Filho" Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR) – Araraquara, 2018.

OLIVEIRA, Eduardo Chagas; CARNEIRO, Ivana Libertadoira Borges. SOBRE O CARÁTER PERSUASIVO DA ESTRUTURA PANÓPTICA: BENTHAM, FOUCAULT E AS NOVAS TECNOLOGIAS. Revista Ideação, v. 1, n. 33, p. 101-126, 2018.

PARO, Vitor Henrique. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação. 3ª ed.Cortez, 2014.
Vitor Henrique Paro - Gestão Escolar Democrática - Resumo da entrevista. In: ROMANHA,Carla. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-TG1rfDVq_A&t=70s>. Acesso em: 15 dezembro de 2020.

SANTOS, Vinicius Teixeira. O olho e a Mão dda Autoridade: A inspeção da Instrução na Província do Rio de Janeiro (1850-18890. Rio de Janeiro. Gramma, 2017